

Economia e Desenvolvimento Sustentável

12.º ano

12



Ministério
da Educação



Recursos digitais acessíveis por
QR Code no manual. Versão digital
em www.escolavirtual.cv

Explora o manual digital do teu livro

Exercícios Interativos

Para resolução com *feedback* imediato.



Vídeos e interatividades

Explicam a matéria de forma motivadora.



Jogos

Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.



Áudios

Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.



QuizEV

Desafiam-te a mostrares o que sabes. Podes, também, jogar com os teus amigos.



Economia e Desenvolvimento Sustentável

12.º ano



Manual Revisto

O presente manual foi revisto e validado
pela Universidade de Cabo Verde.

Explora o teu manual digital



<https://escolavirtual.cv>

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv

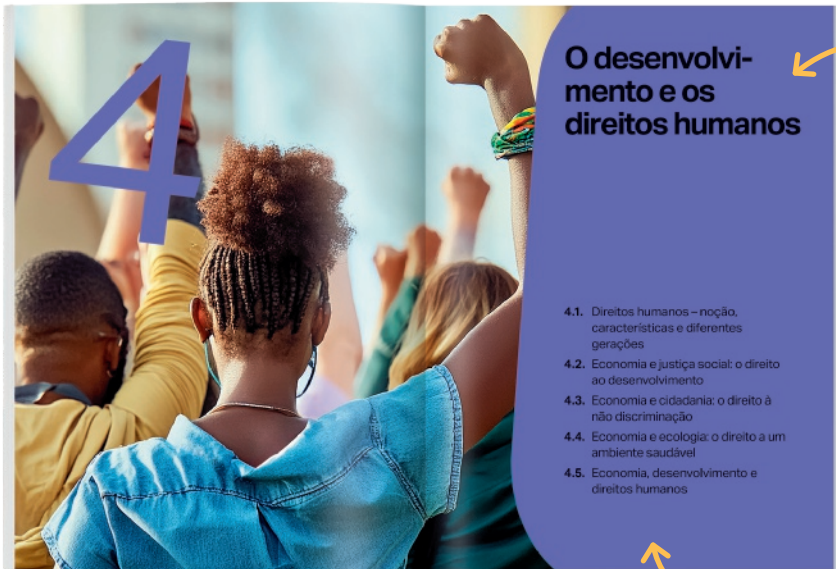


**Ministério
da Educação**

Conhece o teu manual

O manual está organizado para que possas aprender de forma autónoma e que consigas ter sucesso. Cada capítulo contribuirá para desenvolveres saberes, capacidades, atitudes e valores, que te permitirão atingir os objetivos da disciplina de **Economia e Desenvolvimento Sustentável** do 12.º ano.

Cada unidade inicia com o separador...



Designação do tema

Identificação dos capítulos

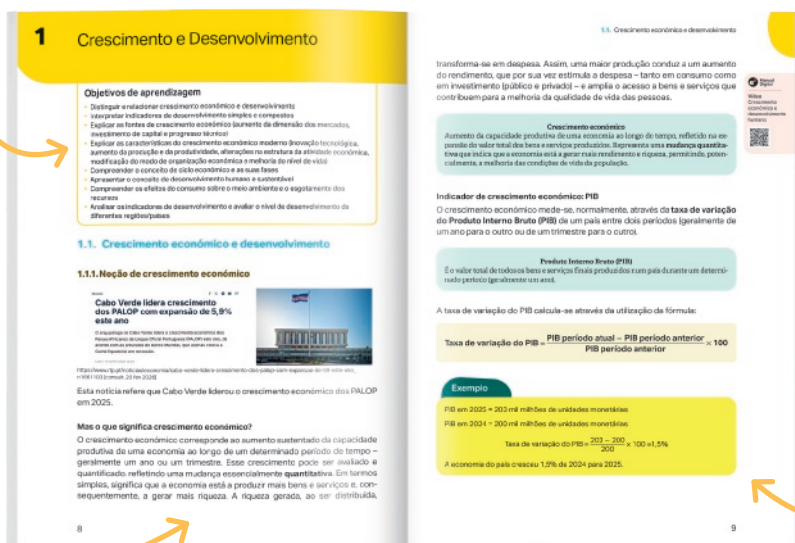
Ao longo da unidade, podes encontrar...

Objetivos de aprendizagem a adquirir em cada tema

Textos explicativos de acordo com o programa

Recursos digitais

Exemplos que apoiam as aprendizagens



Encontras também...

Desenvolvimento e utilização dos recursos

Fig. 13 - Evolução do balanço de biocapacidade (2023)

Fig. 14 - Balanço entre a biocapacidade e a pegada ecológica em Cabo Verde entre 1981 e 2023

De acordo com a figura 14, Cabo Verde apresenta um défice ecológico consistente desde a década de 1980, com a pegada ecológica a exceder largamente a biocapacidade.

O crescimento económico moderno, ao intensificar a pressão sobre os recursos naturais, evidencia a necessidade de repensar os modelos de produção e consumo, de forma a reduzir a pegada ecológica e a aproximar-la da biocapacidade disponível, garantindo um desenvolvimento mais sustentável.

3.4. A utilização individual dos recursos e os custos ecológicos

Responde tu

1. Explicita os conceitos de biocapacidade e de pegada ecológica.
2. Distingue reserva ecológica de défice ecológico.
3. Observa a figura 14, e indica o ano em que a pegada ecológica de Cabo Verde foi igual à sua biocapacidade.

3.4.2. Impactos ambientais resultantes da exploração de recursos

A exploração de recursos naturais é fundamental para o desenvolvimento económico e social, fornecendo matéria-prima, energia e produtos essenciais para a sociedade. No entanto, essa atividade está frequentemente associada a impactos ambientais significativos, que podem comprometer a qualidade de vida, a saúde dos ecossistemas e a sustentabilidade a longo prazo. Entre os principais impactos destacam-se a poluição, as alterações climáticas e a degradação ambiental.

Poluição

A poluição é um dos principais impactos ambientais decorrentes da exploração de recursos naturais e das atividades humanas em geral. Ela consiste na introdução de substâncias ou formas de energia no ambiente que provocam efeitos negativos nos ecossistemas, na saúde humana e na qualidade de vida.

São tipos de poluição:

Tipo de poluição	Descrição	Fontes
Poluição do ar	Alteração das características do ar pela libertação de gases e partículas.	Queima de combustíveis fósseis em indústrias e transportos.
Poluição da água	Contaminação de águas doces (rios, lagoas, lençóis freáticos) e marinhas.	Lançamento de efluentes industriais, esgotos domésticos e lixiviação de fertilizantes agrícolas.
Poluição do solo	Degradação da camada superficial de terra, afetando a sua produtividade.	Uso excessivo de pesticidas na agricultura, deposição inadequada de resíduos sólidos (lixão) e acidentes minerais.

Gráficos e mapas com informação detalhada

Responde tu, com questões para consolidares todos os conteúdos

Cada unidade encerra com...

2. A globalização e a regionalização económica

Em resumo...

- O que é a mundialização económica?** É um processo histórico de expansão das relações humanas, económicas e culturais pelo mundo, ligando diferentes regiões.
- O que é a globalização?** É o fase mais recente e acelerada da mundialização, marcada por integração intensa de mercados, comunicação e tecnologia em escala planetária.
- O que é a globalização económica?** É o processo pelo qual bens e serviços passam a ser comercializados entre os diferentes países do mundo de forma cada vez mais intensa.
- Quais são os fatores chave da globalização económica?**
 - Avanços nos transportes.
 - desenvolvimento das TIC.
 - abertura dos mercados e liberalização do comércio internacional.
 - ação das empresas transnacionais.
 - melhoria nos sistemas financeiros e bancários internacionais.
 - difusão de modelos de consumo comuns.
- Quais os impactos positivos da mundialização das trocas?**
 - maior variedade e menor preço para o consumidor final.
 - criação de emprego em países em desenvolvimento.
 - disseminação de tecnologia e know-how.
 - estímulo à inovação.
- Quais os impactos negativos da mundialização das trocas?**
 - Aumento da desigualdade económica entre países.
 - possível deslocalização de indústrias dos países desenvolvidos.
 - aumento das desigualdades sociais e económicas entre países.
 - pressão ambiental.
- O que são empresas multinacionais?** São empresas que têm o seu sede num país, mas que desenvolvem atividades económicas noutros países, através de filiais, sucursais ou unidades de produção.
- O que são empresas transnacionais?** São empresas que fragmentam o seu processo produtivo, utilizando diferentes fases do ciclo de valor (matérias-primas, fabrico de componentes, montagem final, distribuição, etc) nos países mais vantajosos em termos de custos (mão de obra, matérias-primas, incentivos fiscais, etc.).

3.3. Regionalização económica

- O que é a globalização financeira?** É o processo através do qual os mercados financeiros de diferentes países se tornam cada vez mais ligados e interdependentes.
- Que fatores regulam a globalização financeira?**
 - Avanço tecnológico.
 - liberalização dos mercados financeiros.
 - desregulamentação dos mercados financeiros.
 - desintermediação financeira.
 - surgimento de novos instrumentos financeiros.
 - crescimento do investimento internacional.
 - expansão das empresas transnacionais.
- Quais os principais fluxos do sistema financeiro globalizado?**
 - Investimento Direto Estrangeiro (IDE).
 - Investimento de carteira.
 - empréstimos internacionais.
 - remessas de migrantes.
 - capitais de curto prazo (speculativos).
 - movimentos cambiais.
 - fluxos de capitais.
- Quais os principais atores do sistema financeiro globalizado?**
 - Bancos comerciais e bancos de investimento.
 - bancos centrais.
 - empresas transnacionais.
 - investidores institucionais.
 - instituições financeiras internacionais.
 - Governos e bancos nacionais.
 - mercados financeiros.
 - empresas de rating (agências de notação financeira).
 - famílias e trabalhadores migrantes.
- Quais as oportunidades e benefícios da globalização financeira?**
 - maior eficiência económica global.
 - maior facilidade de acesso a capital.
 - diversificação do risco.
- Quais os riscos e desafios da globalização financeira?**
 - Propagação de crises (crise do crédito contágio).
 - volatilidade dos mercados.
 - diminuição da autonomia.
 - aumento da desigualdade.
- Que fatores regulam a mobilização populacional?**
 - Económicos.
 - sociais e demográficos.
 - políticos.
 - ambientais.
 - sociológicos.
 - culturais.

Em resumo..., uma síntese final com todos os pontos-chave que deves abordar em cada unidade

1

Crescimento e Desenvolvimento	6
1.1. Crescimento económico e desenvolvimento	8
1.1.1. Noção de crescimento económico	8
1.1.2. Noção de desenvolvimento	10
1.1.3. Crescimento económico e desenvolvimento: indicadores simples e indicadores compostos	11
1.2. Crescimento económico moderno	30
1.2.1. Fontes de crescimento económico	30
1.2.2. Características do crescimento económico moderno	36
1.2.3. Ciclos de crescimento económico	41
1.3. Desenvolvimento humano e sustentável	44
1.3.1. Desenvolvimento humano e sustentável: noção e importância	44
1.3.2. Os problemas ambientais e o esgotamento dos recursos	46
1.3.3. As desigualdades atuais de desenvolvimento	48

2

A globalização e a regionalização económica	57
2.1. Globalização económica, financeira e cultural	58
2.1.1. Noção de mundialização e de globalização	58
2.1.2. Noção de mundialização das trocas de bens e serviços	60
2.1.3. A globalização do sistema financeiro	66
2.1.4. Características dos diferentes movimentos da população e a sua evolução a nível mundial	70
2.1.5. A globalização cultural	79
2.2. Globalização nos países em desenvolvimento	83
2.2.1. Noção de polarização	83
2.2.2. A polarização das trocas mundiais: posição dos países desenvolvidos e em desenvolvimento	84
2.2.3. Estrutura e peso do comércio externo nos países em desenvolvimento	86
2.3. Regionalização económica	89
2.3.1. Integração económica	89
2.3.2. Formas de integração em diferentes áreas geográficas	94
2.3.3. A necessidade de regulamentação da economia mundial	99

3

Desenvolvimento e utilização dos recursos	108
3.1. A relação entre o progresso tecnológico e o crescimento demográfico	110
3.1.1. Crescimento demográfico	110
3.1.2. Transição demográfica	112
3.2. O desenvolvimento dos países e as estruturas demográficas	115
3.2.1. Estrutura demográfica	115
3.3. As consequências económicas resultantes da questão demográfica	124
3.4. A utilização indiscriminada dos recursos e os custos ecológicos	130
3.4.1. Crescimento económico moderno e pressão sobre os recursos naturais	130
3.4.2. Impactos ambientais resultantes da exploração de recursos	133
3.4.3. Padrões culturais e estilos de vida: obstáculos ao desenvolvimento	138
3.4.4. Limitações ao funcionamento da economia e respostas aos problemas ambientais	143
3.5. O aquecimento global	146
3.5.1. Causas do aquecimento global	146
3.5.2. Consequências do aquecimento global	147
3.5.3. Medidas para combater o aquecimento global	148

4

O desenvolvimento e os direitos humanos	158
4.1. Direitos humanos – noção, características e diferentes gerações	160
4.1.1. Noção de direitos humanos	160
4.1.2. Evolução histórica dos direitos humanos	163
4.1.3. Características dos direitos humanos	165
4.1.4. Diferentes gerações de direitos humanos	166
4.1.5. Universalidade dos direitos humanos e diversidade cultural	170
4.2. Economia e justiça social: o direito ao desenvolvimento	172
4.2.1. Justiça social	172
4.2.2. Direito ao desenvolvimento	173
4.2.3. Diálogo Norte-Sul	176
4.3. Economia e cidadania: o direito à não discriminação	179
4.3.1. Discriminação positiva e negativa	180
4.3.2. Tipos de discriminação	181
4.3.3. Cidadania e desenvolvimento humano	183
4.4. Economia e ecologia: o direito a um ambiente saudável	184
4.4.1. Desenvolvimento sustentável	184
4.4.2. Defesa do ambiente	186
4.4.3. Direitos ambientais	186
4.5. Economia, desenvolvimento e direitos humanos	187
4.5.1. Desenvolvimento humano sustentável	187
4.5.2. Desenvolvimento como liberdade	188

1



ESG



Crescimento e Desenvolvimento

- 1.1. Crescimento económico e desenvolvimento
- 1.2. Crescimento económico moderno
- 1.3. Desenvolvimento humano e sustentável



ESG

1 Crescimento e Desenvolvimento

Objetivos de aprendizagem

- Distinguir e relacionar crescimento económico e desenvolvimento
- Interpretar indicadores de desenvolvimento simples e compostos
- Explicar as fontes de crescimento económico (aumento da dimensão dos mercados, investimento de capital e progresso técnico)
- Explicar as características do crescimento económico moderno (inovação tecnológica, aumento da produção e da produtividade, alterações na estrutura da atividade económica, modificação do modo de organização económica e melhoria do nível de vida)
- Compreender o conceito de ciclo económico e as suas fases
- Apresentar o conceito de desenvolvimento humano e sustentável
- Compreender os efeitos do consumo sobre o meio ambiente e o esgotamento dos recursos
- Analisar os indicadores de desenvolvimento e avaliar o nível de desenvolvimento de diferentes regiões/países

1.1. Crescimento económico e desenvolvimento

1.1.1. Noção de crescimento económico



https://www.rtp.pt/noticias/economia/cabo-verde-lidera-crescimento-dos-palop-com-expansao-de-59-este-ano_n1661103 [consult. 20 fev 2026]

Esta notícia refere que Cabo Verde liderou o crescimento económico dos PALOP em 2025.

Mas o que significa crescimento económico?

O crescimento económico corresponde ao aumento sustentado da capacidade produtiva de uma economia ao longo de um determinado período de tempo – geralmente um ano ou um trimestre. Esse crescimento pode ser avaliado e quantificado, refletindo uma mudança essencialmente **quantitativa**. Em termos simples, significa que a economia está a produzir mais bens e serviços e, conseqüentemente, a gerar mais riqueza. A riqueza gerada, ao ser distribuída,

transforma-se em despesa. Assim, uma maior produção conduz a um aumento do rendimento, que por sua vez estimula a despesa – tanto em consumo como em investimento (público e privado) – e amplia o acesso a bens e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Crescimento económico

Aumento da capacidade produtiva de uma economia ao longo do tempo, refletido na expansão do valor total dos bens e serviços produzidos. Representa uma **mudança quantitativa** que indica que a economia está a gerar mais rendimento e riqueza, permitindo, potencialmente, a melhoria das condições de vida da população.



Vídeo
Crescimento económico e desenvolvimento humano



Indicador de crescimento económico: PIB

O crescimento económico mede-se, normalmente, através da **taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB)** de um país entre dois períodos (geralmente de um ano para o outro ou de um trimestre para o outro).

Produto Interno Bruto (PIB)

É o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos num país durante um determinado período (geralmente um ano).

A taxa de variação do PIB calcula-se através da utilização da fórmula:

$$\text{Taxa de variação do PIB} = \frac{\text{PIB período atual} - \text{PIB período anterior}}{\text{PIB período anterior}} \times 100$$

Exemplo

PIB em 2025 = 203 mil milhões de unidades monetárias

PIB em 2024 = 200 mil milhões de unidades monetárias

$$\text{Taxa de variação do PIB} = \frac{203 - 200}{200} \times 100 = 1,5\%$$

A economia do país cresceu 1,5% de 2024 para 2025.

Responde tu

- 1 Apresenta a noção de crescimento económico.
- 2 Calcula a taxa de variação do PIB de um país, sabendo que o seu PIB em 2024 foi de 500 mil milhões de unidades monetárias e, em 2025, passou para 525 mil milhões de unidades monetárias. Interpreta o valor obtido.

1.1.2. Noção de desenvolvimento

O desenvolvimento é um conceito complexo e multifacetado que se estende muito para além do simples crescimento económico. O desenvolvimento abrange melhorias nas condições de vida da população, na igualdade, sustentabilidade e acesso a direitos fundamentais. O desenvolvimento inclui:

- crescimento económico (aumento da produção e do rendimento);
- melhoria na distribuição do rendimento;
- redução da pobreza e do desemprego;
- acesso a educação, saúde e habitação;
- sustentabilidade ambiental;
- fortalecimento das instituições democráticas e da participação cívica.

Enquanto o crescimento económico foca na expansão da produção de bens e serviços, o desenvolvimento considera aspetos económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais de forma integrada.

Desenvolvimento

Processo pelo qual um país melhora as condições de vida da sua população. Envolve uma **mudança qualitativa**, ou seja, melhorias em saúde, educação, habitação, emprego e bem-estar geral, potenciadas pelo crescimento económico.

Crescimento económico *versus* desenvolvimento

Crescimento económico	Desenvolvimento
Aumento do PIB	Melhoria da qualidade de vida
Pode ocorrer sem inclusão	Requer inclusão social
Foco em indicadores quantitativos	Foco em indicadores qualitativos e humanos

Em conclusão, é possível haver crescimento económico sem que ocorra desenvolvimento, mas não pode existir desenvolvimento sem crescimento

económico. Ou seja, o crescimento económico é uma **condição necessária, mas não suficiente**, para alcançar o desenvolvimento.

Responde tu

- 1 Apresenta a noção de desenvolvimento.
- 2 Explicita a afirmação: "O crescimento económico é condição necessária, mas não suficiente, para alcançar o desenvolvimento".

1.1.3. Crescimento económico e desenvolvimento: indicadores simples e indicadores compostos

Para se medir o crescimento económico e o desenvolvimento, recorre-se a **indicadores** que permitem quantificar, comparar e avaliar a evolução da economia e da qualidade de vida da população.

Os indicadores podem ser classificados em **simples** ou **compostos**, dependendo da quantidade de informações que incorporam.

Indicadores simples

Os indicadores simples são medidas estatísticas que servem para medir e quantificar de forma direta e específica **um aspeto particular** da realidade social ou económica.

Características dos indicadores simples:



Facilidade de medição

Baseiam-se em dados objetivos, como valores monetários, taxas ou quantidades.



Clareza

São intuitivos e amplamente utilizados para análises rápidas.



Limitação

Capturam apenas uma faceta do fenómeno, podendo não refletir a complexidade do crescimento económico ou desenvolvimento.

Os indicadores simples podem-se agrupar em diferentes tipos, consoante o aspeto da realidade que pretendem medir. Assim, existem indicadores simples de natureza económica, demográfica, social, educacional, saúde, político-social, entre outros.

1. Crescimento e Desenvolvimento

Tipo de indicador	Descrição	Exemplos
Económicos	Permitem avaliar o desempenho e a estabilidade da economia de um país.	<ul style="list-style-type: none"> - Produto Interno Bruto (PIB) - PIB <i>per capita</i> - Taxa de crescimento do PIB - Taxa de inflação - Taxa de desemprego - Taxa de juro - Salário médio - Balança comercial - Outros
Demográficos	Descrevem e analisam a estrutura, a evolução e as características da população de um país ou região.	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa bruta de natalidade - Taxa bruta de mortalidade - Taxa de mortalidade infantil - Crescimento efetivo - Esperança de vida à nascença - Índice de envelhecimento - Densidade populacional - Estrutura etária - Taxa de emigração/imigração - Outros
Socioculturais	Permitem avaliar o nível de desenvolvimento social, cultural e de qualidade de vida de uma população.	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de alfabetização - Anos médios de escolaridade - Taxa de abandono escolar - Acesso à Internet/tecnologia - Participação cultural - Acesso a saneamento básico - Acesso a serviços de saúde - Hábitos de leitura - Outros
Político-sociais	Permitem avaliar o funcionamento das instituições políticas, o grau de participação dos cidadãos e a qualidade da democracia de um país.	<ul style="list-style-type: none"> - Participação eleitoral - Índice de perceção da corrupção - Respeito pelos Direitos Humanos - Liberdade de imprensa - Representação de género no Parlamento - Outros

Fig. 1 – Exemplos de indicadores simples.

Indicadores compostos

Os **indicadores compostos** são medidas que resultam da combinação de vários indicadores simples, com o objetivo de fornecer uma visão mais abrangente e integrada de fenómenos complexos, como o desenvolvimento humano, a pobreza ou a sustentabilidade, permitindo a comparação entre países ou regiões.

Elementos-chave dos indicadores compostos:



Agregação

Combinação matemática de diferentes indicadores simples que medem aspetos distintos de um conceito abstrato, por exemplo, o Desenvolvimento Humano.



Ponderação

Os indicadores simples agregados geralmente possuem pesos diferentes para refletir a sua importância relativa dentro do índice final.



Natureza sintética

Ao condensar múltiplas dimensões num único valor (geralmente numa escala de 0 a 1 ou de 0 a 100), o índice facilita a comparação entre países ou períodos de tempo.



Conceitos abstratos

São utilizados para medir conceitos abrangentes e abstratos, como Desenvolvimento, Competitividade, Qualidade de vida, Liberdade económica ou Sustentabilidade.

Indicadores compostos para medir o desenvolvimento

Índice de Desenvolvimento Humano
(IDH)

Índice de Desigualdade de Género
(IDG)

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
(IDHAD)

Índice de Pobreza Multidimensional
(IPM)

Índice de Desenvolvimento Humano por Género
(IDHG)

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta
(IDHP)

Fig. 2 – Exemplos de indicadores compostos para medir o desenvolvimento

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos indicadores compostos mais importantes e amplamente reconhecidos a nível global para medir e comparar o nível de desenvolvimento socioeconómico de diferentes países e regiões. Foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, tendo sido introduzido no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nesse mesmo ano.

Mahbub ul Haq queria criar um indicador que fosse além do PIB *per capita* (dimensão económica), centrado nas pessoas e nas suas capacidades e não apenas na riqueza económica, para medir, de forma mais justa, o bem-estar e a qualidade de vida das populações.

Para capturar a complexidade do desenvolvimento humano, o IDH combina e mede o progresso de um país em três dimensões essenciais:

Dimensões	Indicadores	O que mede	ODS*
1. Vida longa e saudável (Saúde)	Esperança de vida à nascença	A saúde e as condições de vida da população	ODS 3
2. Acesso ao conhecimento (Educação)	Anos de escolaridade previstos	O acesso ao saber e o nível de instrução da população	ODS 4.3
	Média de anos de escolaridade		ODS 4.4
3. Padrão de vida digno (Rendimento)	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i> (PPC)	O poder de compra e o bem-estar económico	ODS 8.5

* Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)



Fig. 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).



Vídeos
A Voz do
especialista: IDH



Índice de
Desenvolvimento
Humano (IDH)



Objetivos de
desenvolvimento
sustentável



Atividade
Distribuição
mundial do
Índice de
Desenvolvimento
Humano

Para calcular o IDH, cada um dos três componentes – saúde, educação e rendimento – é transformado num índice (que varia entre 0 e 1), sendo o valor final obtido através da média geométrica desses três índices, resultando num número que varia de **0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano máximo)**.

O Relatório de Desenvolvimento Humano classifica os países em quatro níveis de desenvolvimento humano:

Desenvolvimento humano muito elevado	IDH \geq 0,800
Desenvolvimento humano elevado	$0,700 \leq$ IDH $<$ 0,800
Desenvolvimento humano médio	$0,550 \leq$ IDH $<$ 0,700
Desenvolvimento humano baixo	IDH $<$ 0,550

Classificação do IDH	País	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita	Classificação do IDH
		Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2021 PPC \$)	
2023		2023	2023	2023	2023	2023	2022
Desenvolvimento humano muito elevado (74 países)							
1	Islândia	0,972	82,7	18,9	13,9	69 117	3
2	Noruega	0,970	83,3	18,8	13,1	112 710	1
2	Suíça	0,970	84,0	16,7	13,9	81 949	2
4	Dinamarca	0,962	81,9	18,7	13,0	76 008	4
5	Alemanha	0,959	81,4	17,3	14,3	64 053	6
5	Suécia	0,959	83,3	19,0	12,7	66 102	4
7	Austrália	0,958	83,9	20,7	12,9	58 277	8
8	Hong Kong, China (RAE*)	0,955	85,5	16,9	12,4	69 436	9
8	Países Baixos	0,955	82,2	18,6	12,7	68 344	7
10	Bélgica	0,951	82,1	19,0	12,7	63 582	13
(...)							
73	Maurícia	0,806	74,9	14,2	10,1	27 280	75
74	Bósnia e Herzegovina	0,804	77,9	13,2	11,0	19 827	73

* RAE – Região Administrativa Especial

1. Crescimento e Desenvolvimento

Classificação do IDH	País	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita	Classificação do IDH
		Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2021 PPC \$)	
		2023	2023	2023	2023	2023	
Desenvolvimento humano elevado (50 países)							
75	Irão	0,799	77,7	14,0	10,8	16 096	77
76	São Vicente e Granadinas	0,798	71,2	16,3	11,3	17 247	75
76	Tailândia	0,798	76,4	15,4	9,0	20 570	78
(...)							
122	Samoa	0,708	71,7	12,4	11,3	5 952	123
123	Nicarágua	0,706	74,9	11,5	9,9	6 881	124
124	Nauru	0,703	62,1	12,8	9,4	19 642	125
Desenvolvimento humano médio (43 países)							
125	Butão	0,698	73,0	13,2	5,8	13 843	126
126	Essuatíni	0,695	64,1	15,2	8,7	9 919	126
126	Iraque	0,695	72,3	12,4	6,8	12 654	126
(...)							
135	Cabo Verde	0,668	76,1	11,4	6,1	8 165	135
(...)							
165	Tanzânia	0,555	67,0	8,6	6,1	3 515	165
166	Haiti	0,554	64,9	10,9	5,4	2 935	166
167	Lesoto	0,550	57,4	11,0	7,7	3 029	167
Desenvolvimento humano baixo (26 países)							
168	Paquistão	0,544	67,6	7,9	4,3	5 501	168
169	Senegal	0,530	68,7	9,1	2,9	4 202	169
170	Gâmbia	0,524	65,9	9,0	4,7	2 812	170
(...)							
191	República Centro-Africana	0,414	57,4	7,4	4,0	1 100	-----
192	Somália	0,404	58,8	7,5	1,9	1 475	192
193	Sudão do Sul	0,388	57,6	5,6	5,7	688	191

Fig. 4 – Índice de Desenvolvimento Humano e suas componentes no ano de 2023.

A figura 4 apresenta a classificação de alguns países segundo o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2023 e mostra, de forma detalhada, os valores das suas três componentes – saúde, educação (com dois indicadores distintos) e rendimento –, bem como a classificação de cada país no IDH de 2022.

País	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Mudança na classificação do IDH
	Valor							
	2000	2010	2015	2020	2021	2022	2023	2015-2023
Cabo Verde	0,585	0,648	0,658	0,647	0,651	0,664	0,668	-7

Fig. 5 – Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde entre 2000 e 2023.

Human Development Report 2025 – PNUD

A figura 5 mostra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde, entre 2000 e 2023, bem como a mudança na classificação do IDH no período de 2015 a 2023.

Cabo Verde apresenta, no período em análise, um nível de **desenvolvimento humano médio**. De forma geral, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registou uma evolução positiva, passando de 0,585, em 2000, para 0,668, em 2023, o valor mais elevado do período, o que evidencia um progresso global no desenvolvimento humano do país. Contudo, a classificação do país diminuiu sete posições entre 2015 e 2023 (-7), o que indica que, embora o seu IDH tenha aumentado, outros países evoluíram mais rapidamente, justificando assim a queda relativa no *ranking* mundial.

Aprende mais



Fig. 6 – Mahbub ul Haq (1934 – 1998)

Mahbub ul Haq

Foi um economista, teórico do desenvolvimento internacional e político paquistanês.

Considerado um dos maiores economistas da sua época, criou o Índice de Desenvolvimento Humano, amplamente utilizado para avaliar o desenvolvimento dos países.

https://pantheon.world/profile/person/Mahbub_ul_Haq
[consult. 5 out 2025]

Aprende mais



Fig. 7 – Amartya Sen (1933 – ...)

Amartya Sen

Nasceu em 1933, em Santiniketan, uma cidade universitária indiana.

É um dos mais notáveis pensadores mundiais, uma referência para a discussão de temas como a globalização, o liberalismo económico, o terrorismo ou a desigualdade entre os géneros.

O seu trabalho de investigação acerca dos mecanismos da fome e da pobreza, do desenvolvimento humano, do estado social e do liberalismo político valeram-lhe o Prémio Nobel da Economia em 1998.

<https://www.wook.pt/autor/amartya-sen> [consult. 5 out 2025]

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) é um indicador composto, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para complementar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tradicional.

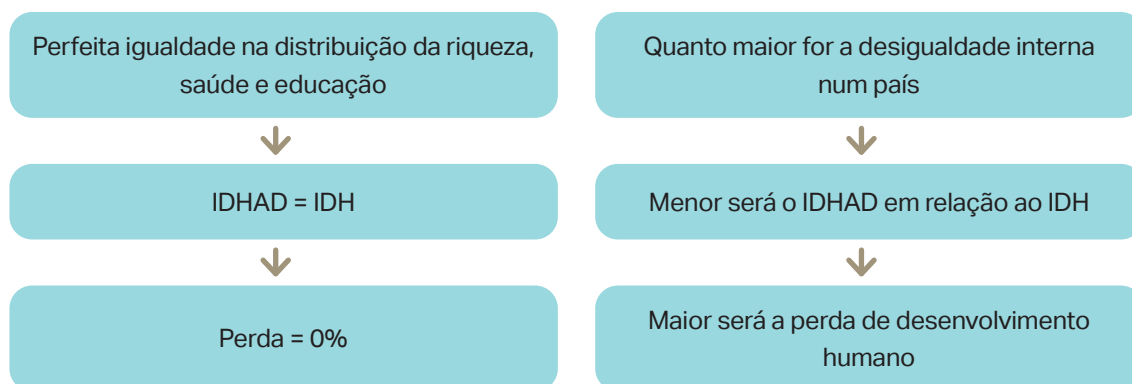
O IDH tradicional mede o nível médio ou potencial de desenvolvimento humano de um país (saúde, educação, rendimento), assumindo uma distribuição perfeita. Contudo, as médias escondem as desigualdades internas, pelo que o IDHAD mede o nível de desenvolvimento real, quando se considera a desigualdade.

O IDHAD é calculado “descontando” o valor do IDH tradicional em função do nível de desigualdade encontrado em cada uma das suas três dimensões, através da fórmula:

$$\text{Perda de desenvolvimento (Perda global em \%)} = \frac{\text{IDH} - \text{IDHAD}}{\text{IDH}} \times 100$$

Assim, o IDHAD resolve o problema da desigualdade ao:

- **ajustar o IDH:** leva em consideração a distribuição desigual da saúde, educação e rendimento entre a população de um país;
- **medir o desenvolvimento real:** o IDHAD reflete o nível de desenvolvimento humano real de um país, depois de sofrer a penalização imposta pela desigualdade.



Quanto maior a desigualdade, menor será o valor do IDHAD em relação ao IDH.

País	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		
	Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença de classificação do IDH
	2023	2023	2023	2023
Cabo Verde	0,668	0,478	28,4	-1

Fig. 8 – IDH, IDHAD e Perda global (%) em Cabo Verde em 2023.

Human Development Report 2025 – PNUD

Pela análise da figura 8, verificamos que, em 2023, Cabo Verde registou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,668, o que corresponde a um nível de desenvolvimento humano médio. No entanto, quando se consideram as desigualdades internas, o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD) desce para 0,478, revelando uma perda global de 28,4%. Isto significa que as desigualdades no acesso à saúde, à educação e ao rendimento reduzem significativamente o nível real de desenvolvimento humano no país. Além disso, Cabo Verde baixa uma posição na classificação mundial quando se aplica o ajuste pela desigualdade, o que mostra que o progresso alcançado não é igualmente partilhado por toda a população.



Fig. 9 – Vista aérea da cidade da Praia em Santiago – capital de Cabo Verde.



Fig. 10 – Aldeia rural no norte da ilha de Boa Vista, em Cabo Verde.

Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG)

O Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG) é um indicador criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para comparar o desenvolvimento humano alcançado separadamente por mulheres e homens num determinado país. Este índice baseia-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tradicional, mas desagregado por género, permitindo avaliar as desigualdades existentes entre ambos. Ele utiliza exatamente os mesmos componentes e metodologia do IDH tradicional (saúde, educação e rendimento), mas aplica-os especificamente à população feminina e à população masculina.

O IDHG é calculado através da fórmula:

$$\text{IDHG} = \frac{\text{IDH Mulheres}}{\text{IDH Homens}}$$

IDHG = 1	Igualdade total de desenvolvimento humano entre homens e mulheres.
IDHG < 1	As mulheres apresentam níveis de desenvolvimento humano mais baixos que os homens (o mais comum).
IDHG > 1	As mulheres apresentam níveis de desenvolvimento humano mais altos que os homens (mais raro).

Com base nos valores do IDHG, o PNUD classifica os países em cinco grupos segundo o nível de igualdade de género no desenvolvimento humano. Esses grupos vão do 1 ao 5, conforme o grau de paridade (igualdade) entre homens e mulheres.

Grupo 1	Países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%.
Grupo 2	Países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%.
Grupo 3	Países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%.
Grupo 4	Países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%.
Grupo 5	Países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Fig. 11 – Classificação dos países de acordo com o IDHG.

País	Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDH)		Índice de Desenvolvimento Humano	
			Valor	
	Valor	Grupo	Feminino	Masculino
	2023	2023	2023	2023
Cabo Verde	0,964	2	0,653	0,677

Fig. 12 – IDHG em Cabo Verde em 2023.

Human Development Report 2025 – PNUD

Pela análise da figura 12, Cabo Verde registou, em 2023, um Índice de Desenvolvimento Humano de Género (IDHG) de 0,964, situando-se no Grupo 2, o que indica paridade relativamente alta entre homens e mulheres. O IDH feminino foi de 0,653, enquanto o masculino atingiu 0,677, revelando uma diferença pequena entre os dois géneros. Estes resultados mostram que as mulheres cabo-verdianas alcançam 96,4% do nível de desenvolvimento humano dos homens, refletindo um avanço significativo na igualdade de género no país, ainda que persistam pequenas disparidades nas dimensões de saúde, educação e rendimento.

País	2023							
	Esperança de vida à nascença		Anos de escolaridade previstos		Média de anos de escolaridade		Rendimento nacional bruto estimado <i>per capita</i>	
	(Anos)		(Anos)		(Anos)		(2021 PPC \$)	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Cabo Verde	79,2	72,9	11,6	11,1	5,8	6,3	5 998	10 259

Fig. 13 – Componentes do IDHG em Cabo Verde em 2023.

Human Development Report 2025 – PNUD

Analisando os componentes do IDHG constantes da figura 13, os dados do PNUD mostram que, em 2023, as mulheres cabo-verdianas viviam em média 79,2 anos, contra 72,9 anos para os homens, revelando uma clara vantagem feminina na esperança de vida. No domínio da educação, as mulheres têm ligeiramente mais anos de escolaridade previstos (11,6 contra 11,1), embora os homens apresentem uma média de escolaridade um pouco superior (6,3 contra 5,8). No entanto, a maior diferença entre géneros verifica-se no rendimento nacional bruto *per capita*, onde os homens ganhavam, em média, 10 259 dólares (PPC 2021), enquanto as mulheres obtinham apenas 5 998 dólares, o que representa cerca de 58% do rendimento masculino.

Índice de Desigualdade de Género (IDG)

O Índice de Desigualdade de Género (IDG) mede as desvantagens específicas que as mulheres enfrentam em comparação com os homens em três áreas fundamentais do desenvolvimento humano: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho.

O índice foi criado pelo PNUD para mostrar as perdas no desenvolvimento humano causadas pelas desigualdades de género.

O IDG combina três dimensões principais, cada uma com indicadores próprios:

Dimensões	Indicadores	Descrição	ODS
Saúde reprodutiva	Taxa de mortalidade materna	Número de mortes devidas a causas relacionadas com a gravidez por 100 000 nascidos-vivos.	3.1
	Taxa de natalidade na adolescência	Número de nascimentos por 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.	3.7
Capacitação	Percentagem de assentos no parlamento	Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional, expressa em percentagem do total de assentos.	5.5
	População com frequência de ensino secundário	Percentagem da população com 25 anos ou mais que atingiu (mas não necessariamente completou) um nível secundário de educação.	4.4
Mercado de trabalho	Taxa de participação na força de trabalho	Proporção da população em idade ativa (15 anos ou mais) que se envolve no mercado de trabalho, trabalhando ou procurando ativamente trabalho, expressa como uma percentagem da população em idade ativa.	8.5

Fig. 14 – Estrutura do Índice de Desigualdade de Género (IDG).

Human Development Report 2025 – PNUD

O IDG varia entre **0 e 1**:

0 – igualdade total entre homens e mulheres

1 – desigualdade máxima (todas as desvantagens concentradas nas mulheres)

Portanto, quanto menor o valor do IDG, maior a igualdade de género.

País	2023	
	Índice de Desigualdade de Género (IDG)	
	Valor	Classificação
Cabo Verde	0,298	77

Fig. 15 – Índice de Desigualdade de Género (IDG) em 2023, em Cabo Verde.

Human Development Report 2025 – PNUD

De acordo com a figura 15, em 2023, Cabo Verde registou um IDG de 0,298, ocupando a 77.^a posição na classificação mundial do PNUD. Este valor revela que o país apresenta um nível moderado de desigualdade entre homens e mulheres, com avanços notáveis nas áreas da educação e saúde reprodutiva, mas ainda com desafios persistentes na participação política e no acesso a rendimentos equitativos.

País	Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Percentagem de assentos no parlamento	População com frequência de ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
	(mortes por 100 000 nados-vivos)	(nascimentos por 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
				Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
	2020	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Cabo Verde	42	38,8	41,7	30,2	34,8	44,9	61,9

Fig. 16 – Componentes do IDG em 2023, em Cabo Verde.

Human Development Report 2025 – PNUD

Analisando os componentes do IDG constantes da figura 16, em 2023, Cabo Verde apresentou uma taxa de mortalidade materna (em 2020) de 42 mortes por 100 000 nados-vivos e uma taxa de natalidade na adolescência de 38,8 por mil, revelando avanços na saúde reprodutiva, embora a gravidez precoce ainda represente um desafio. As mulheres ocupam 41,7% dos assentos no parlamento, o que demonstra elevada capacitação política feminina.

Contudo, a percentagem de mulheres com ensino secundário completo (30,2%) continua ligeiramente inferior à dos homens (34,8%), e a participação feminina na força de trabalho (44,9%) é consideravelmente menor do que a masculina (61,9%).

Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) mede a proporção da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações, ou seja, a privação simultânea das pessoas em várias dimensões essenciais da vida humana, não apenas o dinheiro que ganham, mas também a falta de acesso à saúde, educação ou condições de vida dignas.

O IPM é composto por três dimensões principais, semelhantes às do IDH, mas centradas nas carências básicas:

Dimensões	Indicadores	Descrição	ODS
Saúde	Nutrição	Subnutrição; morte de uma criança na família.	2
	Mortalidade infantil		3
Educação	Anos de escolaridade	Nenhum adulto completou 6 anos de escolaridade; crianças não frequentam a escola.	4
	Frequência escolar		
Nível de vida	Acesso a eletricidade	Famílias sem eletricidade, sem saneamento, ou que usam lenha/carvão para cozinhar.	7
	Combustível de cozinha		
	Água potável		6
	Saneamento		
	Tipo de piso		
	Bens domésticos		1

Fig. 17 – Estrutura do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Human Development Report 2025 – PNUD

O IPM combina duas informações principais:

- 1. Incidência da pobreza (H):** porcentagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional (privadas em pelo menos 1/3 dos indicadores).
- 2. Intensidade da pobreza (A):** média das privações sofridas pelas pessoas pobres.

$$\text{IPM} = H \times A$$

O IPM varia entre **0 e 1**:

0 – nenhuma pobreza multidimensional

1 – pobreza total (privação máxima em todas as dimensões)

Portanto, quanto menor o valor do IPM, menor a pobreza multidimensional.

Uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre quando a sua pontuação de privação ponderada é igual ou superior a 33,3%, o que significa que se encontra privada em pelo menos 1/3 dos 10 indicadores avaliados.

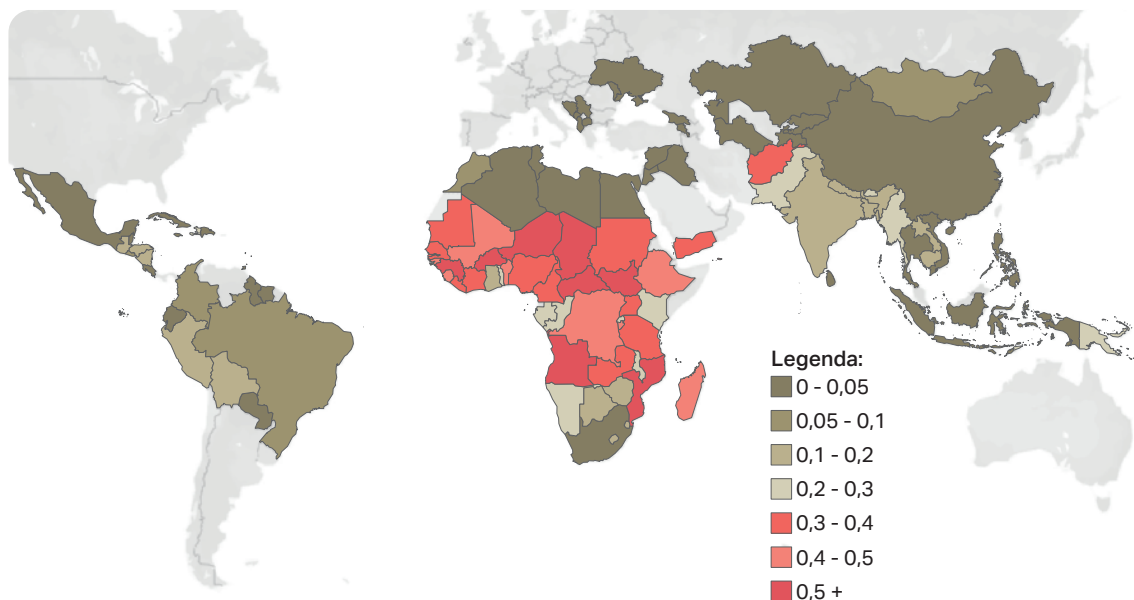


Fig. 18 – Índice de Pobreza Multidimensional por país.

Tableau Public 2025 [consult. 20 out 2025]

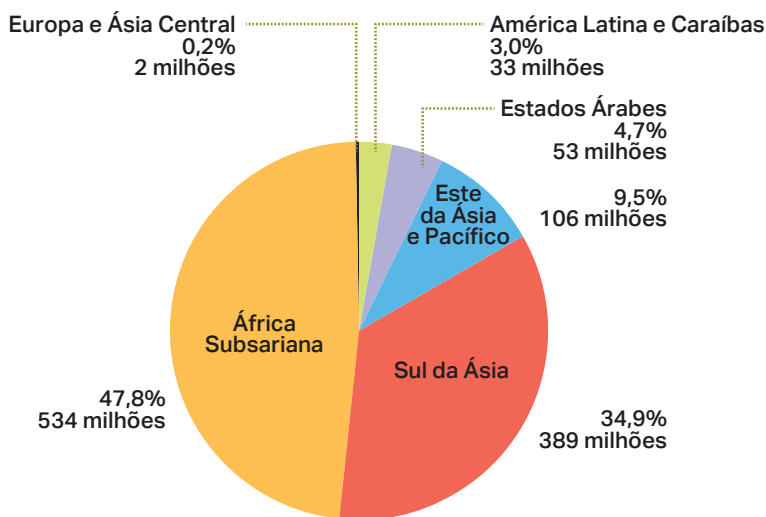


Fig. 19 – Proporção e número de pessoas pobres por região.

Global Multidimensional Poverty Index 2023 – PNUD

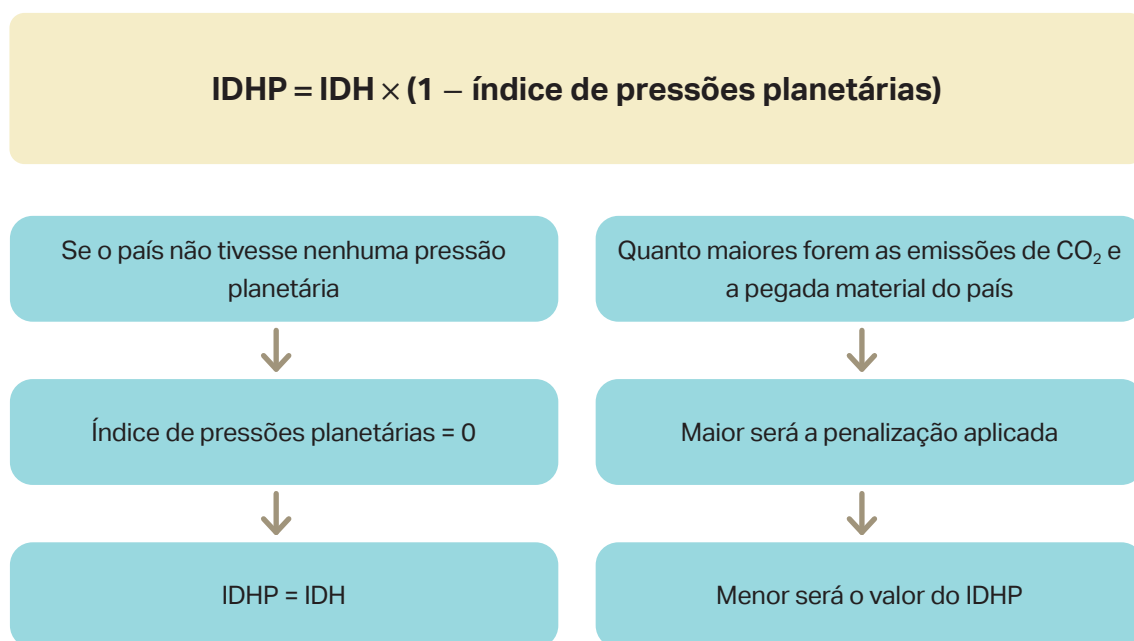
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP) é um dos indicadores mais recentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ele surgiu para refletir uma preocupação central do século XXI: o desenvolvimento humano sustentável, ou seja, progredir sem destruir o planeta.

O IDHP ajusta o IDH (saúde, educação e rendimento), incorporando dois indicadores simples que medem a pressão exercida sobre o planeta:

- emissões de dióxido de carbono (CO₂) *per capita* (baseado na produção): mede o contributo do país para as alterações climáticas e o efeito de estufa;
- pegada material *per capita*: mede a quantidade de recursos naturais (biomassa, combustíveis fósseis, minerais) que o país utiliza, direta e indiretamente, nas suas cadeias produtivas.

O PNUD calcula o IDHP da seguinte forma:



O IDHP é visto como um incentivo para a transformação e uma bússola para a era do Antropoceno (a época geológica onde as atividades humanas se tornaram a principal força de alteração do planeta).

Quadro resumo dos indicadores de Desenvolvimento Humano:

Indicador	O que mede	Intervalo de valores	Interpretação
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Mede o nível médio de desenvolvimento humano, com base na saúde, educação e rendimento.	0 – 1	Quanto maior , melhor
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	Mostra o nível real de desenvolvimento efetivamente vivido pelas pessoas, depois de descontadas as desigualdades.	0 – 1	Quanto maior , melhor
Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG)	Compara o IDH de homens e mulheres, mostrando o nível de paridade de género.	Pode ser inferior, igual ou superior a 1	Quanto mais próximo de 1 , maior igualdade
Índice de Desigualdade de Género (IDG)	Mede as desigualdades entre homens e mulheres em saúde, capacitação e trabalho.	0 – 1	Quanto menor , melhor
Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	Mede as carências simultâneas em saúde, educação e nível de vida.	0 – 1	Quanto menor , melhor
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)	Ajusta o IDH considerando emissões de CO ₂ e uso de recursos naturais (pegada material).	0 – 1	Quanto maior , melhor (menos impacto ambiental)

Fig. 20 – Quadro-resumo dos indicadores de Desenvolvimento Humano.



Fig. 21 – Índice de Desenvolvimento Humano.

Limitações dos indicadores de desenvolvimento

Apesar de serem ferramentas fundamentais para medir o progresso humano, os indicadores de desenvolvimento apresentam várias limitações.

Indicador	Limitações principais
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	<ul style="list-style-type: none"> – Resume o desenvolvimento humano a apenas três dimensões (saúde, educação e rendimento), ignorando fatores como desigualdade, sustentabilidade ambiental, segurança, qualidade de vida, cultura ou liberdade política. – Não mostra disparidades internas – um país pode ter um IDH elevado e, ainda assim, ter grandes desigualdades regionais ou sociais.
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	<ul style="list-style-type: none"> – Apesar de considerar desigualdades, não identifica quais grupos (género, região, etnia, etc.) são mais afetados. – Depende fortemente da qualidade dos dados estatísticos nacionais, que nem sempre são atualizados ou comparáveis.
Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG)	<ul style="list-style-type: none"> – Mede apenas as diferenças médias entre homens e mulheres, sem captar desigualdades dentro de cada grupo. – Não reflete aspetos culturais, sociais ou institucionais que limitam a igualdade de género.
Índice de Desigualdade de Género (IDG)	<ul style="list-style-type: none"> – Baseia-se em poucos indicadores (saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho), não cobrindo todos os aspetos da desigualdade. – Diferenças de qualidade de dados entre países dificultam comparações precisas.
Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	<ul style="list-style-type: none"> – As dimensões e os limiares de privação são definidos de forma padronizada, podendo não refletir as realidades locais. – Não considera o rendimento monetário diretamente, o que pode limitar a compreensão completa da pobreza.
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)	<ul style="list-style-type: none"> – Foca-se apenas em duas pressões ambientais (CO₂ e pegada material), deixando de fora outros impactos ecológicos (biodiversidade, uso da água, poluição, etc.). – Penaliza países com industrialização recente, que ainda dependem de recursos para crescer.

Além das limitações específicas de cada índice, todos os indicadores de desenvolvimento partilham algumas fragilidades estruturais:

- **Simplificação excessiva** – reduzem fenómenos complexos a um número único.
- **Dependência de dados** – a qualidade do índice depende da fiabilidade das estatísticas nacionais.



Vídeo
Críticas ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Interatividade
Limitações do IDH e indicadores compostos

- **Foco em médias nacionais** – escondem desigualdades regionais, sociais e de género.
- **Perspetiva ocidental** – os critérios de “desenvolvimento” refletem sobretudo valores económicos e sociais de países desenvolvidos.
- **Não captam fatores subjetivos** como bem-estar psicológico, felicidade, cultura, segurança, liberdade ou qualidade ambiental local.

Responde tu

1 Classifica os seguintes indicadores com base na dimensão em que se inserem (económica, demográfica, sociocultural ou político-social):

- | | |
|--|---|
| a) Esperança média de vida | e) Produto Interno Bruto (PIB) |
| b) Grau de participação na vida política | f) Rendimento médio das famílias |
| c) Índice de corrupção | g) Taxa de alfabetização |
| d) Número de televisões/agregado familiar | h) Taxa de desemprego |
| | i) Taxa de emigração/imigração |

2 Estabelece a correspondência entre cada indicador do desenvolvimento (coluna A) e a descrição de cada um desses indicadores (coluna B).

Coluna A	Coluna B
A. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	I. Mede as disparidades relativas ao Índice de Desenvolvimento Humano por género.
B. Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)	II. Medida composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho.
C. Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG)	III. Regista as múltiplas privações que as pessoas dos países em desenvolvimento enfrentam em matéria de saúde, educação e níveis de vida.
D. Índice de Desigualdade de Género (IDG)	IV. Valor do IDH ajustado em função do nível de emissões de dióxido de carbono e da pegada material <i>per capita</i> , de modo a ter em conta as pressões humanas excessivas sobre o planeta.
E. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	V. Mede o progresso de um país em três dimensões essenciais: saúde, educação e rendimento.

1.2. Crescimento económico moderno

O crescimento económico moderno teve origem com a Revolução Industrial, iniciada na Grã-Bretanha, no final do século XVIII. Até então, a produção crescia pouco e era absorvida pelo aumento da população, mantendo os níveis de vida próximos da subsistência. A Revolução Industrial marcou a transição de economias agrárias para economias industriais, impulsionada pela introdução de novas tecnologias (como a máquina a vapor), pela organização da produção em fábricas, pelo uso de novas fontes de energia, como o carvão, e pela inovação contínua. Estes avanços permitiram um aumento sem precedentes da produtividade, fazendo com que, pela primeira vez, a produção crescesse a um ritmo superior ao da população, dando início ao crescimento económico moderno.

1.2.1. Fontes de crescimento económico

O crescimento económico refere-se ao aumento sustentado da produção de bens e serviços numa economia ao longo do tempo, medido geralmente pelo aumento real do Produto Interno Bruto (PIB). Entre as principais **fontes de crescimento económico**, destacam-se três fatores essenciais, tais como: o aumento da dimensão dos mercados (interno e externo), o investimento de capital (físico e humano) e o progresso técnico.



Fig. 22 – Fontes de crescimento económico.

Aumento da dimensão dos mercados (interno e externo)

O aumento da dimensão dos mercados é uma das principais fontes de crescimento económico, uma vez que amplia as oportunidades de produção, de investimento e de consumo dentro de uma economia. Quanto maior for o mercado, ou seja, quanto mais consumidores e empresas nele participarem, maior será o potencial para gerar economias de escala, inovação e ganhos de produtividade, elementos fundamentais para o desenvolvimento económico sustentável.

O **mercado interno** cresce quando há aumento da população, aumento do rendimento das famílias, maior acesso ao crédito e expansão dos setores produtivos.

À medida que a procura interna aumenta, as empresas sentem-se incentivadas a investir em novas tecnologias, ampliar a sua produção e contratar mais

trabalhadores, o que gera um efeito multiplicador na economia. Este processo leva a um aumento do PIB e a uma melhoria do nível de vida da população. Além disso, o crescimento do mercado interno promove a diversificação da produção e estimula o surgimento de novas empresas, criando um ambiente económico mais dinâmico e competitivo.

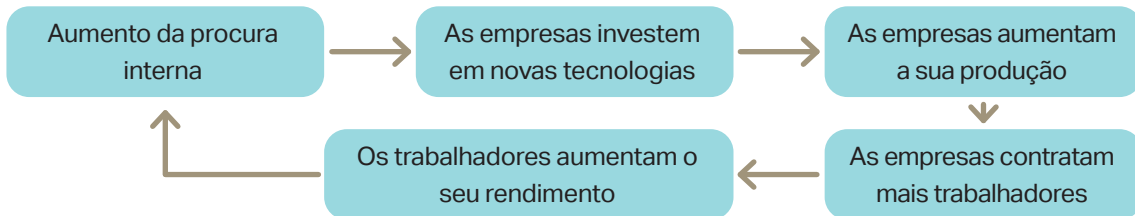


Fig. 23 – Aumento da dimensão do mercado interno como fonte de crescimento económico.

Por outro lado, o **mercado externo**, ou seja, o conjunto de relações comerciais com outros países, desempenha um papel cada vez mais importante. A abertura ao comércio internacional permite às empresas nacionais exportar bens e serviços, aceder a novos consumidores e beneficiar de tecnologias e inovações estrangeiras. Quando um país amplia as suas exportações, obtém receitas em moeda estrangeira, o que reforça a sua capacidade de importar bens de capital e matérias-primas necessários para sustentar o crescimento interno. Além disso, a inserção em mercados internacionais estimula as empresas a melhorar a qualidade e a competitividade dos seus produtos, adotando padrões mais elevados de produção e gestão.

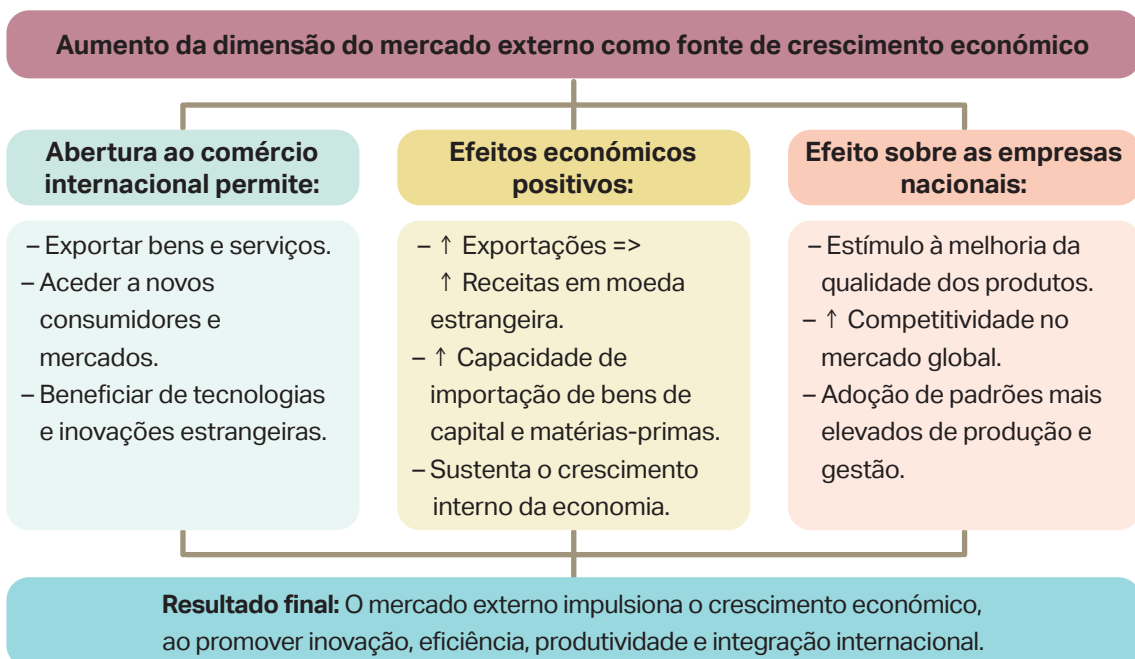


Fig. 24 – Aumento da dimensão do mercado externo como fonte de crescimento económico.

O aumento da dimensão dos mercados, tanto interno como externo, conduz ainda ao surgimento de **economias de escala**, que ocorrem quando a produção em grande volume permite reduzir os custos médios e aumentar a eficiência. Essa maior eficiência produtiva torna as empresas mais competitivas e contribui para aumentar o rendimento nacional e o emprego.

Em síntese, o aumento da dimensão dos mercados é essencial para o crescimento económico, pois estimula a produção, o investimento, a inovação e a produtividade. Um mercado maior torna as empresas mais dinâmicas e integradas, criando um ciclo positivo em que o aumento da procura leva a mais produção, mais rendimento e maior desenvolvimento do país.

Investimento de capital (físico e humano)

O investimento de capital (físico e humano) é uma das principais fontes de crescimento económico, pois permite aumentar a capacidade produtiva de um país e melhorar a eficiência com que os recursos são utilizados.

Este consiste na aplicação de recursos financeiros na aquisição de máquinas, equipamentos, infraestruturas, tecnologias e formação da mão de obra, com o objetivo de ampliar a produção e gerar maior valor económico no futuro.

Quando as empresas e o Estado investem em **capital físico**, como fábricas, máquinas, viaturas, matérias-primas, estradas, portos, redes de energia ou tecnologia, a economia torna-se mais eficiente e competitiva. Essas melhorias reduzem os custos de produção e aumentam a produtividade, permitindo que as empresas produzam mais com os mesmos recursos.

Ao mesmo tempo, o investimento gera novos empregos, aumenta o rendimento das famílias e estimula a procura de bens e serviços, o que reforça ainda mais o crescimento económico.

Além do capital físico, o investimento em **capital humano**, isto é, em educação, saúde e formação profissional, é igualmente essencial. Trabalhadores mais qualificados e saudáveis são mais produtivos, adaptam-se melhor às novas tecnologias e contribuem para a inovação. Assim, o investimento no ser humano é um elemento-chave para sustentar o crescimento a longo prazo.

Outro aspeto importante é que o investimento cria um efeito multiplicador na economia: quando uma empresa investe, contrata fornecedores, trabalhadores e serviços, o que gera novos rendimentos que voltam a circular no sistema económico. Este processo estimula outras empresas a investir também, alimentando um ciclo contínuo de crescimento e desenvolvimento.

Investimento de capital (físico e humano) como fonte de crescimento económico



Fig. 25 – Investimento de capital como fonte de crescimento económico.

Em síntese, o investimento de capital é fundamental porque aumenta a produtividade, cria emprego, promove a inovação e melhora a qualidade de vida da população. Economias que investem de forma consistente e equilibrada em capital físico e humano conseguem manter um crescimento económico sustentado e uma maior competitividade.



Fig. 26 – Investimento de capital físico e humano.

Progresso técnico

O progresso técnico (ou inovação tecnológica) constitui a principal fonte de crescimento económico sustentável a longo prazo. Ao contrário do aumento da dimensão dos mercados ou do investimento de capital, que enfrentam limitações físicas e retornos decrescentes, o progresso técnico permite produzir mais com os mesmos recursos (ou o mesmo com menos recursos), elevando a produtividade total dos fatores.

O progresso técnico pode assumir diversas formas:

- **Inovação no produto:** introdução de um novo produto ou de uma melhoria na qualidade de um produto já existente.
- **Inovação no processo:** introdução de um novo método de produção.
- **Inovação no mercado:** abertura de um novo mercado, em particular um novo mercado para exportação.
- **Inovação nos recursos:** nova fonte de fornecimento de matérias-primas.
- **Inovação organizacional:** nova forma de organização empresarial.

O progresso técnico tem efeitos multiplicadores sobre o resto da economia. A introdução de novas tecnologias cria novas indústrias e profissões, estimula o investimento de capital e melhora o nível de qualificação da força de trabalho. Também favorece o crescimento das exportações, pois permite produzir bens com maior valor acrescentado e qualidade.

Para promover o progresso técnico, os países devem investir em investigação e desenvolvimento (I&D), formação em ciências e tecnologias, infraestruturas digitais e ecossistemas de inovação (incubadoras e parques tecnológicos).

Em síntese, o progresso técnico é essencial para o crescimento económico, porque aumenta a produtividade, impulsiona a inovação e melhora a competitividade das economias. É o motor principal do crescimento sustentado, permitindo que os países avancem na direção de um desenvolvimento económico e social equilibrado.



Fig. 27 – Investigação e Desenvolvimento.

Responde tu

1 Indica as fontes de crescimento económico.

2 Selecciona a opção que completa corretamente a afirmação.

O aumento da dimensão dos mercados, tanto interno como externo, contribui para o crescimento económico de um país, porque

- A)** reduz a concorrência entre empresas e limita o comércio internacional.
- B)** permite aumentar a produção, o investimento e as exportações, estimulando o emprego e o rendimento.
- C)** faz diminuir o consumo e a procura interna, reduzindo os níveis de produção.

3 Completa o texto com as palavras adequadas.

O investimento **a)** é uma importante fonte de crescimento económico, pois permite aumentar a capacidade produtiva e melhorar a eficiência dos recursos.

O investimento em **b)** inclui a compra de máquinas, construção de infraestruturas e melhoria das instalações. Já o investimento em **c)** refere-se à aplicação de recursos em educação, saúde e formação profissional, tornando os trabalhadores mais produtivos e preparados para novas tecnologias.

4 Estabelece a correspondência entre as diversas formas de inovação (coluna A) e a sua descrição (coluna B).

Coluna A	Coluna B
A. Inovação no produto	I. Abertura de um novo mercado
B. Inovação no processo	II. Introdução de um novo método de produção
C. Inovação no mercado	III. Introdução de um novo produto ou de uma melhoria num produto já existente
D. Inovação nos recursos	IV. Nova forma de organização empresarial
E. Inovação organizacional	V. Nova fonte de fornecimento de matérias-primas

1.2.2. Características do crescimento económico moderno

O conceito de “crescimento económico moderno” foi pioneiro pelo economista Simon Kuznets, distinguindo-o do crescimento lento e irregular das economias pré-industriais. Este fenómeno, que começou com a Revolução Industrial no final do século XVIII, é caracterizado não apenas por um aumento sustentado do produto *per capita*, mas por uma transformação profunda e estrutural da sociedade. As suas características principais estão interligadas e reforçam-se mutuamente.

Inovação tecnológica

Aumento da produção e da produtividade

Alterações na estrutura da atividade económica

Modificação do modo de organização económica

Melhoria do nível de vida

Aprende mais



Fig. 28 – Simon Kuznets (1901 – 1985)

Simon Kuznets

Economista norte-americano, de origem russa.

Foi pioneiro no estudo do rendimento nacional dos Estados Unidos e na determinação das razões do crescimento económico dos países. A sua teoria conduziu a uma nova compreensão da estrutura económica e social e do processo de desenvolvimento e valeu-lhe a atribuição do Prémio Nobel da Economia em 1971.

<https://www.infopedia.pt> [consult. 4 nov 2025]

Inovação tecnológica (o motor fundamental)

A inovação tecnológica é a força impulsionadora do crescimento moderno. Novas máquinas, equipamentos, sistemas de informação e métodos de produção tornam as empresas mais eficientes e produtivas. Diferente dos avanços esporádicos do passado, a inovação tornou-se sistemática e institucionalizada.

- **Investigação e desenvolvimento (I&D):** a inovação deixa de ser fruto do acaso ou de inventores isolados e passa a ser um esforço contínuo e financiado, realizado em laboratórios e departamentos de empresas e universidades.
- **Aplicação científica:** há uma ligação direta entre avanços na ciência fundamental e o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à produção.

Exemplos: o motor a vapor, o motor de combustão interna, a eletricidade, a microeletrónica, a Internet e, atualmente, a inteligência artificial e a biotecnologia.

Assim, a inovação tecnológica permite produzir mais, melhor e com menos recursos, impulsionando o desenvolvimento sustentável.

Aumento da produção e da produtividade (o resultado mensurável)

O impacto direto da inovação é um aumento sem precedentes na capacidade de produção.

- **Crescimento acelerado do PIB *per capita*:** a produção total de bens e serviços cresce a um ritmo muito superior ao crescimento populacional, levando a um aumento sustentado do rendimento médio por pessoa.
- **Aumento da produtividade:** este é o fator-chave. A produtividade (*output* por unidade de *input*, seja de trabalho ou de capital) dispara. Graças à tecnologia, cada trabalhador, com o auxílio de máquinas e processos mais eficientes, produz muito mais em menos tempo. Quando a produtividade cresce, as empresas tornam-se mais competitivas, os custos de produção diminuem e o rendimento nacional aumenta, permitindo um círculo virtuoso de crescimento. É o crescimento baseado na eficiência, e não apenas no aumento de recursos.

Alterações na estrutura da atividade económica (a transformação setorial)

À medida que a economia cresce, o peso relativo dos três grandes setores sofre uma mudança radical, descrita pela **Lei dos três setores**:

- **Declínio do setor primário:** a agricultura, que ocupava a grande maioria da força de trabalho nas sociedades pré-industriais, vê a sua quota no PIB e no emprego diminuir drasticamente devido aos ganhos de produtividade (mecanização).
- **Ascensão e posterior declínio do setor secundário:** a indústria transformadora (manufatura) torna-se o motor da economia, atraindo mão de obra do campo. Nas fases mais avançadas do desenvolvimento, a própria indústria torna-se tão produtiva que a sua quota de emprego começa a diminuir.
- **Dominância do setor terciário:** os serviços passam a ser o setor dominante em termos de PIB e emprego. Isto inclui finanças, saúde, educação, comércio, turismo, tecnologias da informação e entretenimento.

Essas mudanças refletem a modernização da economia, a urbanização e o aumento das necessidades de consumo e serviços da população. A estrutura económica torna-se, assim, mais diversificada, complexa e interdependente.

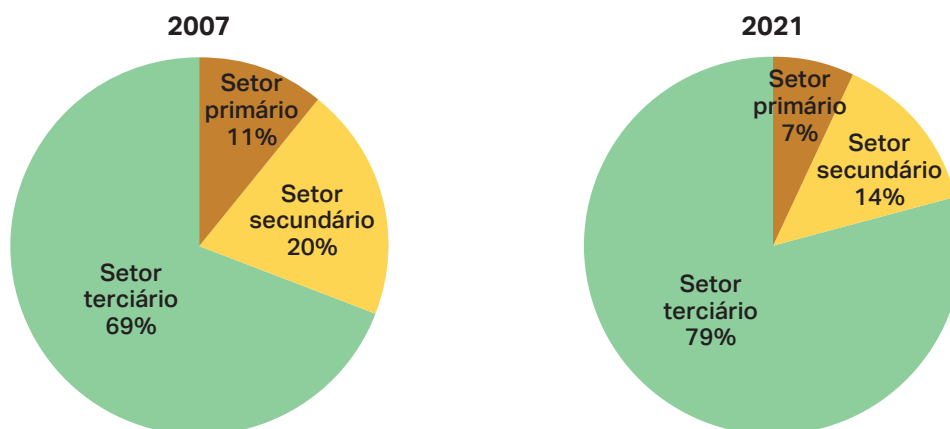


Fig. 29 – Estrutura setorial da atividade económica, em Cabo Verde, em 2007 e em 2021.

Nota sobre o PIB por Ilha – Série 2015 a 2021, *Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde 2024* (adaptado) [consult. 17 out 2025]

Em Cabo Verde, entre 2007 e 2021, ocorreu uma redução do peso dos setores primário e secundário (no setor primário, de 11% para 7% e, no setor secundário, de 20% para 14%), e um forte crescimento do setor terciário (de 69% para 79%).

Modificação do modo de organização económica (novas formas de produzir)

A tecnologia exige e permite novas formas de organização.

- **Urbanização:** migração da população do campo para as cidades, onde se localizam as fábricas e os serviços.
- **Empresas de grande dimensão:** surge a grande empresa moderna (muitas vezes através de fusões e aquisições), com estruturas hierárquicas complexas, separação entre a propriedade (acionistas) e a gestão (gestores assalariados) e operação em escala massiva (para aproveitar as economias de escala proporcionadas pelas novas tecnologias e pelo alargamento dos mercados).
- **Mercados complexos:** desenvolvem-se sistemas financeiros sofisticados para canalizar poupanças para o investimento e mercados de capitais.
- **Alteração do papel do Estado:** o Estado passa a intervir para regular, planear e promover o desenvolvimento sustentável, garantindo estabilidade económica e bem-estar social.

Melhoria do nível de vida (o objetivo final)

O crescimento económico moderno traduz-se, no longo prazo, em melhorias tangíveis para a população.

- **Aumento do rendimento real *per capita*:** as pessoas têm poder de compra para adquirir uma maior quantidade e variedade de bens e serviços.
- **Transformação do consumo:** a despesa das famílias desloca-se de bens essenciais (como alimentação) para bens duradouros (automóveis, eletrodomésticos) e, posteriormente, para serviços (saúde, educação, lazer).
- **Melhorias sociais:** aumento da esperança de vida, redução da mortalidade infantil, maior acesso à educação e a bens culturais; redução da pobreza, igualdade de género, participação cívica e proteção ambiental. A sociedade torna-se mais instruída e saudável.

Esquemáticamente:



Em síntese, o crescimento económico moderno é muito mais do que um simples gráfico ascendente do PIB. É um processo de transformação estrutural que redefine a forma como uma sociedade produz, trabalha, se organiza e vive. A sua sustentabilidade depende da capacidade de continuar a gerar e a aplicar inovação, adaptando-se continuamente às novas realidades tecnológicas.

Responde tu

- 1 Identifica as características do crescimento económico moderno.
- 2 Explicita as principais características do crescimento económico moderno e o modo como a inovação tecnológica contribui para esse processo.
- 3 O crescimento económico moderno apresenta várias características. Assinala as que se aplicam.
 - A. Predomínio do setor primário.
 - B. Inovação tecnológica.
 - C. Urbanização crescente.
 - D. Redução da produtividade.

1.2.3. Ciclos de crescimento económico

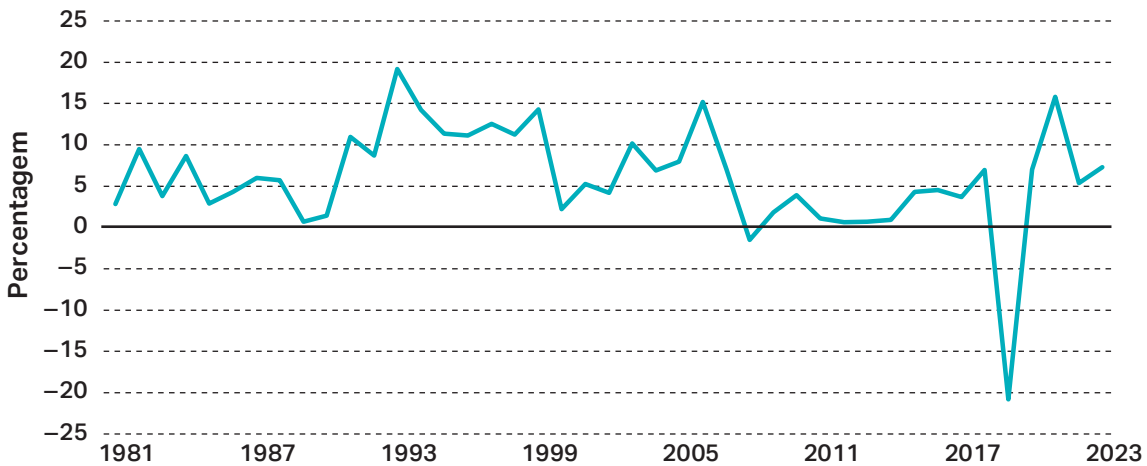


Fig. 30 – Taxa de crescimento do PIB real, em Cabo Verde, entre 1981 e 2024.

World Bank Group (adaptado) [consult. 5 out 2025]

Observando o gráfico da figura 30, que apresenta a taxa de crescimento do PIB real em Cabo Verde entre 1981 e 2024, verificamos que o crescimento económico tem variado ao longo do tempo, alternando períodos em que a taxa de crescimento é positiva, com períodos em que essa taxa se torna nula ou negativa. Concluimos, então, que o crescimento económico não ocorre de forma linear e contínua, mas sim através de fases sucessivas de crescimento rápido e lento ou negativo, que podem ter maior ou menor duração (podem durar de 2 a 10 anos) e intensidade (alguns são suaves, outros são severos) – são os **ciclos de crescimento económico**. Estas variações formam um movimento cíclico em torno da tendência de crescimento de longo prazo – uma sequência que se repete, embora nunca de forma idêntica.

Para determinar os ciclos de crescimento económico, utiliza-se primariamente o Produto Interno Bruto (PIB) real, mas é a taxa de crescimento do PIB real que se analisa e monitoriza de forma mais imediata.

Ciclo de crescimento económico

Sucessão de fases de crescimento (prosperidade) e períodos de crescimento lento ou negativo (recessão), que mostram as oscilações do crescimento de um país ao longo do tempo, com reflexo na produção, no emprego, no consumo e no investimento.

Fases de um ciclo de crescimento económico

O ciclo de crescimento económico é tradicionalmente dividido em quatro fases distintas, que se seguem de forma sequencial:

- Expansão (ou recuperação);
- Pico (ou auge);
- Recessão (ou contração);
- Fundo (ou vale).

1. Expansão (ou recuperação)

A fase de expansão caracteriza-se por um **aumento da atividade económica**. A produção de bens e serviços cresce, o investimento e o consumo aumentam, as empresas contratam mais trabalhadores e o desemprego tende a diminuir. O clima económico é favorável, o que incentiva o crescimento da confiança dos agentes económicos.

2. Pico (ou auge)

O pico é o ponto mais alto do ciclo económico. A economia atinge o **nível máximo de produção** e de emprego, mas também podem começar a surgir **pressões inflacionistas** devido à elevada procura. É uma fase de **pleno emprego** e de utilização intensiva dos recursos, mas que pode preceder um abrandamento.

3. Recessão (ou contração)

Na fase de recessão, verifica-se uma **diminuição da atividade económica**. O consumo e o investimento reduzem-se, a produção baixa e o desemprego aumenta. As empresas enfrentam menores lucros e algumas podem encerrar, levando a uma quebra do rendimento das famílias e da confiança no mercado.

4. Fundo (ou vale)

O fundo é o ponto mais baixo do ciclo económico. A economia encontra-se num período de **fraca atividade**, com baixo nível de produção, elevado desemprego e pessimismo generalizado. No entanto, esta fase também pode marcar o **início de uma nova recuperação**, dando origem a um novo ciclo de expansão.

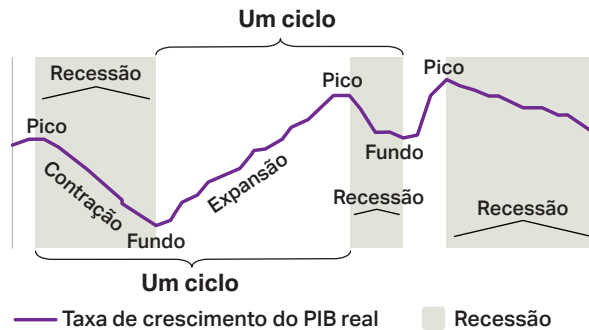
Graficamente:

Fig. 31 – Fases de um ciclo de crescimento económico.

Pedrosa, H. & Roxo, S. (2015), *Economia C – O Mundo em Perspetiva*, Porto Editora (adaptado) [consult. 20 out 2025]

O **ciclo completo** corresponde ao movimento de um Pico ao Pico seguinte (ou de um Fundo ao Fundo seguinte).

Quando uma economia se encontra em recessão por dois trimestres consecutivos, dizemos que há **recessão técnica**.

Síntese das fases de um ciclo de crescimento económico:

	Expansão	Pico	Recessão	Fundo
Descrição	A atividade económica cresce: aumento da produção, do investimento e do emprego	A economia atinge o ponto máximo do ciclo; a produção e o emprego estão no seu auge	A atividade económica diminui: queda da produção, do investimento e do emprego	Ponto mais baixo do ciclo económico; antecede uma nova recuperação
Principais indicadores económicos	<ul style="list-style-type: none"> – PIB aumenta – Desemprego diminui – Confiança dos consumidores e empresas cresce 	<ul style="list-style-type: none"> – PIB atinge o valor máximo – Pressões inflacionistas – Recursos totalmente utilizados 	<ul style="list-style-type: none"> – PIB reduz-se – Desemprego aumenta – Consumo e investimento diminuem 	<ul style="list-style-type: none"> – PIB atinge o mínimo – Desemprego elevado – Baixo nível de confiança
Situação na Economia	Fase de otimismo e crescimento	Fase de estabilidade temporária antes do abrandamento	Fase de incerteza e contração	Fase de transição para nova expansão

Responde tu

- 1 Define ciclo de crescimento económico.
- 2 Identifica as fases de um ciclo de crescimento económico.
- 3 Explica o que acontece durante a fase de recessão do ciclo económico, referindo as suas principais consequências para as famílias, as empresas e o Estado.

1.3. Desenvolvimento humano e sustentável

1.3.1. Desenvolvimento humano e sustentável: noção e importância

O desenvolvimento humano e sustentável combina duas dimensões essenciais do desenvolvimento: a **melhoria das condições de vida das pessoas** e a **preservação do ambiente**, assegurando que o crescimento atual não compromete o futuro das próximas gerações.

Como vimos, o **desenvolvimento humano** foca-se nas pessoas e no seu bem-estar. Vai além do crescimento económico e assenta em três dimensões: saúde, educação e rendimento, sendo avaliado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O objetivo é aumentar a qualidade de vida e as oportunidades das pessoas, não levando em consideração questões ambientais.

O **desenvolvimento sustentável** é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Este conceito, introduzido pelo Relatório *Brundtland* (1987), assenta em três pilares fundamentais:

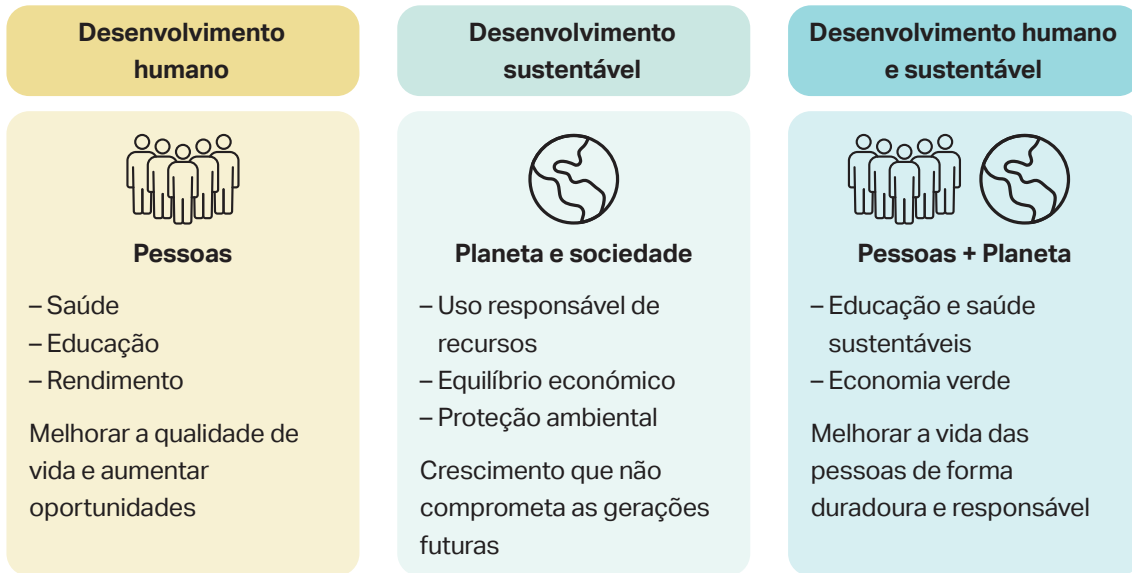
- Económico – crescimento equilibrado e eficiente;
- Social – promoção da equidade e redução das desigualdades;
- Ambiental – utilização responsável dos recursos naturais e proteção dos ecossistemas.

A articulação entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável é essencial porque:

- promove melhores condições de vida para todos, a longo prazo;
- garante justiça social e igualdade de oportunidades;
- protege o ambiente, assegurando recursos para o futuro;
- estimula economias mais equilibradas e resilientes;
- fortalece a cidadania e a responsabilidade coletiva.

Assim, o desenvolvimento humano e sustentável procura alcançar um equilíbrio entre o progresso social e económico e a preservação ambiental, assegurando um futuro mais justo e equilibrado para as gerações presentes e futuras.

Síntese:



Aprende mais



O **Relatório Brundtland** é um documento oficial publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em 1987. O seu título original é “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*, em inglês). A comissão foi presidida pela médica norueguesa Gro Harlem Brundtland, que deu nome ao relatório.

Este documento foi uma resposta à preocupação crescente com a degradação ambiental e a desigualdade social. Ele alertou que o modelo de desenvolvimento vigente estava a colocar em risco o futuro do planeta e das próximas gerações.

Mais de 35 anos após a sua publicação, o relatório continua atual, tendo servido de base para a **Agenda 2030** da ONU e para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

<https://www.edugeo360graus.com> (adaptado) [consult. 4 out 2025]

Responde tu

- 1 Apresenta a noção de desenvolvimento humano e sustentável.
- 2 Indica a importância do conceito de desenvolvimento humano e sustentável.

1.3.2. Os problemas ambientais e o esgotamento dos recursos

O modelo de consumo atual tem um impacto profundo e insustentável no planeta, dividindo-se essencialmente em dois grandes problemas: a poluição do ambiente e o esgotamento dos recursos.

1. Poluição e impacto ambiental

O ciclo de vida de um produto, desde a sua produção até à sua eliminação, gera várias formas de poluição, nomeadamente:

- **alterações climáticas:** a produção, transporte e utilização de bens dependem maioritariamente da queima de combustíveis fósseis. Isto resulta na libertação de gases com efeito de estufa (CO_2), que são o principal motor do aquecimento global.
- **contaminação da água e do ar**
 - **água:** a descarga de resíduos industriais e o escoamento agrícola (fertilizantes e pesticidas) contaminam rios, lençóis freáticos e oceanos, prejudicando ecossistemas e a saúde pública.
 - **ar:** emissões de fábricas e veículos geram *smog* (tipo de poluição atmosférica visível, normalmente formado pela mistura de fumo (*smoke*) e nevoeiro (*fog*)) e poluição atmosférica, afetando a qualidade do ar nas cidades.
- **resíduos e poluição dos solos:** o consumo rápido e descartável (sobretudo de embalagens plásticas) leva à acumulação excessiva de lixo em aterros e nos oceanos, poluindo solos e demorando séculos a decompor-se.
- **perda de biodiversidade:** a extração de recursos (mineração, desflorestação para criar pastagens ou monoculturas) destrói *habitats* naturais, levando à extinção de espécies.

2. Esgotamento e sobrecarga de recursos

O consumo global opera num modelo insustentável, excedendo a capacidade de regeneração do planeta:

- **esgotamento de recursos não renováveis:** o aumento da produção, especialmente de bens eletrónicos e duráveis, esgota as reservas finitas de minerais, metais raros e combustíveis fósseis. Estes recursos não se regeneram à escala de tempo humana, limitando o crescimento futuro.
- **sobrecarga de recursos renováveis:** embora se possam regenerar, os recursos renováveis estão a ser consumidos a um ritmo insustentável:
 - **água doce:** o consumo industrial e agrícola intensivo leva à escassez hídrica em muitas regiões.
 - **florestas:** a desflorestação excede a taxa de reflorestação, reduzindo a capacidade de o planeta absorver CO₂.
 - **recursos marinhos:** a pesca excessiva esgota os *stocks* de peixes, perturbando o equilíbrio dos oceanos.

A solução para mitigar estes efeitos passa pela transição do modelo económico linear (“produzir – utilizar – deitar fora”) para um modelo de **economia circular** (“reparar – reutilizar – reciclar”), focado em reduzir o consumo, reutilizar os bens e reciclar os materiais. Este novo modelo visa manter os recursos em uso o máximo de tempo possível, reduzindo a pressão sobre o ambiente.

Responde tu

- 1 Apresenta os efeitos do consumo sobre o meio ambiente.
- 2 Relaciona o consumo com o esgotamento dos recursos.



Fig. 32 – Problemas ambientais: poluição.



Fig. 33 – Esgotamento dos recursos: água.

1.3.3. As desigualdades atuais de desenvolvimento

As desigualdades atuais de desenvolvimento referem-se às disparidades profundas e persistentes na distribuição do rendimento, da riqueza, das oportunidades e do acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança, que se verificam tanto entre países (desigualdade global) como dentro de cada país (desigualdade interna).

Apesar dos avanços económicos e tecnológicos das últimas décadas, o desenvolvimento continua a ser muito desigual entre diferentes países e regiões do mundo. Estas desigualdades de desenvolvimento refletem-se nas diferenças de rendimento, de acesso a bens e serviços essenciais, de condições de vida e de oportunidades de progresso social e económico.

Desigualdades globais (entre países)

Os países desenvolvidos, situados maioritariamente na América do Norte, Europa, Japão e Austrália, caracterizam-se por um elevado rendimento *per capita*, bons sistemas de saúde e educação, infraestruturas modernas e elevada qualidade de vida.

Em contrapartida, muitos países em desenvolvimento – especialmente em África, Ásia e na América Latina – apresentam baixo rendimento, pobreza generalizada, défices de infraestruturas, acesso limitado a serviços básicos e elevadas taxas de analfabetismo.

Estas diferenças resultam de fatores variados, como o nível de industrialização, o grau de dependência económica, o passado colonial, as instabilidades políticas e os conflitos armados, que dificultam o progresso económico e social.

Regiões	2023				
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i>
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2021 PPC \$)
Estados Árabes	0,719	72,5	12,0	8,1	15 825
Ásia Oriental e Pacífico	0,775	75,9	14,6	8,3	19 520
Europa e Ásia Central	0,818	74,8	15,6	10,7	23 171

Regiões	2023				
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i>
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2021 PPC \$)
América Latina e Caraíbas	0,783	75,6	14,8	9,1	18 048
Ásia do Sul	0,672	71,9	12,1	6,8	8 722
África Subsariana	0,568	62,5	10,3	6,2	4 352

Fig. 34 – Índice de Desenvolvimento Humano e suas componentes no ano de 2023, em algumas regiões.

Human Development Report 2025 – PNUD

A figura 34, que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as suas componentes, em 2023, mostra grandes diferenças no nível de desenvolvimento entre as regiões do mundo.

As regiões mais desenvolvidas, como a Europa e Ásia Central e a Ásia Oriental e Pacífico, têm IDH mais elevado, maior esperança de vida, mais anos de escolaridade e rendimento mais alto.

Já as regiões menos desenvolvidas, como a África Subsariana e a Ásia do Sul, apresentam baixos níveis de rendimento, menos anos de estudo e menor esperança de vida, o que reflete piores condições de vida.

Desigualdades internas (dentro dos países)

As desigualdades de desenvolvimento também se verificam dentro dos próprios países. Em muitos casos, coexistem regiões mais ricas e industrializadas, com melhores serviços e oportunidades, e regiões mais pobres, com menos investimentos e fraco acesso a infraestruturas.

Além disso, há diferenças sociais e económicas entre grupos populacionais – por exemplo, entre homens e mulheres, entre áreas urbanas e rurais ou entre diferentes classes sociais.

Medição das desigualdades

A desigualdade de rendimentos é frequentemente medida pelo Índice de Gini, que varia de 0 (igualdade perfeita) a 100 (máxima desigualdade).

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) também é usado para dar uma visão mais precisa do bem-estar real, ajustando o



Vídeo
PD vs PED



IDH (que considera saúde, educação e rendimento) pela desigualdade dentro de cada dimensão.

As desigualdades são consideradas um obstáculo ao desenvolvimento sustentável e à estabilidade política.

Consequências das desigualdades

As desigualdades de desenvolvimento têm consequências graves:

- aumentam a pobreza e a exclusão social;
- limitam o acesso à educação e à saúde;
- provocam migrações internas e internacionais;
- geram instabilidade política e conflitos sociais;
- agravam os problemas ambientais, devido à exploração intensiva dos recursos em países mais pobres.

Reduzir estas desigualdades é um dos principais desafios globais. A cooperação internacional, o comércio justo, o investimento em educação e tecnologia e as políticas de desenvolvimento sustentável são fundamentais para promover um crescimento mais equilibrado e inclusivo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas destacam precisamente a necessidade de erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.



Fig. 35 – Alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Responde tu

- 1 Apresenta as principais causas das desigualdades atuais de desenvolvimento e a forma como estas desigualdades afetam a qualidade de vida das populações.
- 2 Seleciona a opção que melhor explica as desigualdades atuais de desenvolvimento entre os países do mundo.
 - A. Todos os países têm o mesmo acesso a recursos naturais e tecnologia.
 - B. As diferenças de industrialização, de acesso à educação e de rendimento explicam as desigualdades.
 - C. As desigualdades existem apenas por razões climáticas.
 - D. O comércio internacional elimina todas as desigualdades entre países.

Em resumo...

O que significa crescimento económico?



Aumento da capacidade produtiva de uma economia ao longo do tempo, refletido na expansão do valor total dos bens e serviços produzidos. Representa uma mudança quantitativa que indica que a economia está a gerar mais rendimento e riqueza, permitindo, potencialmente, a melhoria das condições de vida da população.

O que significa desenvolvimento?



Processo pelo qual um país melhora as condições de vida da sua população. Envolve uma mudança qualitativa, ou seja, melhorias em saúde, educação, habitação, emprego e bem-estar geral, potenciadas pelo crescimento económico.

Qual é a relação existente entre crescimento económico e desenvolvimento?



O crescimento económico é uma condição necessária, mas não suficiente, para alcançar o desenvolvimento. É possível haver crescimento económico sem que ocorra desenvolvimento, mas não pode existir desenvolvimento sem crescimento económico.

O que são indicadores simples?



São medidas estatísticas que servem para medir e quantificar de forma direta e específica um aspeto particular da realidade social ou económica.

Em que categorias podemos agrupar os indicadores simples?



- económicos;
- demográficos;
- socioculturais;
- político-sociais.

O que são indicadores compostos?



São medidas que resultam da combinação de vários indicadores simples, com o objetivo de fornecer uma visão mais abrangente e integrada de fenómenos complexos, como o desenvolvimento humano, a pobreza ou a sustentabilidade, permitindo a comparação entre países ou regiões.

De que indicadores compostos dispomos para medir o desenvolvimento?



- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD).
- Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG).
- Índice de Desigualdade de Género (IDG).
- Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).
- Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP).

O que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?

Mede o desenvolvimento humano em três dimensões essenciais:

- vida longa e saudável (saúde) – Esperança de vida à nascença;
- acesso ao conhecimento (educação) – Anos de escolaridade previstos e média de anos de escolaridade;
- padrão de vida digno (rendimento) – Rendimento nacional bruto (RNB) *per capita* (PPC).

Como se classifica o desenvolvimento humano dos países?

- Desenvolvimento humano muito elevado: $IDH \geq 0,800$.
- Desenvolvimento humano elevado: $0,700 \leq IDH < 0,800$.
- Desenvolvimento humano médio: $0,550 \leq IDH < 0,700$.
- Desenvolvimento humano baixo: $IDH \leq 0,5500$.

O que mede o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)?

O IDHAD mede o nível de desenvolvimento real, quando se considera a desigualdade. Atinge valores entre 0 e 1 e, quanto maior o valor do IDHAD, melhor.

O que mede o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG)?

O IDHG compara o IDH de homens e mulheres, mostrando o nível de paridade de género. Pode atingir valores inferiores, iguais ou superiores a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior a igualdade.

O que mede o Índice de Desigualdade de Género (IDG)?

O IDG mede as desigualdades entre homens e mulheres em saúde, capacitação e trabalho. Atinge valores entre 0 e 1 e, quanto menor o valor do IDG, melhor.

O que mede o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)?

O IPM mede as carências simultâneas em saúde, educação e nível de vida. Atinge valores entre 0 e 1 e, quanto menor o valor do IPM, melhor.

O que mede o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)?

O IDHP ajusta o IDH considerando emissões de CO_2 e o uso de recursos naturais (pegada material). Atinge valores entre 0 e 1 e, quanto maior o valor do IDHP, melhor (menos impacto ambiental).

Quais são as fontes de crescimento económico?

- Aumento da dimensão dos mercados (interno e externo);
- Investimento de capital (físico e humano);
- Progresso técnico.

Porque é que o aumento da dimensão dos mercados (interno e externo) é essencial para o crescimento económico?

Porque estimula a produção, o investimento, a inovação e a produtividade. Um aumento da procura leva a mais produção, mais rendimento e maior desenvolvimento do país.

Porque é que o investimento de capital (físico e humano) é essencial para o crescimento económico?

Porque aumenta a produtividade, cria emprego, promove a inovação e melhora a qualidade de vida da população.

Porque é que o progresso técnico é essencial para o crescimento económico?

Porque aumenta a produtividade, impulsiona a inovação e melhora a competitividade das economias.

Quais são as características do crescimento económico moderno?

- Inovação tecnológica (o motor fundamental);
- Aumento da produção e da produtividade (o resultado mensurável);
- Alterações na estrutura da atividade económica (a transformação setorial);
- Modificação do modo de organização económica (novas formas de produzir);
- Melhoria do nível de vida (o objetivo final).

Porque é que a inovação tecnológica é a força impulsionadora do crescimento moderno?

Porque permite produzir mais, melhor e com menos recursos, impulsionando o desenvolvimento sustentável.

Qual o impacto da inovação no crescimento económico?

- Aumento na capacidade de produção:
- crescimento acelerado do PIB *per capita*;
 - aumento da produtividade.

Que alterações é que o crescimento económico provoca na estrutura da atividade económica?



À medida que a economia cresce, o peso relativo dos três setores de atividade sofre uma mudança:

- declínio do setor primário;
- ascensão e posterior declínio do setor secundário;
- dominância do setor terciário.

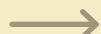
Que alterações é que o crescimento económico provoca no modo de organização económica?



A tecnologia exige e permite novas formas de organização:

- urbanização;
- empresas de grande dimensão;
- mercados complexos;
- alteração do papel do Estado.

Como é que o crescimento económico provoca melhoria do nível de vida?



Provoca melhorias tangíveis para a população:

- aumento do rendimento real *per capita*;
- transformação do consumo;
- melhorias sociais;
- alteração do papel do Estado.

O que é um ciclo de crescimento económico?



Uma sucessão de fases de crescimento (prosperidade) e períodos de crescimento lento ou negativo (recessão), que mostram as oscilações do crescimento de um país ao longo do tempo, com reflexo na produção, no emprego, no consumo e no investimento.

Quais são as fases de um ciclo de crescimento económico?



- Expansão (ou recuperação);
- Pico (ou auge);
- Recessão (ou contração);
- Fundo (ou vale).

Quais são as características da fase de Expansão?



A atividade económica cresce: aumento da produção, do investimento e do emprego.

Quais são as características do Pico?



A economia atinge o ponto máximo do ciclo; a produção e o emprego estão no auge.

Quais são as características da fase de Recessão?



A atividade económica diminui: queda da produção, do investimento e do emprego.

Quais são as características do Fundo?

A economia atinge o ponto mais baixo do ciclo económico; antecede uma nova recuperação.

O que é o desenvolvimento humano e sustentável?

É o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Porque é que o desenvolvimento humano e sustentável é importante?

- Promove melhores condições de vida para todos, a longo prazo;
- Garante justiça social e igualdade de oportunidades;
- Protege o ambiente, assegurando recursos para o futuro;
- Estimula economias mais equilibradas e resilientes;
- Fortalece a cidadania e a responsabilidade coletiva.

Quais os efeitos do consumo sobre o meio ambiente?

- Alterações climáticas;
- Contaminação da água e do ar;
- Resíduos e poluição dos solos;
- Perda de biodiversidade.

Quais os efeitos do consumo sobre os recursos?

- Esgotamento de recursos não renováveis;
- Sobrecarga de recursos renováveis (água doce, florestas e recursos marinhos).

A que dizem respeito as desigualdades atuais de desenvolvimento?

Às disparidades profundas e persistentes na distribuição do rendimento, da riqueza, das oportunidades e do acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança, que se verificam tanto entre países (desigualdade global) como dentro de cada país (desigualdade interna).

2



A globalização e a regionalização económica

- 2.1.** Globalização económica, financeira e cultural
- 2.2.** Globalização nos países em desenvolvimento
- 2.3.** Regionalização económica

2 A globalização e a regionalização económica

Objetivos de aprendizagem

- Distinguir a mundialização e a globalização
- Compreender o papel desempenhado pelas empresas multinacionais/transnacionais
- Explicar o papel das empresas transnacionais na globalização da economia
- Distinguir os diferentes fluxos de capital (investimentos, operações de crédito e empréstimos)
- Explicar os fatores que estão na base da globalização financeira
- Caracterizar os diferentes movimentos da população
- Referir fatores que estão na base da globalização cultural (padrões de cultura, difusão cultural, aculturação, padrões de consumo, estilos de vida)
- Explicar em que consiste a polarização das trocas mundiais
- Relacionar a polarização com a posição dos países desenvolvidos e com os países em desenvolvimento
- Relacionar a estrutura e o peso do comércio externo dos países em desenvolvimento
- Distinguir diferentes formas de integração económica
- Apresentar exemplos de organizações de integração económica em diferentes áreas geográficas
- Problematizar a necessidade de regulamentação da economia mundial, evidenciando o papel das instituições internacionais na gestão política e económica mundial

2.1. Globalização económica, financeira e cultural

2.1.1. Noção de mundialização e de globalização

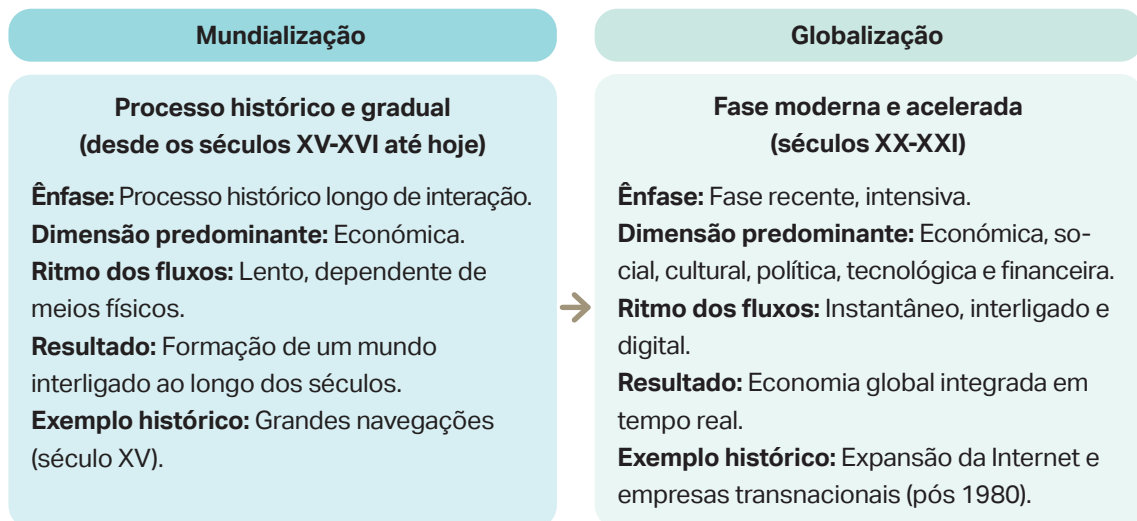
Os conceitos de mundialização e de globalização são próximos, mas não idênticos. Ambos se referem à ampliação das relações entre sociedades, porém cada fenómeno enfatiza aspetos diferentes.

A **mundialização** é um conceito de sentido mais antigo, abrangendo aproximadamente os séculos XV a XIX e seguintes. Corresponde a um processo histórico de expansão do mundo conhecido, iniciado com as grandes navegações (Expansão Marítima Europeia, que ligou África, América e Ásia, a partir do século XV), o colonialismo e o imperialismo. Este processo incide sobretudo numa **dimensão económica**, isto é, na crescente integração dos mercados através do aumento das trocas de bens e serviços, dos fluxos de capitais e da internacionalização das empresas. Está, assim, ligada à expansão do comércio mundial e à formação de uma economia à escala global.

A **globalização**, por sua vez, é um conceito mais recente e abrangente, que designa a fase contemporânea e intensificada deste processo, especialmente relevante a partir do final do século XX. Refere-se à integração económica,

financeira, tecnológica, política e cultural à escala planetária, traduzida no aumento das interdependências entre países. Este processo é impulsionado pelos avanços tecnológicos, como a informática e a Internet, e pela intensificação dos fluxos de bens, serviços, pessoas, capitais e informações, e pelo crescimento de multinacionais e cadeias de produção globais. Um exemplo comum é o de uma empresa que concebe um produto nos Estados Unidos da América, produz as peças na Ásia, monta o produto no México e comercializa-o mundialmente.

Assim, a mundialização pode ser entendida como a vertente económica da globalização, enquanto a globalização designa um processo mais amplo de integração mundial, que engloba, além da dimensão económica, as dimensões social, cultural, política, tecnológica e financeira.



Responde tu

- 1 Apresenta a noção de mundialização e de globalização.



Fig. 1 – Mundialização e globalização.

2.1.2. Noção de mundialização das trocas de bens e serviços

A mundialização das trocas de bens e serviços, também chamada de **globalização económica**, é o processo pelo qual bens (produtos físicos, como automóveis ou *smartphones*) e serviços (atividades não físicas, como serviços bancários, consultoria ou turismo) passam a ser comercializados entre os diferentes países do mundo de forma cada vez mais intensa.

Tal significa que:

- as empresas podem conceber os produtos num país, montá-los noutro, e vendê-los em praticamente todo o mundo;
- os mercados nacionais estão cada vez mais ligados, formando um único grande mercado mundial;
- a vida económica de um país é influenciada pelos acontecimentos económicos de outros, próximos ou distantes.

Fatores-chave para a sua ocorrência:

A mundialização das trocas de bens e serviços foi impulsionada por vários fatores cruciais, que agiram em conjunto, nomeadamente:



Avanços nos transportes

- Redução do tempo e do custo de transporte das mercadorias, recorrendo a contentores, aviões e navios de carga de grande capacidade;
- Permite que os produtos circulem rapidamente entre os continentes.



Desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC)

- Computadores, Internet e telecomunicações;
- Permite a comunicação instantânea e a gestão de negócios à escala global, facilitando também a troca de serviços digitais e as transações em tempo real.



Abertura dos mercados e liberalização do comércio internacional

- Redução ou eliminação de barreiras alfandegárias e de outras restrições ao comércio internacional;
- Acordos entre países promovem as trocas de bens e de serviços.



Ação de empresas transnacionais

- Implantam fábricas em vários países e organizam cadeias de produção globais;
- Aumentam a circulação de produtos, capitais e conhecimentos técnicos.



Melhorias nos sistemas financeiros e bancários internacionais

- Movimentação rápida de capitais e investimentos a nível global.



Difusão de modelos de consumo comuns

- A publicidade global e as grandes marcas criam uma procura semelhante em vários países, aumentando o comércio internacional.

Consequências (impactos)

A mundialização das trocas tem impactos profundos, tanto positivos quanto negativos:



Consequências positivas

- **Maior variedade** e **menor preço** para o consumidor final, devido à concorrência global.
- **Criação de emprego** em países em desenvolvimento, que atraem investimento estrangeiro.
- **Disseminação de tecnologia** e *know-how* (conhecimento) entre países.
- **Estímulo à inovação** para que as empresas se mantenham competitivas.



Consequências negativas

- Aumento da **dependência** econômica entre países, tornando a economia mundial mais vulnerável a crises localizadas.
- Possível **deslocalização** de indústrias e perda de postos de trabalho em países desenvolvidos com mão de obra mais cara.
- **Aumento das desigualdades** sociais e econômicas entre países ricos e pobres, e no interior dos países.
- **Pressão ambiental**, devido ao aumento do transporte internacional e da produção em massa.

Conclusão

A mundialização das trocas de bens e serviços tornou as economias do mundo mais ligadas e interdependentes. Este processo trouxe mais eficiência, inovação e variedade de produtos, mas também novos desafios, como uma maior concorrência e riscos económicos e ambientais.

Compreender a mundialização é essencial para interpretar a economia atual e pensar formas de garantir um desenvolvimento mais equilibrado.



Fig. 2 – Mundialização das trocas de bens e serviços.

O papel das empresas multinacionais e transnacionais na mundialização das trocas

As empresas multinacionais (EMN) e as empresas transnacionais (ETN) são as principais impulsionadoras do processo de mundialização das trocas de bens e serviços. A sua atuação ultrapassa as fronteiras nacionais e altera a forma como se produz e se comercializa em todo o mundo.

	Empresas multinacionais (EMN)	Empresas transnacionais (ETN)
Definição	<ul style="list-style-type: none">– Empresas que têm a sua sede num país sendo responsáveis pelas decisões estratégicas, mas que desenvolvem atividades económicas noutros países, através de filiais, sucursais ou unidades de produção.– Cada país funciona quase como uma empresa separada, com muita autonomia, sobretudo ao nível operacional.– Adaptam produtos, <i>marketing</i> e estratégias ao mercado local.	<ul style="list-style-type: none">– Empresas que fragmentam o seu processo produtivo, instalando diferentes fases da cadeia de valor (pesquisa, fabrico de componentes, montagem final, distribuição, etc.) nos países mais vantajosos em termos de custos (mão de obra, matérias-primas, incentivos fiscais, etc.).– Todas as unidades trabalham de forma articulada, como se fossem partes de um único sistema à escala mundial.

	Empresas multinacionais (EMN)	Empresas transnacionais (ETN)
Ideia-chave	– Várias empresas “iguais”, espalhadas pelo mundo, mas cada uma a cuidar de si.	– Uma única empresa espalhada pelo mundo, funcionando de forma integrada.
Foco	– Adaptar produtos e estratégias a cada mercado nacional.	– Articular e integrar as operações à escala global para funcionar como um único sistema.

As empresas transnacionais são frequentemente vistas como a evolução das empresas multinacionais, representando o grau máximo de integração global.

Exemplo

A **RIU Hotels & Resorts** é uma cadeia hoteleira de origem espanhola com presença em dezenas de países, incluindo Cabo Verde, onde possui grandes *resorts* turísticos.

A empresa gere hotéis em vários continentes e adapta os seus serviços aos diferentes mercados onde atua. Por operar em muitos países, com unidades próprias e gestão internacional, a RIU é considerada uma **empresa multinacional**, contribuindo para o turismo global e para o desenvolvimento económico dos locais onde se instala.



Fig. 3 – RIU Hotels & Resorts logótipo.

Exemplo

Grupo Volkswagen

Visão geral:

- **Sede mundial:** cidade de Wolfsburg na Alemanha, fundado em 1937.
- **Área de atuação:** produção e comercialização de automóveis, camiões e serviços relacionados com a mobilidade.
- **Marcas do grupo:** Volkswagen, Audi, SEAT, ŠKODA, Bentley, Bugatti, Lamborghini, Porsche, Ducati, Volkswagen Veículos Comerciais e Scania, entre outros.

Por que motivo(s) é o Grupo Volkswagen uma empresa transnacional?

1. Presença global:

- Produz e vende veículos em todos os continentes.
- Tem fábricas, escritórios e centros de pesquisa em diversos países (Alemanha, Portugal, Brasil, China, EUA, México, África do Sul, etc.).



Fig. 4 – Grupo Volkswagen logótipo.

2. Gestão integrada globalmente:

- Decisões estratégicas, desenvolvimento de produtos e inovação são coordenadas pela sede na Alemanha, com planejamento centralizado, mesmo que cada fábrica se adapte ao mercado local.

3. Integração de operações:

- Componentes podem ser fabricados em diferentes países e depois montados noutros, maximizando eficiência e reduzindo custos.

Exemplo: peças de motores podem vir da Alemanha, da China ou do Brasil, mas o carro final é montado em Portugal (Autoeuropa) ou noutros países.

4. Transferência de tecnologia e capital:

- Inovações em segurança, eficiência energética e eletrificação são partilhadas entre unidades globais.
- Investimentos em novas fábricas ou centros tecnológicos acontecem conforme estratégia global.

5. Adaptação local:

- Apesar da integração global, o grupo adapta produtos a regulamentações e preferências de cada mercado.
- Exemplos: motores mais eficientes para Europa; veículos mais robustos para África; modelos elétricos para China e EUA.

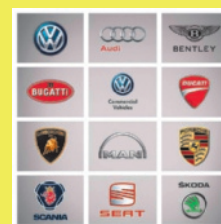


Fig. 5 – Logótipos das marcas do Grupo Volkswagen.

Em resumo, o **Grupo Volkswagen** é uma **empresa transnacional** porque opera em diversos países, coordena globalmente as suas operações, produz e vende em escala mundial, mantendo a integração estratégica, mas adaptando produtos e processos aos mercados locais.

O papel das empresas transnacionais na globalização da economia

As empresas transnacionais impulsionam a mundialização das trocas através de cinco mecanismos principais:



Decomposição internacional da produção

- As empresas transnacionais dividem a produção por vários países, colocando cada etapa (*design*, fabrico de componentes, montagem, *call centers*, etc.) onde lhes é mais vantajoso.
- **Porquê?** Para reduzir custos e aproveitar benefícios como:
 - mão de obra mais barata e/ou especializada;
 - incentivos fiscais e terrenos oferecidos por governos;
 - proximidade de matérias-primas ou de grandes mercados consumidores.

- **Impacto nas trocas:** isto cria muitas trocas internas (dentro da própria empresa) aumentando exponencialmente o volume das trocas globais.



Fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

- As empresas transnacionais são as maiores responsáveis pelo IDE, isto é, pelo movimento de capital para construir ou comprar fábricas noutros países.
- Este investimento ajuda as economias locais, mas também pode criar dependência das decisões tomadas pela sede da empresa.



Criação de redes e logística global

- Estas empresas criam e controlam grandes cadeias de abastecimento que ligam fornecedores, fábricas e mercados em vários países, o que obriga a uma logística global cada vez mais moderna, como melhores portos, transportes e comunicações.



Transferência de tecnologia e *know-how*

- Quando se instalam noutros países, as empresas transnacionais levam tecnologia e métodos de gestão modernos (*know-how*), o que melhora a produção e a qualidade dos bens e serviços locais.
- No entanto, a criação de novas tecnologias costuma continuar concentrada na sede da empresa, no país de origem.



Homogeneização do consumo

- Ao venderem produtos semelhantes em muitos países, mesmo com pequenas adaptações, as empresas ajudam a criar hábitos de consumo globais e abrem novos mercados, o que aumenta as trocas comerciais.

Conclusão

As empresas transnacionais ajudam a ligar as economias do mundo. Ao produzirem e investirem em vários países, aumentam o comércio internacional e espalham tecnologia e métodos de trabalho. Apesar de criarem oportunidades, também podem gerar dependência, mas, no geral, são um dos principais motores da globalização económica.

Responde tu

- 1 Apresenta a noção de mundialização das trocas de bens e serviços.
- 2 A mundialização das trocas tem impactos profundos, tanto positivos como negativos. Identifica esses impactos.
- 3 Apresenta uma definição de empresas multinacionais.
- 4 Apresenta uma definição de empresas transnacionais.
- 5 As empresas transnacionais impulsionam a mundialização das trocas através de cinco mecanismos principais. Identifica-os.

2.1.3. A globalização do sistema financeiro

A globalização do sistema financeiro, ou **globalização financeira**, é um dos aspetos mais marcantes da economia mundial contemporânea, e um dos pilares centrais da mundialização económica.

Refere-se ao processo através do qual os mercados financeiros de diferentes países se tornam cada vez mais ligados e interdependentes. Graças às transformações tecnológicas, institucionais e económicas das últimas décadas, o capital circula de forma rápida e quase sem fronteiras, independentemente da sua localização geográfica, ligando economias distantes e tornando os sistemas financeiros mais complexos e dinâmicos.

Fatores que impulsionam a globalização financeira

Este fenómeno foi impulsionado principalmente por:

Fator	Descrição
Avanço tecnológico	A rápida evolução da informática, da Internet e dos sistemas de pagamentos eletrónicos permitiu que transações financeiras, que antes demoravam dias, passassem a ocorrer em segundos, entre qualquer parte do mundo. Isto facilita o movimento global de capitais, aumentando o volume de recursos financeiros que circula diariamente entre mercados.
Liberalização dos mercados financeiros	Muitos países reduziram controlos, limites e barreiras à entrada de bancos e investidores estrangeiros. Esta liberalização tornou os mercados mais acessíveis e atrativos, podendo o capital circular com maior liberdade entre países.

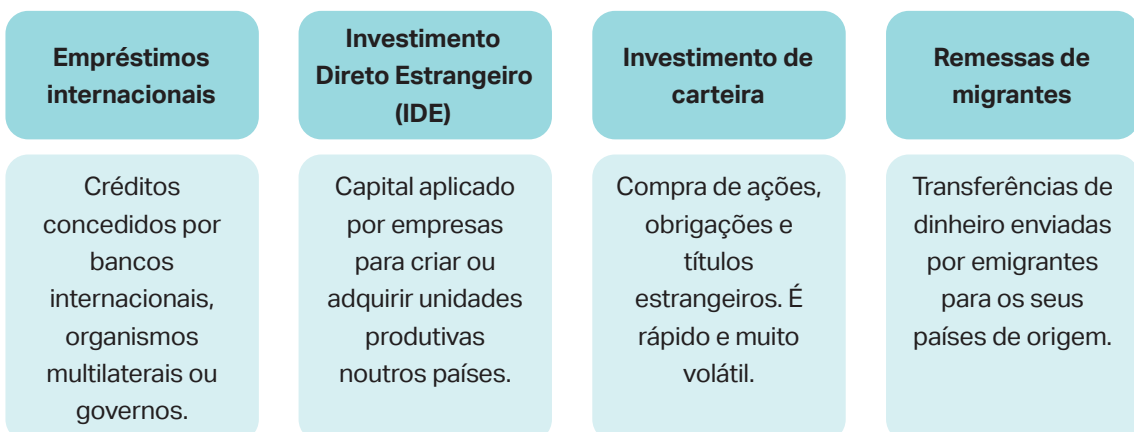
Fator	Descrição
Descompartimentação dos mercados financeiros	Representa o fim das barreiras que separavam diferentes tipos de instituições e atividades, como banca comercial, banca de investimento e mercados de capitais, entre outros. Esta fusão de funções permitiu o aparecimento de grandes grupos financeiros com operações diversificadas a nível mundial.
Desintermediação financeira	Consiste na redução do papel tradicional dos bancos enquanto intermediários entre aforradores (poupadores) e investidores. Cada vez mais, empresas e governos recorrem diretamente aos mercados financeiros, como a Bolsa de Valores ou os fundos de investimento, para obter capital. Isto aumentou o peso dos investidores institucionais (fundos de pensão, fundos soberanos, seguradoras), que hoje movem enormes quantidades de recursos financeiros a nível global.
Surgimento de novos instrumentos financeiros	Novos produtos, como derivados, fundos de investimento e mercados eletrónicos, permitem que o capital circule mais rapidamente e em maior volume.
Crescimento do investimento internacional	Os investidores procuram oportunidades de lucro em mercados estrangeiros, como ações, obrigações e fundos, o que reforça a integração financeira global.
Expansão das empresas transnacionais	As empresas transnacionais, presentes em dezenas de países, necessitam de financiamento internacional para apoiar as suas atividades, o que aumenta o movimento de capitais, e reforça a ligação entre sistemas financeiros.

Principais fluxos e intervenientes do sistema financeiro globalizado



Os **principais fluxos** do sistema financeiro globalizado são:

Fig. 6 – Globalização financeira.



2. A globalização e a regionalização económica

Capitais de curto prazo (especulativos)

Movimentos rápidos de dinheiro em busca de ganhos imediatos; entram e saem facilmente de um país.

Movimentos cambiais

Trocas entre moedas estrangeiras para facilitar o comércio e investimentos globais.

Derivados financeiros

Operações com futuros, opções e SWAPS usadas para especulação ou gestão de risco.

Os **principais intervenientes** do sistema financeiro globalizado são:

Bancos comerciais e bancos de investimento

São responsáveis por empréstimos, captação de depósitos, operações de mercado, emissão de títulos e financiamento internacional.

Bancos centrais

Regulam o sistema financeiro, controlam a política monetária e intervêm nos mercados cambiais.

Empresas transnacionais

Movimentam grandes volumes de capital ao investir em diferentes países (IDE) e ao financiar operações globais.

Investidores institucionais

Fundos de pensões, seguradoras, fundos de investimento e fundos soberanos que aplicam grandes quantidades de capital nos mercados internacionais.

Instituições financeiras internacionais

Organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento ou Banco Europeu de Investimento, que concedem empréstimos e apoio financeiro.

Governos e Tesouros nacionais

Emitem dívida pública, captam financiamento externo e realizam pagamentos internacionais.

Mercados financeiros (Bolsa, mercados cambiais, mercados de derivados)

Plataformas onde ocorrem transações de ações, obrigações, moedas e produtos derivados.

Empresas de *rating* (agências de notação financeira)

Classificam o risco dos países e das empresas, influenciando o custo e a direção dos fluxos de capital.

Famílias e trabalhadores migrantes

Geram remessas, que são um fluxo financeiro fundamental em muitos países em desenvolvimento.

Consequências (oportunidades e riscos)

A interligação global do sistema financeiro apresenta benefícios, mas também riscos significativos:

Oportunidades e benefícios

- **Maior eficiência:** o capital tende a deslocar-se para os países ou setores que oferecem maior retorno, promovendo a eficiência económica global.
- **Acesso a capital:** os países em desenvolvimento e as empresas conseguem obter mais financiamento internacional, o que ajuda a impulsionar o crescimento e a melhorar as infraestruturas.
- **Diversificação de risco:** os investidores podem espalhar os seus ativos por vários mercados e países, reduzindo o risco de perda total em caso de crise local.

Riscos e desafios

- **Propagação de crises (efeito contágio):** como os sistemas financeiros estão muito ligados, uma crise num país pode rapidamente afetar outros, causando problemas económicos a nível mundial.
- **Volatilidade dos mercados:** os fluxos de capital especulativo podem ser retirados de um país (fuga de capitais) de forma muito rápida, causando instabilidade cambial e gerando crises financeiras inesperadas.
- **Diminuição da autonomia:** os governos nacionais podem ter a sua capacidade de gerir a economia (políticas monetária e fiscal) limitada pela reação e pressão dos mercados financeiros internacionais.
- **Aumento da desigualdade:** o acesso fácil ao capital beneficia sobretudo os países e as empresas mais ricas, podendo aumentar as desigualdades económicas no mundo.

Conclusão

A globalização financeira criou um único grande mercado mundial de capitais, onde os fundos podem ser investidos, emprestados ou transacionados a qualquer hora, criando oportunidades de crescimento, mas também aumentando a vulnerabilidade a crises e desigualdades. Compreender os seus impactos é essencial para aproveitar os benefícios de forma responsável e reduzir os riscos globais.



Fig. 7 – Globalização financeira.

Responde tu

- 1 Apresenta a noção de globalização financeira.
- 2 Identifica os fatores que impulsionam a globalização financeira.
- 3 Enumera os principais fluxos do sistema financeiro globalizado.

- 4 Enumera os principais intervenientes do sistema financeiro globalizado.
- 5 Explicita de que forma a propagação de crises (efeito contágio) constitui um dos principais riscos associados à globalização financeira.

2.1.4. Características dos diferentes movimentos da população e a sua evolução a nível mundial

A mobilidade das populações é um fenómeno antigo, mas ganhou uma nova dimensão com a globalização. A intensificação das trocas económicas, culturais e tecnológicas facilitou a circulação de pessoas entre países e continentes, tornando os movimentos migratórios mais rápidos, mais numerosos e mais diversificados. As fronteiras tornaram-se mais permeáveis, as redes de transporte mais eficientes e a informação mais acessível, o que ampliou as oportunidades, e também os desafios associados à mobilidade humana.



Fig. 8 – Mobilidade populacional.

Causas e fatores impulsionadores da mobilidade populacional

Fator	Descrição
Fatores económicos	<ul style="list-style-type: none"> – Procura de melhores oportunidades de emprego. – Diferenças salariais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. – Deslocalização de empresas e criação de novos polos de emprego. – Necessidade de mão de obra em setores específicos (agricultura, construção, saúde, entre outros).
Fatores sociais e demográficos	<ul style="list-style-type: none"> – Reunificação familiar. – Acesso a educação superior ou formação especializada. – Procura de melhores condições de vida, educação e saúde. – Envelhecimento da população em países desenvolvidos, atraindo trabalhadores estrangeiros. – Crescimento populacional rápido em países menos desenvolvidos, aumentando a pressão migratória.
Fatores políticos	<ul style="list-style-type: none"> – Conflitos armados, perseguições políticas ou étnicas. – Regimes autoritários ou instabilidade institucional. – Políticas migratórias mais abertas em determinados países. – Acordos internacionais que facilitam a circulação de pessoas (exemplo: União Europeia).
Fatores ambientais	<ul style="list-style-type: none"> – Catástrofes naturais (cheias, sismos, secas, furacões). – Alterações climáticas que tornam terras improdutivas. – Degradação ambiental e escassez de recursos.



Fator	Descrição
Fatores tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> – Facilitação das comunicações e circulação de informação. – Transportes mais rápidos, baratos e acessíveis. – Redes sociais e plataformas digitais que divulgam oportunidades de migração.
Fatores culturais	<ul style="list-style-type: none"> – Atração por estilos de vida globalizados. – Expansão da cultura de mobilidade e viagens internacionais. – Influência de comunidades migrantes já estabelecidas (efeito rede).
Globalização como enquadramento geral	<ul style="list-style-type: none"> – Maior interconexão entre países. – Circulação acelerada de capitais, bens e pessoas. – Abertura económica e integração em mercados globais que estimulam mobilidade.

Estes fatores podem ser divididos em forças de repulsão (*push factors*) e forças de atração (*pull factors*):

Forças de repulsão (*push factors*)

Correspondem aos motivos que levam as pessoas a abandonar o seu local de origem.

Exemplos:

- conflitos armados, a violência e a perseguição política;
- crise económica e desemprego;
- desastres naturais e alterações climáticas;
- falta de acesso a serviços essenciais, como educação e saúde.

Forças de atração (*pull factors*)

Correspondem às razões que atraem as pessoas para novos locais.

Exemplos:

- melhores oportunidades de emprego e salários mais elevados;
- estabilidade política e segurança;
- possibilidade de aceder a uma melhor qualidade de vida, serviços de saúde e educação de qualidade;
- redes familiares ou comunitárias já estabelecidas nos destinos.



Fig. 9 – Mobilidade populacional.

Tipologia e principais fluxos de migração

Os movimentos da população apresentam diferentes tipos e características, que refletem tanto necessidades económicas como fatores sociais e políticos:

- **Migrações económicas dominantes**

Um dos movimentos mais significativos é o fluxo de pessoas em busca de melhores condições de trabalho, especialmente do **Sul para o Norte**, ou seja, de países em desenvolvimento para países desenvolvidos. Estas migrações destinam-se, muitas vezes, a **ocupações com baixos salários e pouca atratividade para a população local**, como setores de serviços, agricultura ou construção, onde a mão de obra local é insuficiente ou desinteressada.

- **Mobilidade da elite e de profissionais qualificados**

Outro tipo de movimento diz respeito aos profissionais altamente qualificados. A chamada **"fuga de cérebros"** (*brain drain*) ocorre quando estes profissionais são recrutados por países mais ricos, esvaziando o potencial de desenvolvimento dos seus países de origem. Além disso, há a circulação de **expatriados e quadros superiores**, que se deslocam entre filiais de empresas transnacionais para ocupar cargos de gestão ou funções especializadas, facilitando a integração e funcionamento das redes globais de produção e serviços.

- **Migrações forçadas e refugiados**

Existem também movimentos populacionais resultantes de **forças de repulsão**, mas com dimensão global. Conflitos geopolíticos, instabilidade política e crises ambientais – muitas vezes consequência do modelo de desenvolvimento global – geram grandes fluxos de **refugiados e deslocados**, que procuram segurança e condições mínimas de sobrevivência noutros países.



Fig. 10 – Refugiados.

Consequências e impactos da mobilidade populacional

	Positivos	Negativos
Impacto nos países de origem	A receita das remessas dos emigrantes (dinheiro enviado pelos emigrantes), que se tornam uma fonte crucial de divisas e ajudam a reduzir a pobreza.	A perda de capital humano qualificado (fuga de cérebros) e o desequilíbrio demográfico (diminuição da população ativa).

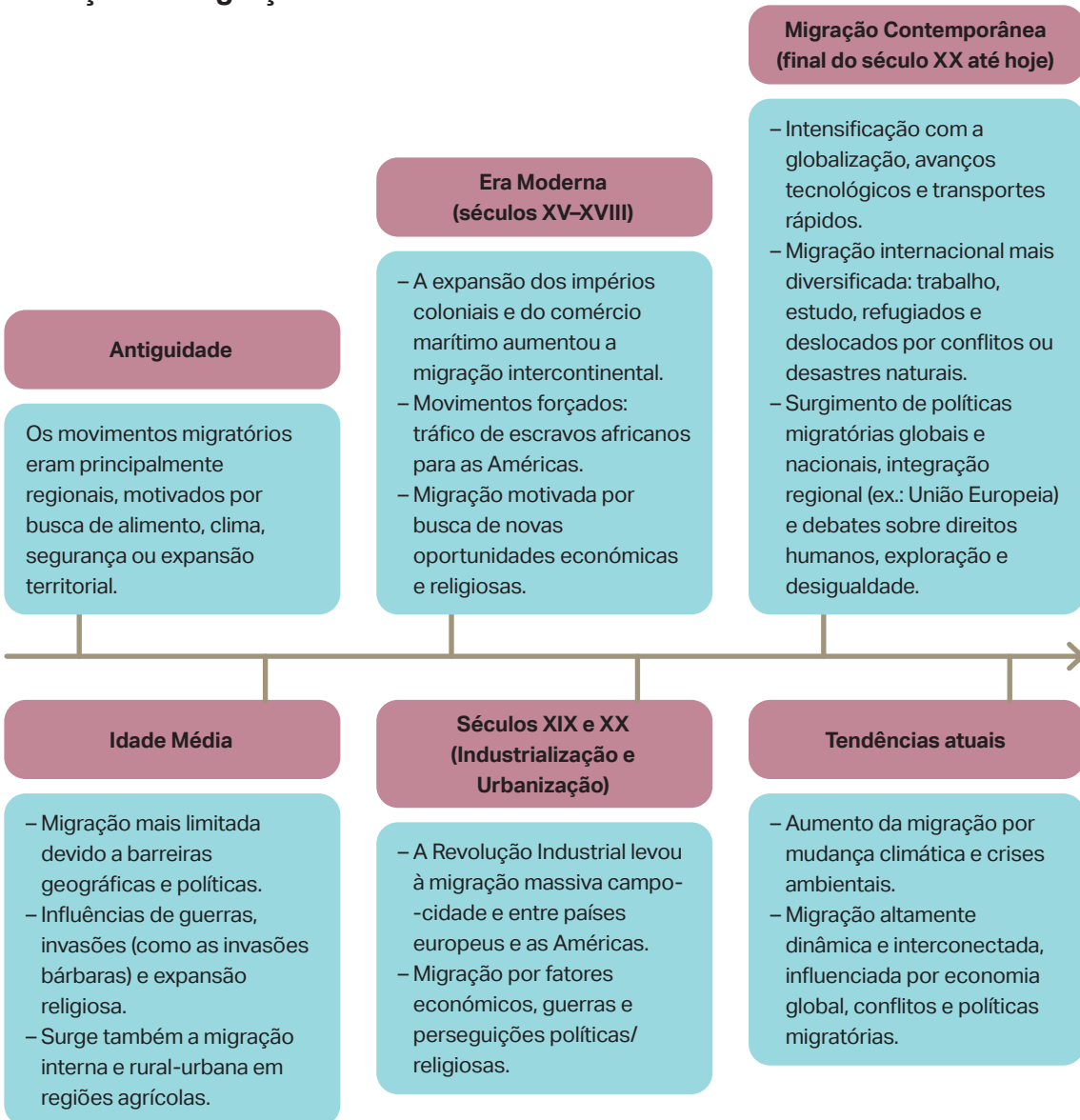


Vídeo
Caracterização
da população
migrante



	Positivos	Negativos
Impacto nos países de destino	O rejuvenescimento da população ativa e o aumento da mão de obra para preencher lacunas em setores-chave, contribuindo para o crescimento econômico.	Desafios relacionados com a integração social e cultural, possível pressão sobre os serviços sociais (saúde, educação) e, em alguns casos, tensão social e xenofobia.

Evolução da migração a nível mundial



2. A globalização e a regionalização económica

Migrantes internacionais desde 1970		
Anos	Número de migrantes internacionais	Migrantes como % da população mundial
1970	84 460 125	2,3
1975	90 368 010	2,2
1980	101 983 149	2,3
1985	113 206 691	2,3
1990	152 986 157	2,9
1995	161 289 976	2,8
2000	173 230 585	2,8
2005	191 446 828	2,9
2010	220 983 187	3,2
2015	247 958 644	3,4
2020	280 598 105	3,6

Fig. 11 – Dados estatísticos sobre os migrantes internacionais desde 1970.

Fonte: *Relatório sobre migração mundial 2024*, Organização Internacional para as Migrações (pág. 22)



Migrantes internacionais

281 milhões

de **migrantes internacionais** em todo o mundo em 2020, ou 3,6% da população mundial.

135 milhões

de **migrantes internacionais do sexo feminino** em todo o mundo em 2020, ou 3,5% da população feminina mundial.

146 milhões

de **migrantes internacionais do sexo masculino** em todo o mundo em 2020, ou 3,7% da população masculina mundial.

28 milhões

de **migrantes internacionais crianças** em todo o mundo em 2020, ou 1,4% da população infantil mundial.

169 milhões

de **trabalhadores migrantes** em todo o mundo em 2019.

Fig. 12 – Dados estatísticos sobre os migrantes internacionais.

Fonte: *Relatório sobre migração mundial 2024*, Organização Internacional para as Migrações (pág. 4)

Os 10 principais países de origem e destino migratório, por número de migrantes (milhões), percentagem da população total e Índice de Desenvolvimento Humano

Origem (2020)			Destino (2020)		
País	Número de migrantes	(%)	País	Número de migrantes	(%)
Índia	17,79	1,3	EUA	43,43	13,1
México	11,07	7,9	Alemanha	14,22	17,0
Federação Russa	10,65	6,8	Arábia Saudita	13,00	37,3
China	9,80	0,7	Federação Russa	11,58	7,9
Bangladesh	7,34	4,3	Reino Unido	8,92	13,1
Paquistão	6,14	2,7	Emirados Árabes Unidos	8,43	85,3
Ucrânia	6,05	12,2	França	8,09	12,4
Filipinas	6,01	5,2	Canadá	7,81	20,7
Polónia	4,82	11,3	Austrália	7,41	29,1
Reino Unido	4,62	6,4	Espanha	6,63	14,2

IDH: ● médio ● elevado ● muito elevado

Fig. 13 – Os 10 principais países de origem e destino migratório, por número (milhões), percentagem da população total e Índice de Desenvolvimento Humano.

Fonte: *Relatório sobre migração mundial 2024*, Organização Internacional para as Migrações (pág. 124) (adaptado)

Turismo enquanto fluxo internacional de pessoas

O turismo é uma das formas mais significativas de **mobilidade humana voluntária** e constitui um dos principais fluxos internacionais de pessoas no mundo contemporâneo. Diferente da migração, que implica mudança de residência, o turismo envolve deslocações **temporárias**, motivadas por lazer, cultura, negócios, religião ou saúde.

Com a globalização, o turismo tornou-se um fenómeno de massas. O avanço dos transportes (especialmente o avião), a expansão da Internet, a facilitação de obtenção de vistos e o crescimento económico em diversos países aumentaram a circulação de pessoas além-fronteiras.



Fig. 14 – Turismo.

2. A globalização e a regionalização económica

 <p>Impactos económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> – É uma das maiores indústrias globais. – Gera receitas para os países recetores através de serviços como hotelaria, alimentação, transporte e entretenimento. – Cria emprego e incentiva o investimento em infraestruturas.
 <p>Impactos socioculturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Promove troca cultural e aproximação entre povos. – Estimula a preservação de património histórico, cultural e natural. – Pode causar massificação turística, descaracterização cultural e conflitos com comunidades locais.
 <p>Impactos ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – O turismo pode exercer forte pressão sobre ecossistemas frágeis (praias, montanhas, reservas naturais). – O transporte aéreo contribui para emissões de CO₂. – A sustentabilidade tornou-se um tema central nas políticas turísticas.

O fluxo turístico é muito sensível a fatores globais, como crises económicas, conflitos armados, pandemias (como a COVID-19) e desastres naturais. Qualquer instabilidade reduz de forma imediata e drástica a mobilidade turística.

O setor do turismo constitui um dos principais pilares da economia cabo-verdiana, tendo sido o principal motor do seu crescimento económico em 2024.

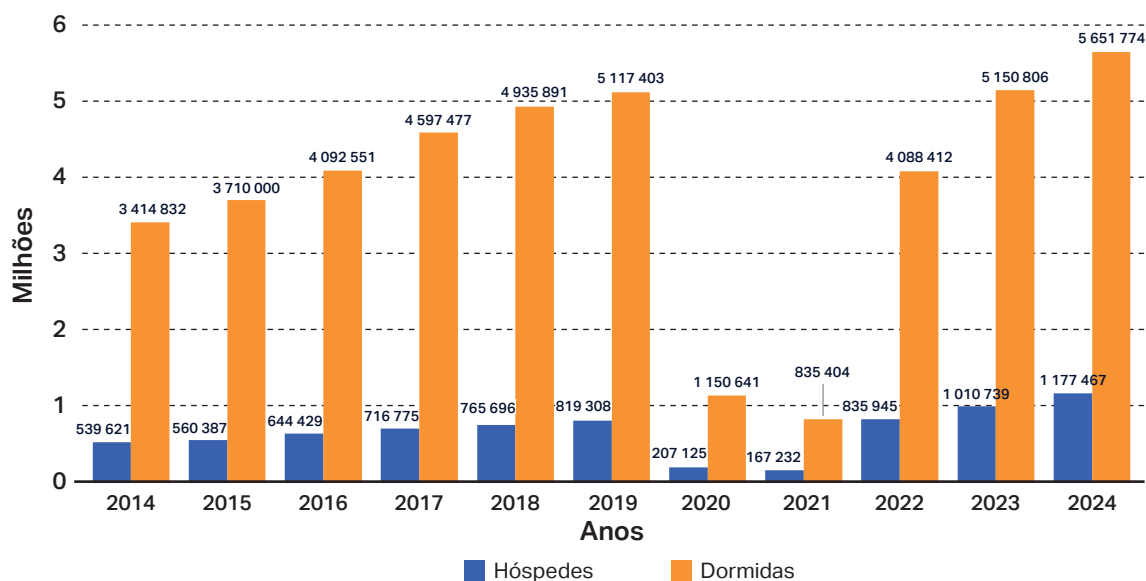


Fig. 15 – Evolução do número de hóspedes e de dormidas, em Cabo Verde, de 2014 a 2024.

Fonte: INE de Cabo Verde

Na figura 15, que ilustra a evolução do número de hóspedes e de dormidas em Cabo Verde, podemos observar que, entre 2014 e 2019, o setor do turismo

apresentou uma trajetória de crescimento sustentado, evidenciando o reforço do seu peso na economia nacional. Todavia, a quebra abrupta registada em 2020 e 2021 demonstra a elevada vulnerabilidade do setor a choques externos, nomeadamente aos efeitos da pandemia de COVID-19. Contudo, a partir de 2022 registou-se uma recuperação rápida e robusta, culminando em 2024 com valores superiores aos registados no período pré-pandemia. Nesse ano, os estabelecimentos hoteleiros acolheram 1 177 467 hóspedes, o que representa um aumento de 16,5% face a 2023, e contabilizaram 5 651 774 dormidas, correspondendo a um crescimento de 9,7% em relação ao ano anterior.

Para além da evolução quantitativa, é relevante analisar a estrutura da procura turística.

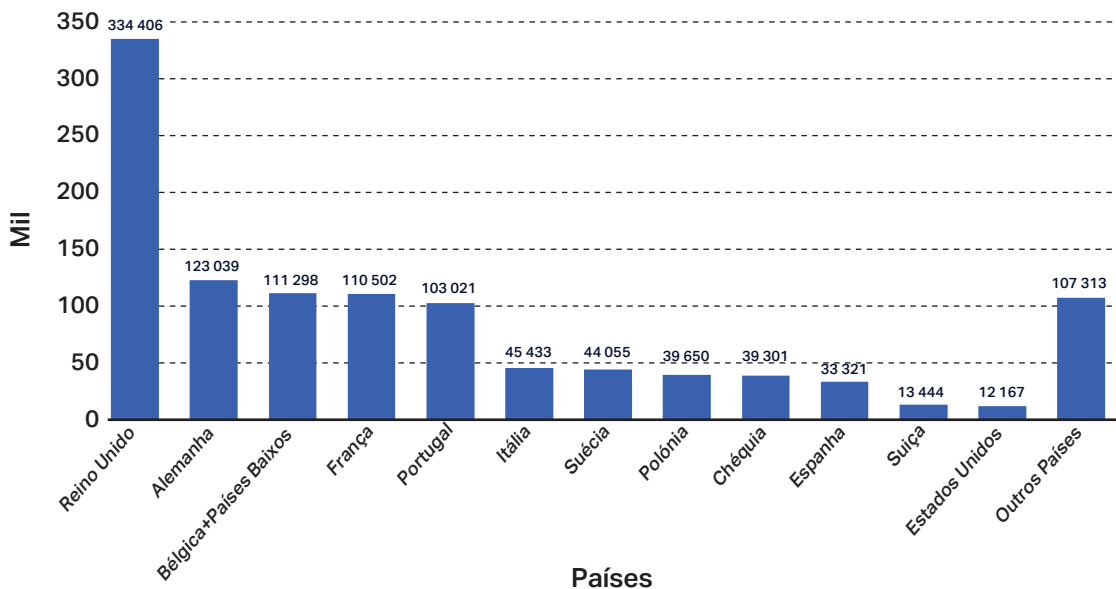


Fig. 16 – Hóspedes, por país de residência habitual, em Cabo Verde, em 2024.

Fonte: INE de Cabo Verde

A figura 16 mostra que o turismo cabo-verdiano apresentou, em 2024, uma forte dependência do mercado do Reino Unido, responsável por 334 406 hóspedes, cerca de 30% do total, destacando-se igualmente outros países europeus com contributos significativos, como a Alemanha, Bélgica e Países Baixos, França e Portugal, entre outros. Esta estrutura evidencia alguma concentração geográfica da procura turística, o que pode tornar o setor mais vulnerável a eventuais crises económicas ou instabilidades nesses mercados.

2. A globalização e a regionalização económica

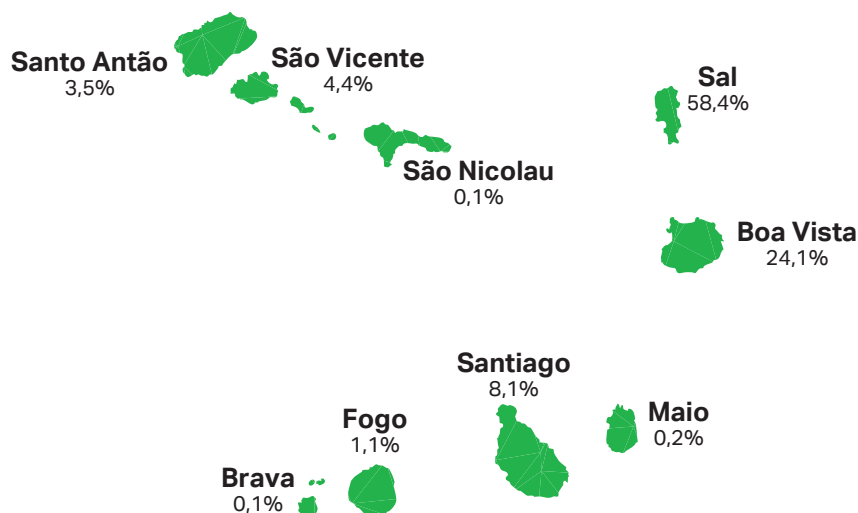


Fig. 17 – Hóspedes, por ilha, em Cabo Verde, em 2024.

Fonte: INE de Cabo Verde

No que se refere à distribuição espacial dos fluxos turísticos, a figura 17 evidencia uma forte concentração em duas ilhas. Em 2024, a ilha do Sal concentrou 58,4% dos hóspedes, seguida da ilha da Boa Vista, com 24,1%. As restantes ilhas, em conjunto, representaram apenas 17,5%.

Conclusão

A migração é um processo profundamente ligado à globalização e caracteriza-se como um fenómeno dinâmico, em permanente evolução e adaptação às mudanças sociais, económicas e políticas. Neste contexto, torna-se essencial a criação de políticas globais e nacionais que maximizem os benefícios da migração, como o desenvolvimento económico e social, e, simultaneamente, reduzam os seus riscos, nomeadamente a instabilidade, a exploração e a desigualdade. Também o turismo, fortemente impulsionado pela globalização, se afirma como um dos principais motores da mobilidade internacional. Alimentado pelos avanços dos transportes e das tecnologias, aproxima países e culturas, mas permanece altamente vulnerável a crises e perturbações globais. Assim, tanto a migração como o turismo revelam o carácter dinâmico, interdependente e sensível das mobilidades humanas no mundo globalizado.

Responde tu

- 1 Apresenta os fatores impulsionadores da mobilidade populacional.
- 2 Distingue forças de repulsão (*push factors*) de forças de atração (*pull factors*).

- 3 Identifica os diferentes tipos de movimentos da população.
- 4 A mobilidade populacional apresenta impactos, positivos e negativos, quer para os países de origem, quer para os países de destino. Identifica-os.
- 5 Apresenta a diferença entre turismo e migração, enquanto forma de mobilidade humana.

2.1.5. A globalização cultural

A **globalização cultural** é um fenómeno que envolve a disseminação e a integração de culturas em escala mundial, impulsionada principalmente pelos avanços na tecnologia, comunicação, transporte e economia. Este processo concentra-se na troca de valores, hábitos, estilos de vida, ideias, música, moda, cinema, gastronomia, idiomas e comportamentos entre diferentes sociedades.

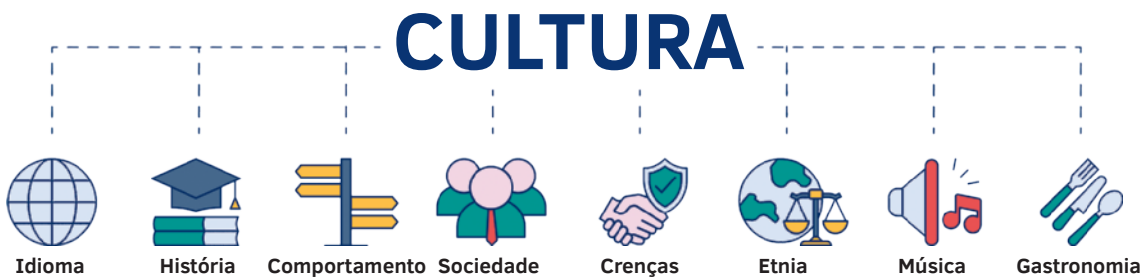


Fig. 18 – Globalização cultural.

Este fenómeno foi impulsionado principalmente por:

Fator	Descrição
Tecnologia	As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como a Internet, os <i>smartphones</i> (mais de 7 mil milhões em 2025) e as plataformas de <i>streaming</i> (Netflix), possibilitam a distribuição instantânea e massiva de conteúdos culturais em todo o mundo, superando barreiras geográficas. Redes sociais como o TikTok, Instagram, YouTube e Spotify permitem uma difusão cultural imediata e global, conectando pessoas e culturas de forma inédita. Exemplo: o fenómeno global do <i>K-pop</i> ou das séries coreanas.

Fator	Descrição
Economia global	As empresas transnacionais exportam não só os seus produtos, mas também os estilos de vida e os padrões de consumo a eles associados, criando uma uniformidade de gostos. Exemplo: marcas de <i>fast food</i> , moda, tecnologia.
Movimentos da população	A migração internacional e o turismo são veículos que transportam e partilham costumes, línguas e gastronomia entre culturas, gerando a aculturação (mistura de culturas) nas cidades de acolhimento.

Principais dimensões da globalização cultural

As principais dimensões da globalização cultural representam os diferentes aspectos e formas através dos quais a cultura se espalha e se transforma no mundo contemporâneo. Elas incluem padrões de consumo, estilos de vida, aculturação, difusão cultural e práticas culturais que conectam pessoas e sociedades de forma global.

- **Padrões de cultura**

A globalização cultural promove a disseminação de valores, normas e práticas culturais entre diferentes sociedades.

Exemplo: a valorização de certos ideais de beleza ou comportamento que se tornam universais, como moda ocidental, hábitos de lazer, ou formas de comunicação.

- **Difusão cultural**

É o processo pelo qual elementos culturais (idiomas, religiões, música, gastronomia, tecnologia) se espalham pelo mundo. A globalização intensifica a difusão cultural por meio dos media, Internet, turismo e migrações, fazendo com que tradições locais sejam conhecidas globalmente.

Exemplo: a popularidade da gastronomia japonesa (*sushi*) em diversos países.



Fig. 19 – Ioga e meditação.



Fig. 20 – Sushi.

- **Aculturação**

Ocorre quando uma cultura absorve características de outra, modificando-se no processo. Na globalização, a aculturação acontece de forma acelerada, pois há um contacto constante e intenso entre culturas diferentes.

Exemplo: práticas religiosas, festas ou músicas locais que incorporam elementos estrangeiros.



Fig. 21 – Halloween.

- **Multiculturalismo**

Refere-se à coexistência de várias culturas num mesmo espaço, onde cada uma mantém a sua identidade e tradições próprias. Na globalização, o multiculturalismo manifesta-se na diversidade de comunidades que vivem juntas, respeitando as diferenças sem que uma cultura domine ou anule as outras.

Exemplo: Um bairro citadino onde convivem restaurantes de gastronomias variadas, templos de diferentes religiões e celebrações de feriados de diversos países, preservando a herança original de cada grupo.

- **Padrões de consumo**

A globalização promove homogeneização de hábitos de consumo, pois marcas e produtos internacionais tornam-se presentes em várias regiões. Isto cria uma cultura global de consumo que influencia comportamentos, preferências e até estilos de vida.

Exemplo: *fast-food*, roupas de grandes marcas, tecnologia (*smartphones*, aplicações).



Fig. 22 – Aplicações – Smartphones.

- **Estilos de vida**

Os estilos de vida também se globalizam, afetando a alimentação, o lazer, o entretenimento, a educação e o trabalho, entre outros.

Exemplo: jovens de diferentes países compartilham modos de vestir, música, redes sociais e hábitos de lazer, criando uma cultura global juvenil ou urbana.



Fig. 23 – Guerreiras do K-pop.

Homogeneização e diversidade na globalização cultural

A globalização cultural provoca mudanças que podem aproximar culturas ou diferenciá-las. Enquanto certos produtos e valores globais tendem a uniformizar hábitos e estilos de vida, o contacto entre culturas também gera novas combinações e reforça identidades locais.

• Tendência à homogeneização (uniformização)

- **Cultura de massas e hegemonia cultural:** predomínio da cultura ocidental, em particular da americanização, impulsionada pelo poder económico, tecnológico e mediático.
- **Perda de diversidade cultural:** risco de desaparecimento ou marginalização de culturas locais e tradicionais.

Exemplos:

- Domínio global do cinema de Hollywood.
- Inglês como língua franca internacional.

• Tendência à hibridização e diversidade

- **Hibridismo cultural:** mistura criativa de elementos de diferentes culturas, originando novas expressões culturais.
- **Glocalização:** adaptação de produtos e práticas globais às especificidades culturais locais (exemplo: menus ajustados à gastronomia de cada país).
- **Contra-fluxos culturais:** difusão de culturas não ocidentais para o Ocidente (exemplo: ioga, culinária asiática, influência cultural da Índia ou do Japão).

Impacto da globalização cultural na identidade e nos valores

A globalização cultural transformou a forma como diferentes sociedades se conectam e se influenciam, promovendo a troca de ideias, hábitos e expressões artísticas. Esse fenómeno, ao mesmo tempo em que amplia horizontes e aproxima culturas, também desafia a preservação da identidade local e a manutenção de valores tradicionais:

- **Identities múltiplas:** o indivíduo pode construir uma identidade plural ou transnacional (sentir-se parte de mais do que uma cultura).
- **Reações culturais:** o surgimento de movimentos de resistência e de reafirmação de identidades locais ou nacionalistas, como resposta à percepção de ameaça externa.

- **Choque de valores:** a tensão entre os valores universais (direitos humanos, individualismo, ambientalismo) promovidos globalmente e os valores tradicionais locais (comunitarismo, religião).

Conclusão

A globalização cultural resulta da crescente circulação de valores, práticas e produtos culturais entre sociedades, aproximando-as e criando referências partilhadas. Através dos meios de comunicação, da Internet e dos padrões de consumo globais, hábitos e estilos de vida tornam-se mais semelhantes em diferentes regiões do mundo. Contudo, este processo não implica apenas uniformização: o contacto entre culturas também favorece adaptações locais, misturas criativas e o reforço de identidades próprias. Assim, compreender a globalização cultural exige reconhecer simultaneamente os seus efeitos de convergência e de diversidade, bem como os desafios que coloca ao equilíbrio entre cultura global e culturas locais.



Fig. 24 – Alguns países da União Europeia têm proibições nacionais ou parciais do uso de burca e hijab.

Responde tu

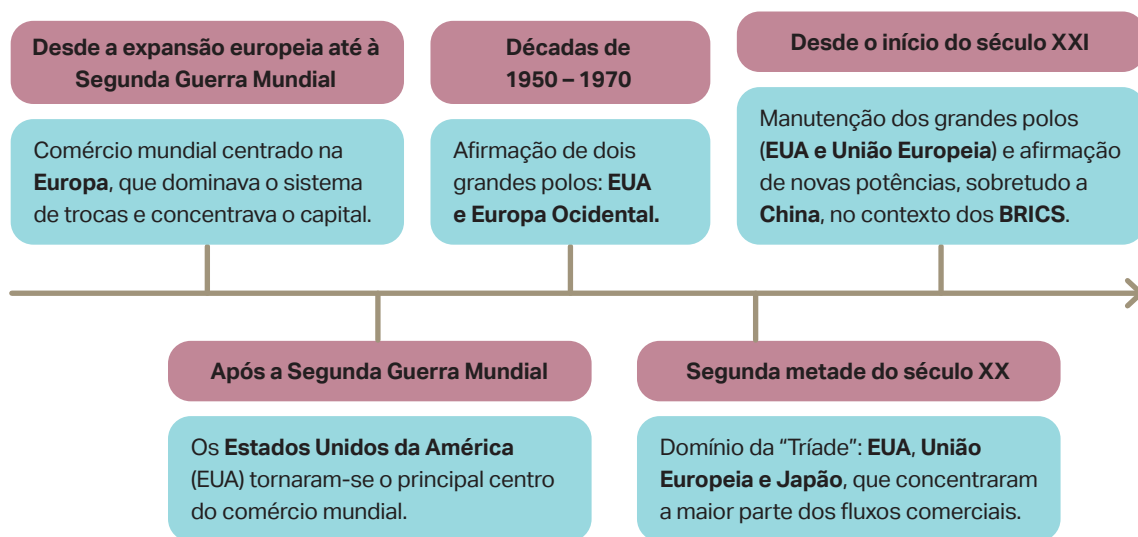
- 1 Apresenta uma noção de globalização cultural.
- 2 Identifica os fatores que impulsionaram a globalização cultural.
- 3 Enumera as principais dimensões da globalização cultural.
- 4 Explicita o impacto da globalização cultural na identidade e nos valores.

2.2. Globalização nos países em desenvolvimento

2.2.1. Noção de polarização

A **polarização das trocas mundiais** refere-se a um fenómeno económico em que o comércio internacional se concentra de forma desigual entre determinados países ou regiões, criando um “desequilíbrio” nas relações comerciais globais. Por outras palavras, nem todos os países participam de igual forma no comércio mundial; alguns tornam-se grandes exportadores e importadores, enquanto outros permanecem marginalizados.

Evolução da polarização das trocas mundiais



BRICS – Em 2001, o economista Jim O'Neill, da Goldman Sachs, criou o termo BRIC, um acrónimo de Brasil, Rússia, Índia e China, para identificar economias emergentes com elevado potencial de crescimento. O grupo evoluiu para uma forma de cooperação internacional a partir de 2009 e passou a designar-se BRICS com a entrada da África do Sul (South Africa) em 2010. Em 2024, o bloco iniciou um processo de alargamento, integrando novos membros como Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irão.

Responde tu

- 1 Apresenta uma noção de polarização das trocas mundiais.

2.2.2. A polarização das trocas mundiais: posição dos países desenvolvidos e em desenvolvimento

A polarização das trocas mundiais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento pode ser analisada em vários níveis: económico, tecnológico e político e social.

Polarização económica	
Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento
– Possuem economias mais estáveis, diversificadas e tecnologicamente avançadas.	– Dependem mais da exportação de matérias-primas e de trabalho de baixo custo.

Polarização económica	
Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento
– Concentram riqueza, capital financeiro e inovação. Exemplo: Estados Unidos da América, União Europeia, China e Japão.	– Sofrem uma desigualdade interna elevada e menor capacidade de investimento em tecnologia e educação. Exemplo: Brasil, Índia e Nigéria.
Relação com a polarização: a diferença no nível de riqueza e produtividade entre estes grupos de países gera uma polarização económica global, em que os países ricos se tornam cada vez mais ricos e os países pobres enfrentam dificuldades estruturais para alcançar crescimento sustentável.	

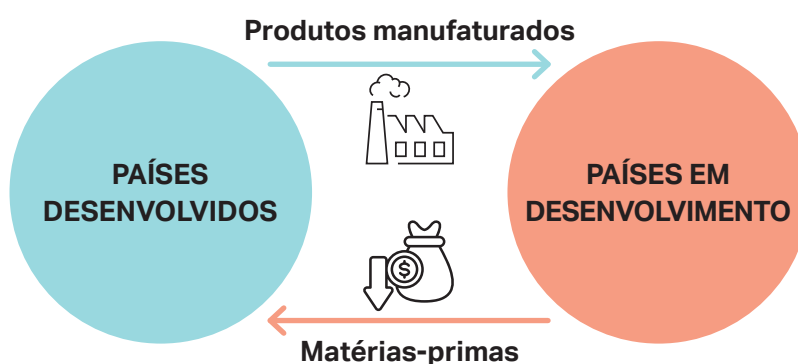


Fig. 25 – Polarização das trocas mundiais.

Polarização tecnológica	
Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento
– Lideram em inovação, investigação e desenvolvimento.	– Muitas vezes seguem tecnologias já existentes, sem capacidade de criar inovações próprias em larga escala.
Efeito: esta diferença aumenta a desigualdade global e reforça a polarização, uma vez que o acesso à tecnologia moderna tem impactos na educação, saúde, indústria e competitividade económica.	

Polarização política e social	
Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento
– Tendem a ter instituições mais fortes, maior estabilidade política e capacidade de influenciar decisões globais.	– Sofrem com instabilidade política, corrupção e dependência de políticas externas (por exemplo, ajuda internacional, comércio global).
Efeito: esta divisão reforça a polarização global, distinguindo “quem define regras” de “quem se adapta às regras”.	

Exemplos práticos da polarização

- **Comércio internacional:** países desenvolvidos vendem produtos de elevado valor acrescentado; países em desenvolvimento exportam matérias-primas.
- **Alterações climáticas:** países desenvolvidos podem investir em tecnologias verdes; países em desenvolvimento têm menos recursos e sofrem mais com os desastres ambientais.
- **Saúde global:** vacinas e medicamentos chegam primeiro aos países desenvolvidos, evidenciando desigualdade na proteção da população.

Conclusão

A polarização reflete diferenças estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – em riqueza, tecnologia, poder político e acesso a recursos – criando um ciclo em que os países ricos mantêm vantagem, enquanto os países pobres enfrentam barreiras para progredir.

Responde tu

- 1 Analisa a polarização das trocas mundiais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ao nível económico.
- 2 Analisa a polarização das trocas mundiais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ao nível tecnológico.
- 3 Analisa a polarização das trocas mundiais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ao nível político e social.

2.2.3. Estrutura e peso do comércio externo nos países em desenvolvimento

Nos países em desenvolvimento, a **estrutura do comércio externo**, ou seja, o tipo de produtos que exportam e importam, tem um impacto direto no **peso** que o **comércio internacional** assume nas suas economias.

Estrutura do comércio externo

A maior parte dos países em desenvolvimento apresenta características comuns:

- **exportações concentradas em poucos produtos**, geralmente matérias-primas (petróleo, minerais, madeira), produtos agrícolas (café, cacau, algodão) ou bens industriais de baixo valor acrescentado;



- **importações diversificadas**, sobretudo de:

- bens industriais transformados;
- tecnologia e maquinaria;
- produtos farmacêuticos;
- bens de consumo de maior valor.

Esta estrutura é considerada **pouco diversificada e dependente do exterior** para bens tecnológicos e industriais.

Como se pode ver na figura 26, as exportações africanas e sul-americanas são dominadas por produtos primários, em contraste com a maioria das economias desenvolvidas e grande parte da Ásia.

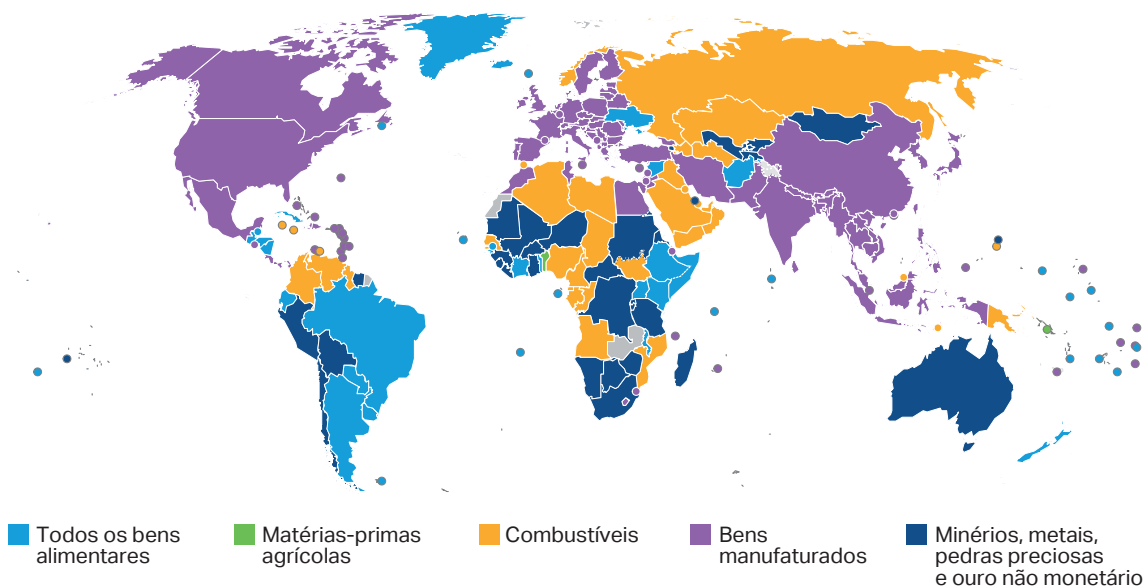


Fig. 26 – Principais produtos exportados (2024).

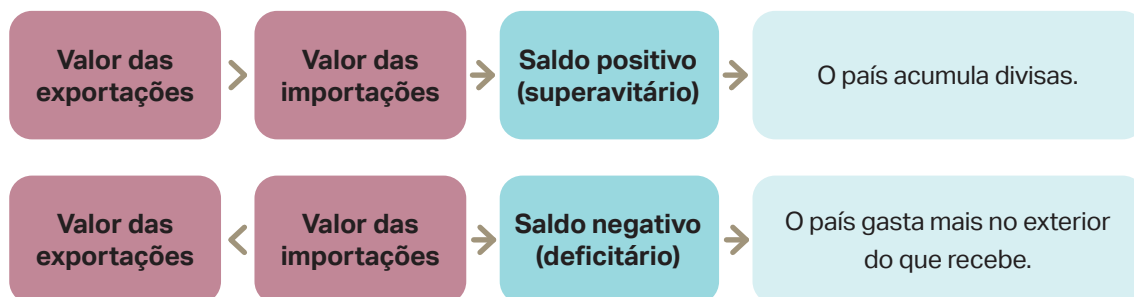
Fonte: UNCTADstat

Peso do comércio externo ou grau de abertura ao exterior

Devido a esta estrutura, o comércio externo tem um **peso muito elevado** na economia dos países em desenvolvimento, pois:

- dependem fortemente das exportações para obter receitas e divisas;
- são muito vulneráveis às variações de preços internacionais (por exemplo, queda no preço do petróleo ou do cacau pode destabilizar a economia);
- precisam de importar grande parte dos bens essenciais ao seu desenvolvimento industrial;
- o saldo da balança comercial (balança de bens e serviços) tende a ser instável e muitas vezes negativo.

**Saldo da balança comercial = Valor das exportações de bens e serviços
– Valor das importações de bens e serviços**



Como a estrutura explica o peso do comércio

A relação é direta:

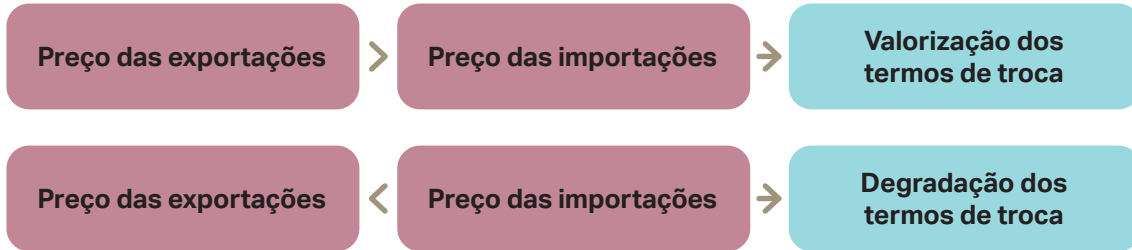
- **Como exportam poucos produtos**, e geralmente de baixo valor, precisam de vender grandes quantidades para equilibrar as contas – aumentando o peso das exportações na economia.
- **Como não produzem bens tecnológicos**, são obrigados a importá-los – aumentando o peso das importações na economia.
- A economia interna não é suficientemente diversificada, o que **reforça a dependência do comércio externo**.

Assim, quanto mais limitada e pouco diversificada for a estrutura do comércio de um país, maior será a sua **dependência externa** e maior a sua vulnerabilidade face às flutuações do mercado global. Para que a inserção nas trocas internacionais seja realmente vantajosa, não basta aumentar o volume das exportações ou reduzir o das importações: é essencial garantir bons **termos de troca**, ou seja, assegurar que os bens exportados mantêm ou aumentam o seu valor relativo face aos bens importados.

Termos de troca

Correspondem à relação entre o preço das exportações e o preço das importações. Indicam a quantidade de bens e serviços que um país pode adquirir no exterior (importar) em troca de uma unidade de bens e serviços exportados, isto é, expressam o **poder de compra das exportações**.

Dizemos que ocorre **degradação dos termos de troca** quando os bens que um país exporta têm um valor inferior ao dos bens que importa, ou seja, quando o preço das importações aumenta relativamente ao das exportações. Quando sucede o contrário, verifica-se uma **valorização dos termos de troca**.



Responde tu

- 1 Apresenta as características da estrutura do comércio externo dos países em desenvolvimento.
- 2 Explicita a afirmação: "O comércio externo tem um peso muito elevado na economia dos países em desenvolvimento".
- 3 Apresenta uma noção de termos de troca.
- 4 Distingue degradação de valorização dos termos de troca.

2.3. Regionalização económica

2.3.1. Integração económica

Noção de integração económica

A integração económica refere-se ao processo voluntário pelo qual diferentes países ou regiões procuram coordenar as suas políticas económicas e reduzir barreiras ao comércio e à circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, com o objetivo de alcançar benefícios mútuos.

São objetivos da integração económica:

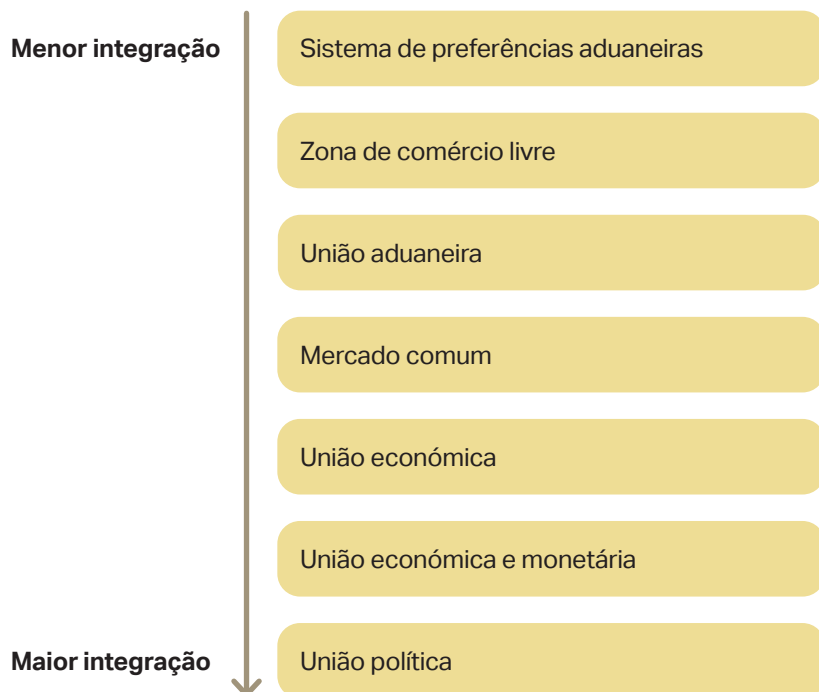
- facilitar o comércio entre países;
- aumentar a competitividade das economias envolvidas;
- promover estabilidade económica e política;
- atrair investimentos estrangeiros;
- reduzir desigualdades regionais.

Formas de integração económica

A integração económica varia conforme o nível de aprofundamento desejado, podendo assumir sete formas geralmente apresentadas de modo sequencial. Em cada nível, os Estados-membros beneficiam de certas vantagens.



Vídeo
Formas de
integração
económica



Sistema de preferências aduaneiras

O sistema de preferências aduaneiras é a forma mais simples de integração económica. Caracteriza-se pela **redução, mas não eliminação, dos direitos aduaneiros** sobre certos bens, nas transações entre os Estados-membros, que não se estendem a países terceiros.

Exemplo: *Commonwealth*

Aprende mais



Commonwealth

A *Commonwealth* é uma associação voluntária de 56 países independentes e iguais.

É o lar de 2,7 biliões de pessoas e inclui tanto economias avançadas como países em desenvolvimento. 33 dos nossos membros são pequenos Estados, incluindo muitas nações insulares.

Os nossos Estados-membros concordaram com objetivos comuns como desenvolvimento, democracia e paz. Os nossos valores e princípios estão expressos na *Carta Commonwealth*.

As raízes da *Commonwealth* remontam ao Império Britânico. Mas atualmente qualquer país pode-se juntar à *Commonwealth* moderna. Os dois últimos países a aderirem à *Commonwealth* foram o Gabão e o Togo, em 2022.

<https://thecommonwealth.org> [consult. 2 dez 2025]

Zona de comércio livre

A zona de comércio livre é uma forma de integração económica em que existe livre circulação de bens entre os Estados-membros, mantendo cada um a sua própria pauta aduaneira e as suas políticas comerciais para com países terceiros.

Exemplo: *EFTA, USMCA, ASEAN, COMESA*

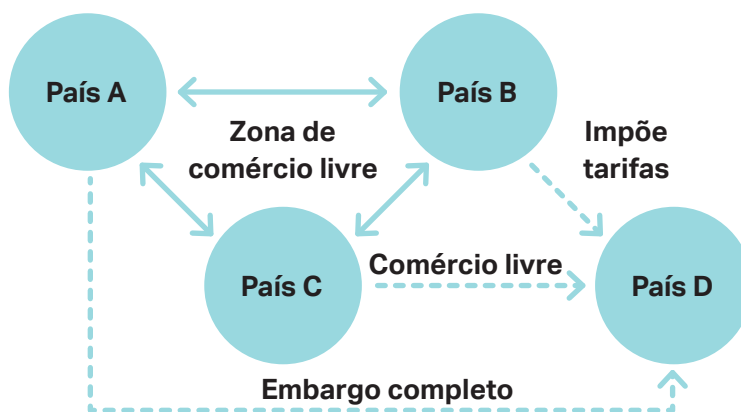


Fig. 27 – Zona de comércio livre.

Na figura 27, observa-se que os países A, B e C estabeleceram um acordo de comércio livre, permitindo a livre circulação de bens entre si. Contudo, segundo este acordo, cada país mantém autonomia para definir as suas próprias políticas comerciais com países externos. Assim:

- o país A, devido a divergências políticas com o país D, impôs um embargo completo, proibindo qualquer tipo de troca comercial;
- o país B, com o objetivo de proteger a sua economia do impacto das importações provenientes do país D, aplica tarifas sobre esses bens;
- o país C, por manter boas relações diplomáticas com o país D, comercializa livremente com esse parceiro externo.

União aduaneira

A união aduaneira é uma forma de integração económica em que existe **livre circulação de todos os bens** que se encontrem no território dos Estados-membros e, no comércio com países terceiros, é aplicada uma **pauta aduaneira exterior comum**.

Exemplo: CEE (fase inicial da União Europeia), MERCOSUL

**União aduaneira =
Zona de comércio livre + Pauta aduaneira exterior comum**

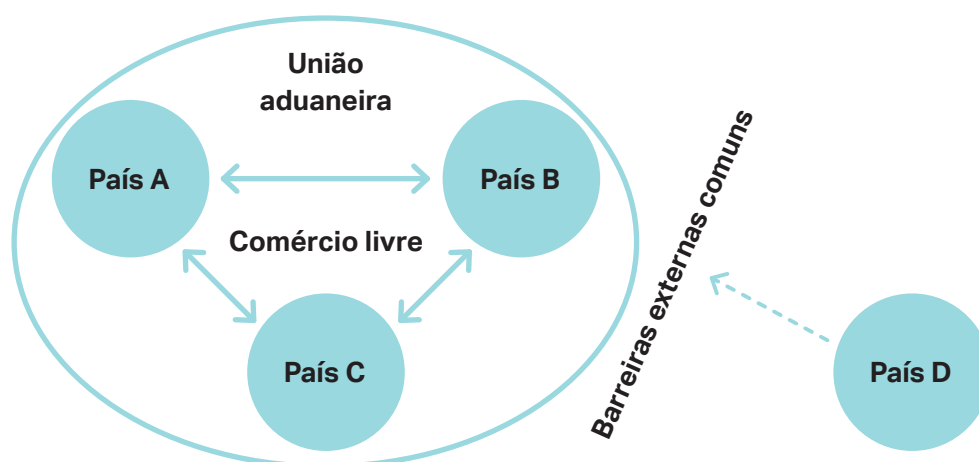


Fig. 28 – União aduaneira.

Supõe que os países A, B e C, representados na figura 27, constituíram agora uma união aduaneira, mantendo entre si a livre circulação de bens. Neste caso, se o país D pretender exportar bens para essa união, estes ficarão sujeitos a uma pauta aduaneira comum aplicada pelos três países, conforme ilustrado na figura 28.

Mercado comum

O mercado comum representa um nível de integração mais avançado do que a união aduaneira. Para além da livre circulação de bens e da existência de uma pauta exterior comum aplicável a países terceiros, passa a garantir também a livre circulação de serviços, de pessoas e de capitais, conhecido como as quatro liberdades de circulação.

Exemplo: Mercado Único Europeu, criado pelo Ato Único Europeu, em 1987

**Mercado comum =
União aduaneira + Livre circulação de serviços, pessoas e capitais**

União económica

A união económica é uma forma de integração económica caracterizada pela existência das quatro liberdades de circulação entre os Estados-membros, pela aplicação de uma pauta exterior comum e pela adoção de políticas económicas e sociais harmonizadas, com o objetivo de promover a convergência das economias participantes.

Exemplo: *União Europeia, instituída a partir de 1992*

**União económica =
Mercado comum + Políticas económicas e sociais harmonizadas**



Fig. 29 – Bandeira da União Europeia em frente ao Parlamento Europeu em Bruxelas.

União económica e monetária

Na união económica e monetária, para além dos requisitos já mencionados, ocorre a harmonização das políticas monetária e cambial, culminando na adoção de uma moeda única.

Exemplo: *Zona Euro, instituída em 1999*

**União económica e monetária =
União económica + Políticas monetária e cambial e moeda única**

União política

A união política representa o nível mais elevado de integração entre países. Para além da coordenação económica, social e monetária, implica a criação de instituições políticas comuns com poderes efetivos, a harmonização das políticas externas e de defesa e, em muitos casos, a transferência de parte significativa da soberania nacional para órgãos supranacionais. O objetivo é assegurar uma governação conjunta e mais coesa entre os Estados-membros.

Exemplo: *União Europeia na sua vertente mais avançada, embora ainda não completamente realizado*

Responde tu

- 1 Apresenta a noção de integração económica.
- 2 Enumera as sete formas de integração económica.
- 3 Distingue “Zona de comércio livre” de “União aduaneira”.
- 4 Apresenta as características do Mercado Comum.
- 5 Distingue “União económica” de “União económica e monetária”.
- 6 Apresenta as características da União política.

2.3.2. Formas de integração em diferentes áreas geográficas

A integração económica tem-se tornado cada vez mais importante nas relações entre os países. Em várias regiões do mundo, os países criam organizações para colaborar economicamente, diminuir barreiras ao comércio e, por vezes, coordenar políticas comuns. Cada organização reflete interesses históricos, políticos e regionais dos seus membros.

Europa

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
União Europeia (UE)	Bloco económico e político formado por 27 países da Europa que decidiram cooperar para facilitar o comércio, a circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. Alguns dos seus membros (20) usam uma moeda comum, o Euro . A UE também coordena políticas em áreas como agricultura, transportes, meio ambiente e segurança, com o objetivo de fortalecer a economia e promover a paz e a integração entre os países europeus.	União económica e monetária	Alemanha, França, Itália, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia, Suécia, Estónia, Eslovénia, Eslováquia, Chéquia, Chipre, Letónia, Lituânia, Malta, Hungria, Polónia, Bulgária, Roménia, Croácia

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
EFTA (<i>European Free Trade Association</i>) Associação europeia de comércio livre	Bloco económico formado por quatro países da Europa, que não fazem parte da União Europeia. O seu principal objetivo é promover o comércio livre entre os membros, eliminando tarifas aduaneiras sobre produtos e serviços. Concentra-se apenas na cooperação económica.	Zona de comércio livre	Suíça, Noruega, Islândia, Liechtenstein



Fig. 30 – Bandeira da União Europeia.



Fig. 31 – Bandeira da EFTA.

América do Norte e Central

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
USMCA (<i>United States-Mexico-Canada Agreement</i>) Acordo Estados Unidos-México-Canadá	Acordo de livre comércio entre os três países da América do Norte, que entrou em vigor a 1 de julho de 2020. É uma atualização do NAFTA (<i>North America Free Trade Association</i>). O seu objetivo é reduzir tarifas e barreiras comerciais, facilitando o comércio de bens e serviços e fortalecendo a cooperação económica entre os membros.	Zona de comércio livre	Estados Unidos da América, Canadá e México

2. A globalização e a regionalização económica

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
MCCA (Mercado comum centro-americano)	<p>Bloco económico criado em 1960/1961, com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – estabelecer um mercado comum com livre circulação de bens e tarifa externa comum; – promover a paz e a estabilidade regional, combatendo a instabilidade política e os conflitos; – criar uma união económica e política, inspirada nos moldes da União Europeia. 	Mercado comum	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua



Fig. 32 – USMCA.



Fig. 33 – MCCA.

América do Sul

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)	<p>Criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, é um bloco económico da América do Sul que visa promover a integração regional através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os seus membros.</p> <p>Também promove a cooperação política, social e cultural, e procura fortalecer a posição dos países-membros na economia mundial.</p>	União aduaneira que visa avançar para um mercado comum	<p>Estados Partes: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela</p> <p>Estados Associados: Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Panamá, Peru e Suriname</p>

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
Aliança do Pacífico	Bloco económico criado em 2011, com o objetivo de promover a integração económica, o comércio livre e a cooperação regional entre os seus membros.	Zona de comércio livre	México, Colômbia, Peru, Chile



Fig. 34 – MERCOSUL logótipo.



Fig. 35 – Aliança do Pacífico logótipo.

África

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral)	Comunidade económica regional criada em 1994, que integra 21 países da África Oriental e Austral, com o objetivo de promover a cooperação económica, o comércio livre e a integração regional.	Zona de comércio livre que visa avançar para uma união aduaneira	Burundi, Comores, Djibuti, Egipto, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Quênia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Ruanda, Seychelles, Sudão, Sudão do Sul, Somália, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué
CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)	Foi criada em 1975 com o objetivo de promover a integração económica, política e social entre os países da África Ocidental.	Zona de comércio livre que visa avançar progressivamente para um mercado comum	Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo

2. A globalização e a regionalização económica

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)	Foi criada em 1992, sucedendo à antiga SADCC (Coordenação de Desenvolvimento da África Austral), com o objetivo de promover o desenvolvimento económico, a integração regional e a cooperação política entre os países da África Austral.	Zona de comércio livre que visa avançar para uma união aduaneira e, eventualmente, para um mercado comum	Angola, África do Sul, Botswana, Essuatíni, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué, Comores, República Democrática do Congo, Madagáscar, Seychelles e Maurícias



Fig. 36 – COMESA logótipo.



Fig. 37 – CEDEAO logótipo.



Fig. 38 – SADC logótipo.

Ásia e Oceânia

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático)	Criada em 1967 com o objetivo de promover a cooperação económica, política e cultural entre os países do Sudeste Asiático.	Zona de comércio livre	Indonésia, Malásia, Tailândia, Singapura, Filipinas, Vietname, Laos, Camboja, Mianmar e Brunei
RCEP (Parceria Económica Regional Alargada)	Acordo de comércio livre assinado em 2020, que integra 15 países da Ásia-Pacífico, incluindo os membros da ASEAN.	Zona de comércio livre	ASEAN + China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia

Organização / Bloco económico	Descrição	Forma de integração económica	Países participantes
APEC (Cooperação Económica Ásia-Pacífico)	Criada em 1989 como um fórum regional destinado a promover a cooperação económica, o comércio livre e a integração entre economias da região Ásia-Pacífico.	Fórum de cooperação económica	Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Singapura, Taiwan, Tailândia, Estados Unidos da América e Vietname.



Fig. 39 – ASEAN logótipo.



Fig. 40 – RCEP logótipo.



Fig. 41 – APEC logótipo.

Responde tu

- 1 Associa as diferentes organizações / blocos económicos, referidos na coluna A, às respetivas regiões (coluna B).

Coluna A	Coluna B
A. ASEAN	I. África
B. COMESA	II. América do Norte
C. MERCOSUL	III. América do Sul
D. União Europeia	IV. Ásia
E. USMCA	V. Europa

2.3.3. A necessidade de regulamentação da economia mundial

A economia mundial caracteriza-se por ser globalizada, interdependente e altamente complexa. Este cenário cria oportunidades, mas também riscos, que tornam necessária uma regulação e coordenação internacional, nomeadamente:

2. A globalização e a regionalização económica

• **Prevenção de crises económicas e financeiras**

- Sem regras globais, crises locais podem propagar-se rapidamente pelo sistema financeiro mundial (exemplo: crise de 2008).
- A regulação ajuda a reduzir riscos sistémicos e a manter a estabilidade económica.

• **Harmonização de regras comerciais e financeiras**

- Diferenças nas políticas fiscais, monetárias ou comerciais podem gerar desigualdades e distorções no comércio global.
- A regulamentação internacional estabelece normas comuns que facilitam o comércio e protegem os países mais vulneráveis.

• **Gestão de problemas globais**

- Comércio internacional, mudanças climáticas, pobreza, desigualdade e crises sanitárias exigem uma coordenação global.
- A ausência de regulamentação pode levar a exploração excessiva de recursos, *dumping* ou concorrência desleal.

• **Proteção de países em desenvolvimento**

- Regras internacionais permitem aos países menos desenvolvidos participar de forma mais equitativa no comércio e na economia global, reduzindo desigualdades estruturais.

O papel das instituições internacionais

Diversas instituições desempenham papéis estratégicos na gestão política e económica mundial:

• **Fundo Monetário Internacional (FMI)**

- Apoia a estabilidade financeira global, fornecendo empréstimos e assistência técnica a países com crises na balança de pagamentos.
- Supervisiona políticas macroeconómicas e recomenda medidas para evitar instabilidade.

• **Banco Mundial e Bancos Regionais de Desenvolvimento**

- Financiam projetos de desenvolvimento em países emergentes e em desenvolvimento.
- Promovem crescimento económico sustentável, redução da pobreza e investimento em infraestrutura.

• **Organização Mundial do Comércio (OMC)**

- Define regras para o comércio internacional de bens e serviços.
- Resolve disputas comerciais e promove liberalização e previsibilidade no comércio global.

• Organizações multilaterais e regionais

- **OCDE:** define padrões de boas práticas económicas e políticas públicas.
- **União Europeia, MERCOSUL, ASEAN, SADC:** regulam o comércio, investimentos e políticas económicas regionais.
- **ONU e suas agências (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento):** coordenam políticas globais de desenvolvimento e cooperação económica.

Problematização

Embora a regulamentação mundial seja essencial, surgem desafios e dilemas:

- **Soberania vs. regras globais:** os países podem sentir que as normas internacionais limitam a sua autonomia económica.
- **Desigualdade no poder de decisão:** os países desenvolvidos têm maior influência em instituições globais, podendo favorecer os seus interesses.
- **Aplicação e fiscalização:** algumas normas são difíceis de implementar ou fiscalizar, sobretudo em países em desenvolvimento.
- **Flexibilidade vs. estabilidade:** regras demasiado rígidas podem travar a inovação e adaptação a novas crises.

Conclusão

A regulamentação da economia mundial é indispensável para garantir estabilidade, previsibilidade e equidade nas relações económicas globais. As instituições internacionais desempenham um papel central na coordenação, supervisão e gestão de crises, mas devem procurar equilibrar interesses globais e nacionais, garantindo que países de todas as dimensões possam beneficiar de forma justa da economia mundial.

Responde tu

- 1 Indica os motivos pelos quais existe a necessidade de regulamentação da economia mundial.
- 2 Enumera as instituições internacionais que desempenham papéis estratégicos na gestão política e económica mundial.
- 3 Embora a regulamentação mundial seja essencial, surgem desafios e dilemas. Identifica-os.

Em resumo...

O que é a mundialização económica?

É um processo histórico de expansão das relações económicas pelo mundo, ligando diferentes regiões.

O que é a globalização?

É a fase mais recente e acelerada da mundialização, que engloba, além da dimensão económica, as dimensões social, cultural, política, tecnológica e financeira.

O que é a globalização económica?

É o processo pelo qual bens e serviços passam a ser comercializados entre os diferentes países do mundo de forma cada vez mais intensa.

Quais são os fatores chave da globalização económica?

- Avanços nos transportes.
- desenvolvimento das TIC.
- abertura dos mercados e liberalização do comércio internacional.
- ação das empresas transnacionais.
- melhorias nos sistemas financeiros e bancários internacionais.
- difusão de modelos de consumo comuns.

Quais os impactos positivos da mundialização das trocas?

- Maior variedade e menor preço para o consumidor final.
- criação de emprego em países em desenvolvimento.
- disseminação de tecnologia e *know-how*.
- estímulo à inovação.

Quais os impactos negativos da mundialização das trocas?

- Aumento da dependência económica entre países.
- possível deslocalização de indústrias dos países desenvolvidos.
- aumento das desigualdades sociais e económicas entre países.
- pressão ambiental.

O que são empresas multinacionais?

São empresas que têm a sua sede num país, mas que desenvolvem atividades económicas noutros países, através de filiais, sucursais ou unidades de produção.

O que são empresas transnacionais?

São empresas que fragmentam o seu processo produtivo, instalando diferentes fases da cadeia de valor (pesquisa, fabrico de componentes, montagem final, distribuição, etc.) nos países mais vantajosos em termos de custos (mão de obra, matérias-primas, incentivos fiscais, etc.).

O que é a globalização financeira?

É o processo através do qual os mercados financeiros de diferentes países se tornam cada vez mais ligados e interdependentes.

Que fatores impulsionam a globalização financeira?

- Avanço tecnológico.
- liberalização dos mercados financeiros.
- descompartmentação dos mercados financeiros.
- desintermediação financeira.
- surgimento de novos instrumentos financeiros.
- crescimento do investimento internacional.
- expansão das empresas transnacionais.

Quais os principais fluxos do sistema financeiro globalizado?

- Empréstimos internacionais.
- investimento Direto Estrangeiro (IDE).
- investimento de carteira.
- remessas de migrantes.
- capitais de curto prazo (especulativos).
- movimentos cambiais.
- derivados financeiros.

Quais os principais intervenientes do sistema financeiro globalizado?

- Bancos comerciais e bancos de investimento.
- bancos centrais.
- empresas transnacionais.
- investidores institucionais.
- instituições financeiras internacionais.
- Governos e tesouros nacionais.
- mercados financeiros.
- empresas de *rating* (agências de notação financeira).
- famílias e trabalhadores migrantes.

Quais as oportunidades e benefícios da globalização financeira?

- Maior eficiência económica global.
- maior facilidade de acesso a capital.
- diversificação do risco.

Quais os riscos e desafios da globalização financeira?

- Propagação de crises (efeito contágio).
- volatilidade dos mercados.
- diminuição da autonomia.
- aumento da desigualdade.

Que fatores impulsionam a mobilidade populacional?

- Económicos.
- sociais e demográficos.
- políticos.
- ambientais.
- tecnológicos.
- culturais.

2. A globalização e a regionalização económica

O que são forças de repulsão (*push factors*) e forças de atração (*pull factors*)?



- Forças de repulsão (*push factors*) correspondem aos motivos que levam as pessoas a abandonar o seu local de origem.
- forças de atração (*pull factors*) correspondem às razões que atraem as pessoas para novos locais.

Que fluxos de migração existem?



- Migrações económicas.
- mobilidade de elite e profissionais qualificados.
- migrações forçadas e refugiados.

Quais os impactos da migração para os países de origem?



- Impactos positivos:
- A receita das remessas dos emigrantes, que se tornam uma fonte crucial de divisas e ajudam a reduzir a pobreza.
- Impactos negativos:
- A perda de capital humano qualificado (fuga de cérebros) e o desequilíbrio demográfico (diminuição da população ativa).

Quais os impactos da migração para os países de destino?



- Impactos positivos:
- O rejuvenescimento da população ativa e o aumento da mão de obra para preencher lacunas em setores-chave, contribuindo para o crescimento económico.
- Impactos negativos:
- Desafios relacionados com a integração social e cultural, possível pressão sobre os serviços sociais (saúde, educação) e, em alguns casos, tensão social e xenofobia.

O que é o turismo?



É uma das formas mais significativas de mobilidade humana voluntária. Envolve deslocações temporárias, motivadas por lazer, cultura, negócios, religião ou saúde.

O que é a globalização cultural?



É um fenómeno que envolve a disseminação e a integração de culturas em escala mundial. Concentra-se na troca de valores, hábitos, estilos de vida, ideias, música, moda, cinema, gastronomia, idiomas e comportamentos entre diferentes sociedades.

Quais as principais dimensões da globalização cultural?



- Padrões de cultura.
- Difusão cultural.
- Aculturação.
- Multiculturalismo.
- Padrões de consumo.
- Estilos de vida.

O que é a polarização das trocas mundiais?

É um fenómeno económico em que o comércio internacional se concentra de forma desigual entre determinados países ou regiões, criando um "desequilíbrio" nas relações comerciais globais.

A polarização das trocas mundiais pode ser analisada a que níveis?

- Polarização económica.
- Polarização tecnológica.
- Polarização política e social.

O que expressa os termos de troca?

A relação entre o preço das exportações e o preço das importações. Indicam a quantidade de bens e serviços que um país pode adquirir no exterior (importar) em troca de uma unidade de bens e serviços exportados, isto é, expressam o poder de compra das exportações.

Quando ocorre degradação dos termos de troca e valorização dos termos de troca?

Ocorre degradação dos termos de troca quando os bens que um país exporta têm um valor inferior ao dos bens que importa, ou seja, quando o preço das importações aumenta relativamente ao das exportações. Quando sucede o contrário, verifica-se uma valorização dos termos de troca.

O que é a integração económica?

É o processo voluntário pelo qual diferentes países ou regiões procuram coordenar as suas políticas económicas e reduzir barreiras ao comércio e à circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, com o objetivo de alcançar benefícios mútuos.

Quais as formas de integração económica?

- Sistema de preferências aduaneiras.
- Zona de comércio livre.
- União aduaneira.
- Mercado comum.
- União económica.
- União económica e monetária.
- União política.

Em que consiste o sistema de preferências aduaneiras?

Consiste na redução, mas não eliminação, dos direitos aduaneiros sobre certos bens, nas transações entre os Estados-membros, que não se estendem a países terceiros.

Em que consiste a zona de comércio livre?

Consiste na livre circulação de bens entre os Estados-membros, mantendo cada um a sua própria pauta aduaneira e as suas políticas comerciais para com países terceiros.

2. A globalização e a regionalização económica

Em que consiste a união aduaneira?



Consiste na livre circulação de todos os bens que se encontrem no território dos Estados-membros e, no comércio com países terceiros, é aplicada uma pauta aduaneira exterior comum.

Em que consiste o mercado comum?



Consiste na livre circulação de todos os bens que se encontrem no território dos Estados-membros e, no comércio com países terceiros, é aplicada uma pauta aduaneira exterior comum, além da livre circulação de serviços, de pessoas e de capitais (quatro liberdades de circulação).

Em que consiste a união económica?



Consiste na existência das quatro liberdades de circulação entre os Estados-membros, na aplicação de uma pauta exterior comum e na adoção de políticas económicas e sociais harmonizadas, com o objetivo de promover a convergência das economias participantes.

Em que consiste a união económica e monetária?



Para além dos requisitos mencionados para a união económica, ocorre a harmonização das políticas monetária e cambial, culminando na adoção de uma moeda única.

Em que consiste a união política?



Para além da coordenação económica, social e monetária, implica a criação de instituições políticas comuns com poderes efetivos, a harmonização das políticas externas e de defesa e, em muitos casos, a transferência de parte significativa da soberania nacional para órgãos supranacionais.

Que organizações / blocos económicos podemos encontrar nas diferentes áreas geográficas?



- Europa: União Europeia (UE); EFTA.
- América do Norte e Central: USMCA; MCCA.
- América do Sul: MERCOSUL; Aliança do Pacífico.
- África: COMESA; CEDEAO; SADC.
- Ásia e Oceânia: ASEAN; RCEP; APEC.

Porque é necessário a regulamentação da economia mundial?



- Prevenção de crises económicas e financeiras.
- Harmonização de regras comerciais e financeiras.
- Gestão de problemas globais.
- Proteção de países em desenvolvimento.

Que instituições internacionais desempenham papéis na gestão política e económica mundial?



- Fundo Monetário Internacional (FMI).
- Banco Mundial e Bancos Regionais de Desenvolvimento.
- Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Organizações multilaterais e regionais:
 - OCDE;
 - União Europeia, MERCOSUL, ASEAN, SADC;
 - ONU e suas agências.


Que desafios se colocam às instituições internacionais?



- Soberania vs. regras globais.
- Desigualdade no poder de decisão.
- Aplicação e fiscalização de normas.
- Flexibilidade vs. estabilidade.

3





Desenvolvimento e utilização dos recursos

- 3.1.** A relação entre o progresso tecnológico e o crescimento demográfico
- 3.2.** O desenvolvimento dos países e as estruturas demográficas
- 3.3.** As consequências económicas resultantes da questão demográfica
- 3.4.** A utilização indiscriminada dos recursos e os custos ecológicos
- 3.5.** O aquecimento global

Desenvolvimento e utilização dos recursos

Objetivos de aprendizagem

- Relacionar a melhoria do nível de vida e o progresso tecnológico, com o crescimento da população
- Explicar o que é a transição demográfica
- Identificar e descrever as fases da transição demográfica
- Identificar as causas e as consequências da transição demográfica
- Explicitar o conceito de estruturas demográficas
- Definir os conceitos de taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade, esperança média de vida, pirâmide etária, taxa de fecundidade, taxa de crescimento populacional
- Mostrar a relação das estruturas demográficas para diferentes níveis de desenvolvimento dos países
- Analisar as pirâmides etárias e suas implicações
- Explicitar o conceito de explosão demográfica
- Analisar o impacto da explosão demográfica e do envelhecimento populacional em diferentes contextos
- Explicar em que consiste a emigração, a imigração, a migração internacional e os refugiados
- Esclarecer as causas e as consequências dos fluxos migratórios, do envelhecimento da população e da imigração ilegal
- Referir quais as consequências ecológicas do crescimento económico moderno e da utilização indiscriminada dos recursos
- Problematizar como as fontes de degradação ambiental, nomeadamente os padrões culturais e os estilos de vida, constituem obstáculos ao desenvolvimento
- Esclarecer o conceito e os benefícios da economia circular
- Explicitar os conceitos de externalidades, bens públicos, bens comuns e os direitos de propriedade e como podem colocar limitações ao funcionamento da economia
- Apresentar possíveis soluções para os problemas ecológicos no funcionamento regular das economias, explicando o papel do Estado e de organizações supranacionais na resolução de problemas ambientais
- Identificar as causas do aquecimento global
- Refletir sobre o impacto das consequências do aquecimento global a curto, médio e longo prazo
- Referir medidas para combater o aquecimento global
- Relacionar aquecimento global e utilização indiscriminada dos recursos

3.1. A relação entre o progresso tecnológico e o crescimento demográfico

3.1.1. Crescimento demográfico

No início da agricultura, por volta de 8000 a.C., a população mundial era de aproximadamente 5 milhões de habitantes. Durante o período de 8000 anos até 1 d.C., cresceu para 200 milhões, com uma taxa de crescimento inferior a 0,05%

por ano. No entanto, a partir da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, verificou-se uma explosão demográfica sem precedentes. A população mundial demorou toda a história da humanidade a atingir mil milhões de habitantes, no início do século XIX, mas o crescimento acelerou-se rapidamente: o segundo milhar de milhão foi alcançado em cerca de 130 anos (1930), o terceiro em apenas 30 anos (1960), o quarto em 15 anos (1974) e o quinto em apenas 13 anos (1987). Apenas durante o século XX, a população mundial cresceu de 1,65 para 6 biliões. Em 1970, havia aproximadamente metade das pessoas no mundo que há agora. Devido à diminuição das taxas de crescimento, levará agora mais de 200 anos para duplicar novamente.

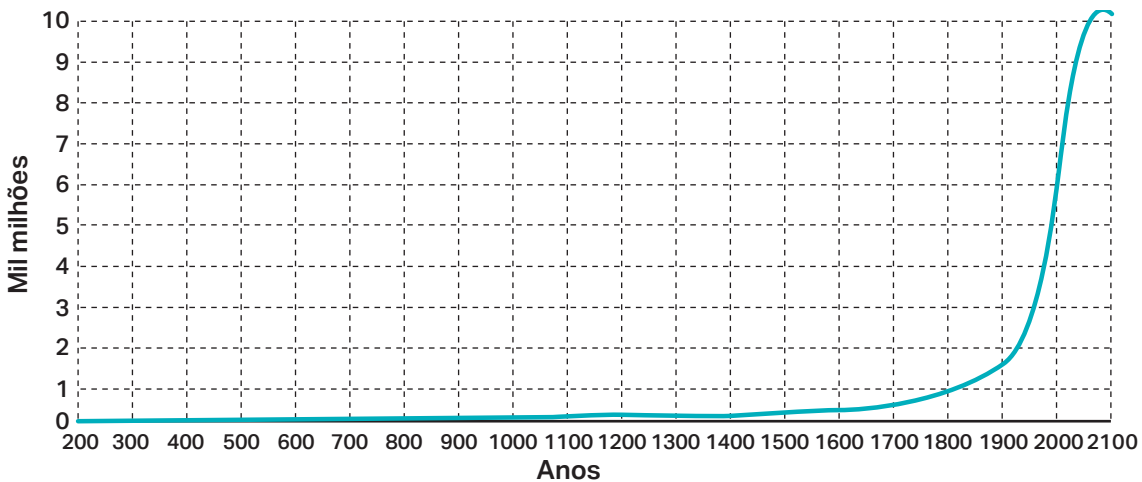


Fig. 1 – População mundial: passado, presente e futuro.

Fonte: <https://www.worldometers.info/pt>

Este fenómeno não foi fruto do acaso, mas sim da relação direta entre o **progresso tecnológico** e a **melhoria generalizada do nível de vida**.

O desenvolvimento da ciência e da técnica alterou profundamente a capacidade humana de intervir no meio. Este **progresso tecnológico** manifestou-se em três pilares fundamentais:

- **revolução agrícola:** a mecanização do campo, a introdução de fertilizantes e a seleção de sementes permitiram aumentar exponencialmente a produção de alimentos: a fome deixou de ser um regulador demográfico inevitável;
- **avanços na medicina:** a descoberta das vacinas, dos antibióticos e a melhoria das técnicas cirúrgicas permitiram combater doenças que anteriormente eram fatais (como a tuberculose ou a cólera);
- **engenharia e saneamento:** a construção de infraestruturas de abastecimento de água potável e de redes de esgotos foi, talvez, o avanço tecnológico com maior impacto na saúde pública, reduzindo drasticamente a propagação de epidemias.

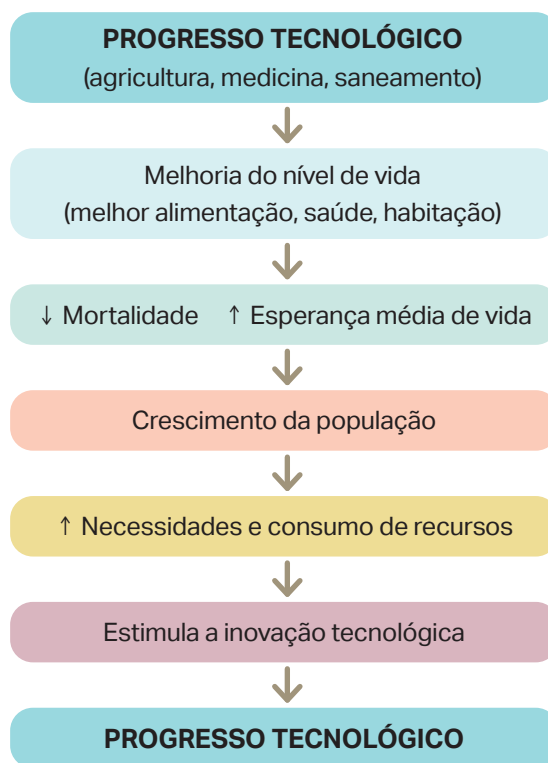


3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

A aplicação destes avanços tecnológicos resultou numa **melhoria significativa do nível de vida das populações** (acesso a bens e serviços essenciais), que se traduziu em:

- **redução da mortalidade infantil:** o maior indicador de progresso de uma sociedade. Com melhores cuidados pré-natais e higiene, a probabilidade de uma criança sobreviver aos primeiros anos de vida aumentou radicalmente;
- **aumento da esperança média de vida:** o bem-estar económico, aliado a melhores condições de habitação e trabalho, permitiu que as pessoas vivessem mais anos.

Estes avanços permitiram, assim, reduzir a mortalidade, controlar doenças e aumentar a esperança média de vida. Como resultado, mais pessoas vivem durante mais tempo, o que contribui para o crescimento da população. Esse crescimento da população aumenta a necessidade de bens, serviços e recursos, o que estimula a inovação tecnológica. Assim, o desenvolvimento de novas tecnologias torna-se essencial para responder às exigências de uma população cada vez mais numerosa.



Responde tu

- 1 Relaciona a melhoria do nível de vida e o progresso tecnológico com o crescimento da população.

3.1.2. Transição demográfica

A transição demográfica é um modelo teórico que permite compreender a evolução da população mundial e explicar como as sociedades passam de um equilíbrio demográfico de tipo "tradicional" para um equilíbrio de tipo "moderno". Este modelo baseia-se na variação das taxas de natalidade e de mortalidade ao longo do tempo, em função do desenvolvimento socioeconómico, do progresso tecnológico e da melhoria do nível de vida.

As fases da transição demográfica

A transição demográfica divide-se, geralmente, em quatro etapas ou fases principais:

Fase	Características	Dinâmica	Contexto
Fase 1 Regime demográfico tradicional (fase pré-industrial)	As taxas de natalidade e de mortalidade são muito elevadas e próximas entre si.	<ul style="list-style-type: none"> – Os nascimentos são compensados por uma elevada mortalidade (devido à falta de higiene, fomes, epidemias e guerras). – A esperança média de vida é muito baixa. – O crescimento natural é nulo ou muito reduzido. 	Atualmente, nenhum país do mundo se encontra nesta fase.
Fase 2 Fase de transição inicial (declínio da mortalidade)	A taxa de natalidade mantém-se elevada, mas a taxa de mortalidade desce rapidamente.	<ul style="list-style-type: none"> – A natalidade mantém-se elevada. – A descida da mortalidade deve-se aos progressos na medicina, à melhoria da higiene e ao aumento da produtividade agrícola. – Verifica-se um rápido crescimento da população, conduzindo a uma “explosão demográfica”. 	Atualmente, a maioria dos países já passou por esta fase.
Fase 3 Fase de transição avançada (declínio da natalidade)	A taxa de natalidade começa a descer de forma acentuada, enquanto a taxa de mortalidade estabiliza em valores baixos.	<ul style="list-style-type: none"> – A urbanização, a escolaridade obrigatória, a generalização do planeamento familiar, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento do custo de vida (o filho passa a ser visto como um “encargo”) explicam o declínio da taxa de natalidade. – O crescimento populacional começa a abrandar. 	Os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento apresentam momentos distintos e ritmos diferentes no declínio da natalidade.
Fase 4 Regime demográfico moderno	As taxas de natalidade e de mortalidade são baixas e próximas entre si.	<ul style="list-style-type: none"> – A população estabiliza, mas apresenta uma estrutura envelhecida. – Elevada esperança média de vida. – O crescimento natural é reduzido ou nulo. 	Situação atual da maioria dos países desenvolvidos.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Alguns demógrafos contemporâneos propõem a existência de uma **quinta fase** da transição demográfica, embora persistam dúvidas significativas quanto à sua evolução e às dinâmicas futuras das populações.

Fase	Características	Dinâmica	Contexto
Fase 5 Fase de declínio demográfico	A taxa de natalidade é inferior à taxa de mortalidade.	<ul style="list-style-type: none"> – O crescimento natural é negativo: diminuição da população total. – Acentuado envelhecimento demográfico, devido ao aumento da esperança média de vida e à redução do número de nascimentos. – Em muitos países, a imigração assume um papel fundamental para atenuar a diminuição da população ativa e os efeitos do envelhecimento. – Novos desafios económicos e sociais, como a sustentabilidade dos sistemas de proteção social. 	Observada em alguns países mais desenvolvidos.

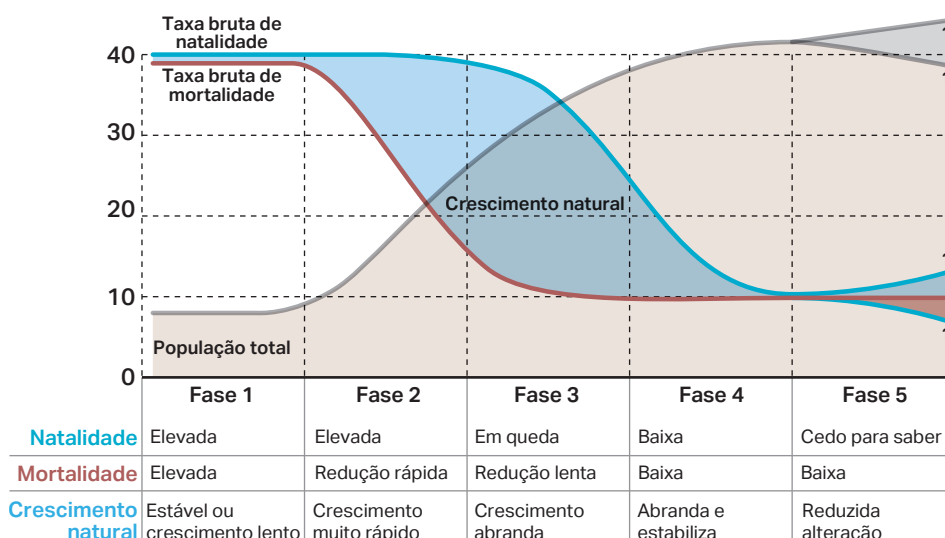


Fig. 2 – Modelo de transição demográfica.

Fonte: <https://welovegeography.pt>

Causas e consequências da transição demográfica

A transição demográfica resulta de profundas transformações económicas, sociais e tecnológicas, produzindo efeitos significativos na estrutura e na dinâmica das populações.

Causas da transição demográfica	Consequências da transição demográfica
<ul style="list-style-type: none"> – Progresso tecnológico e científico, sobretudo na medicina, que permitiu a redução da mortalidade e o aumento da esperança média de vida. – Melhoria das condições de vida, nomeadamente na alimentação, habitação, higiene e saneamento básico. – Desenvolvimento económico e industrialização, que alteraram os modos de vida e de trabalho. – Urbanização, associada à redução do número de filhos por família. – Acesso à educação, em especial da população feminina. – Difusão do planeamento familiar e dos métodos contraceptivos, que contribuiu para a diminuição da natalidade. – Mudanças socioculturais, como a valorização da família nuclear e o adiamento da maternidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução das taxas de mortalidade e de natalidade ao longo do processo. – Crescimento acelerado da população nas fases intermédias da transição. – Envelhecimento da população, sobretudo nas fases mais avançadas. – Diminuição do crescimento natural, podendo tornar-se negativo em alguns países. – Alterações na estrutura etária, com aumento do peso da população idosa. – Novos desafios económicos e sociais, como a sustentabilidade dos sistemas de saúde, pensões e previdência social. – Maior importância dos movimentos migratórios para compensar a redução da população ativa.

Responde tu

- 1 Explica o que é a transição demográfica.
- 2 Identifica e descreve as cinco fases da transição demográfica.
- 3 Identifica as causas e as consequências da transição demográfica.

3.2. O desenvolvimento dos países e as estruturas demográficas

3.2.1. Estrutura demográfica

O conceito de **estrutura demográfica** refere-se à composição de uma população segundo diferentes critérios ou características, como idade, sexo, profissão ou estado civil, permitindo analisar como ela se distribui, se organiza e evolui ao longo do tempo. Estudar a estrutura demográfica é como “tirar uma fotografia”

da sociedade, identificando quem a compõe. Esse conhecimento é fundamental para compreender dinâmicas populacionais e apoiar o planeamento de políticas públicas, económicas e sociais.

Dimensões da estrutura demográfica


As dimensões da estrutura demográfica correspondem aos diferentes critérios ou características segundo os quais uma população pode ser analisada.






Dimensão	O que analisa	Importância
Etária	A distribuição da população por idades (crianças, jovens, adultos e idosos).	Permite identificar fenómenos como o envelhecimento populacional ou a predominância de população jovem.
De género	A proporção entre homens e mulheres.	Tem impacto em políticas de saúde, educação, emprego e previdência social.
Familiar e doméstica	A composição dos agregados familiares (número de pessoas e tipos de família).	Reflete padrões culturais e socioeconómicos da sociedade.
Socioeconómica	Nível de escolaridade, profissão, ocupação e rendimento.	Permite compreender desigualdades sociais e a relação entre população e desenvolvimento económico.

Estas dimensões permitem uma análise completa da população, não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos, facilitando o estudo das suas necessidades e tendências futuras.

Indicadores demográficos

Para compreender as dinâmicas e as estruturas demográficas de uma sociedade, é essencial conhecer os indicadores que medem o comportamento da população – **indicadores demográficos**.

Indicadores	Definição
 <p>Taxa bruta de natalidade</p>	<p>– Representa o número de nados-vivos por cada mil habitantes de um determinado território, normalmente um ano.</p> $\text{Taxa bruta de natalidade} = \frac{\text{Número de nados-vivos}}{\text{População total}} \times 1000$ <p>– Expressa em permilagem (‰).</p> <p>– Permite avaliar o nível de renovação da população.</p> <p>Em Cabo Verde, em 2023, a taxa bruta de natalidade foi 12,33‰.</p>

Indicadores	Definição
 <p>Taxa bruta de mortalidade</p>	<p>– Representa o número de óbitos por cada mil habitantes de um determinado território, normalmente um ano.</p> $\text{Taxa bruta de mortalidade} = \frac{\text{Número de óbitos}}{\text{População total}} \times 1000$ <p>– Expressa em permilagem (‰). – Indica o nível de mortalidade e a qualidade de vida da população. Em Cabo Verde, em 2023, a taxa bruta de mortalidade foi 5,06‰.</p>
 <p>Taxa de crescimento efetivo</p>	<p>– Representa o ritmo a que a população de um país aumenta ou diminui (ou se mantém estável) num determinado período.</p> $\text{Taxa de crescimento efetivo} = \frac{\text{Saldo natural} + \text{Saldo migratório}}{\text{População total}} \times 1000$ <p>Saldo natural = Nascimentos – Óbitos Saldo migratório = Imigração – Emigração</p> <p>– Expressa em permilagem (‰). Em Cabo Verde, em 2023, a taxa de crescimento efetivo foi 11,9‰.</p>
 <p>Taxa de fecundidade</p>	<p>– Indica o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da sua vida fértil (entre os 15 e os 49 anos), num determinado território.</p> <p>– Ajuda a prever a renovação da população e o seu crescimento futuro.</p> <p>Em Cabo Verde, em 2023, a taxa de fecundidade foi 1,52 filhos por mulher.</p>
 <p>Esperança média de vida</p>	<p>– É o número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver à nascença, com base nas condições de mortalidade observadas no momento.</p> <p>– É um excelente indicador do nível de vida e do progresso médico de um país.</p> <p>Em Cabo Verde, em 2023, a esperança média de vida à nascença era 76,06 anos (79,21 anos para as mulheres e 72,86 anos para os homens).</p>
 <p>Pirâmide etária</p>	<p>– É um gráfico de barras que representa a estrutura demográfica da população por idade (no eixo vertical) e por sexo (no eixo horizontal).</p> <p>– Permite visualizar a estrutura etária da população e identificar tendências como o envelhecimento ou a predominância de jovens.</p>

Relação entre desenvolvimento e estrutura demográfica

A estrutura demográfica de um país funciona como um espelho do seu nível de desenvolvimento socioeconómico, refletindo diferenças nas condições de vida, no acesso à saúde, à educação e no papel da família na sociedade.



Interatividade
PMD, PED e PD

Indicador	Países menos desenvolvidos	Países em desenvolvimento	Países desenvolvidos
Natalidade e fecundidade	Elevada	Média (associadas ao aumento da escolarização e ao acesso ao planeamento familiar)	Baixa (frequentemente abaixo do nível de substituição)
Mortalidade	Elevada (associada a doenças infecciosas, carências alimentares e falta de cuidados de saúde; mortalidade infantil elevada)	Média/baixa (devido à melhoria dos cuidados de saúde, acesso à vacinação e a melhores condições sanitárias; redução significativa da mortalidade infantil)	Baixa (refletindo bons cuidados de saúde e qualidade de vida; sobretudo associada a doenças crónicas e ao envelhecimento)
Crescimento populacional	Rápido	Moderado	Lento/negativo
Estrutura etária	Jovem (com elevada percentagem de crianças e jovens)	Em transição (com diminuição progressiva da população jovem)	Envelhecida (com elevado peso da população idosa)
Esperança média de vida	Baixa	Média	Elevada
Forma da pirâmide etária	Base larga (indicando forte crescimento populacional)	Base média (aproximando-se de uma forma mais equilibrada)	Base estreita (com tendência para a inversão)
Principais desafios	Pressão sobre os sistemas de educação, saúde e emprego	Criação de emprego e adaptação das políticas sociais ao crescimento urbano	Sustentabilidade dos sistemas de pensões, necessidade de imigração e cuidados à população idosa
Exemplos	Países da África Subsariana e alguns países do Sul da Ásia	Cabo Verde , Brasil, Índia, Indonésia e África do Norte	Portugal, Espanha, Japão, Alemanha e Canadá

Conclusão: quanto mais desenvolvido é um país, maior é a tendência para o envelhecimento demográfico. Isto deve-se ao “duplo envelhecimento”: a diminuição da base (menos nascimentos) e o aumento do topo (maior longevidade).

Pirâmide etária

Como vimos, as pirâmides etárias representam graficamente a distribuição da população de um país ou região por idade e sexo, permitindo compreender a estrutura demográfica e antecipar tendências futuras. Mais do que um simples gráfico, funcionam como um instrumento de diagnóstico social, possibilitando identificar acontecimentos históricos como guerras, epidemias e períodos de crescimento populacional (“*baby booms*”), além de prever necessidades futuras da população.

Ao analisar a pirâmide etária, devemos dividir a observação em três partes fundamentais:

- a **base** (jovens: 0 aos 14 anos): reflete a natalidade. Uma base larga indica uma população jovem e em crescimento; uma base estreita revela o declínio dos nascimentos;
- a **classe oca** (estreitamentos): se existirem “entradas” bruscas no gráfico, estas indicam normalmente períodos de mortalidade elevada (guerras, fomes) ou surtos emigratórios;
- o **topo** (idosos: 65 ou mais anos): reflete a longevidade e a mortalidade. Um topo largo e alto indica uma elevada esperança média de vida.

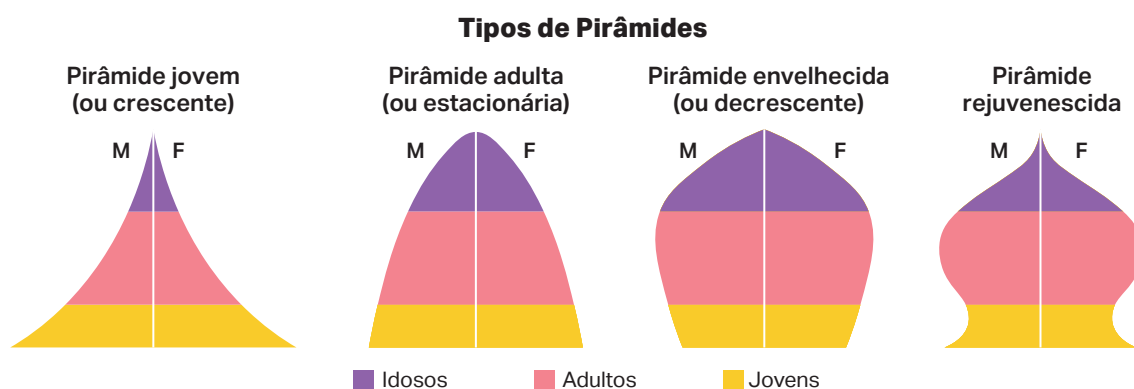


Fig. 3 – Tipos de pirâmides etárias.

Fonte: <https://ensina.rtp.pt/explicador> (adaptado)


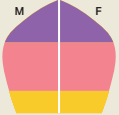
Vídeos
Fatores que interferem na evolução da estrutura etária da população




Construção de pirâmides etárias



Tipos de pirâmides:

Tipos de pirâmides	Forma	Características	Nível de desenvolvimento	Implicações
<p>Pirâmide jovem (ou crescente)</p> 	Triangular, com base muito larga e topo estreito.	Reflete taxas brutas de natalidade e de mortalidade elevadas.	Típica de países menos desenvolvidos.	Forte pressão sobre os sistemas educativos e necessidade de criação de emprego para as camadas jovens.
<p>Pirâmide adulta (ou estacionária)</p> 	Lados mais verticais; a base e o centro da pirâmide têm larguras semelhantes.	Indica que a natalidade começou a descer e a esperança média de vida aumentou, revelando uma população que entra numa fase de estabilidade.	Comum em países em desenvolvimento ou economias emergentes.	Planeamento previsível de serviços, mercado de trabalho equilibrado, envelhecimento gradual da população, equilíbrio entre gerações.
<p>Pirâmide envelhecida (ou decrescente)</p> 	Base estreita (formato de "urna" ou "bolbo"), sendo a parte central ou o topo mais largos que a base.	Indica uma taxa bruta de natalidade muito baixa e uma esperança média de vida elevada.	Característica de países mais desenvolvidos.	Envelhecimento demográfico acentuado e riscos para a sustentabilidade da previdência social.

Tipos de pirâmides	Forma	Características	Nível de desenvolvimento	Implicações
<p>Pirâmide rejuvenescida</p> 	<p>Semelhante à pirâmide envelhecida, mas com um novo alargamento na base (os grupos etários de 0-4 e 5-9 anos são ligeiramente mais largos que os imediatamente acima).</p>	<p>Reflete uma recuperação recente da natalidade após um longo período de queda (frequentemente devido a políticas de incentivo à natalidade ou fluxos imigratórios de jovens adultos).</p>	<p>Observada em alguns países desenvolvidos que conseguiram travar a queda abrupta de nascimentos.</p>	<p>População com mais jovens do que idosos, aumentando a futura força de trabalho e a procura por educação e saúde. Gera dinamismo social e económico, mas exige planeamento de oportunidades e infraestruturas.</p>



Link
Pirâmides populacionais desde 1950 a 2100

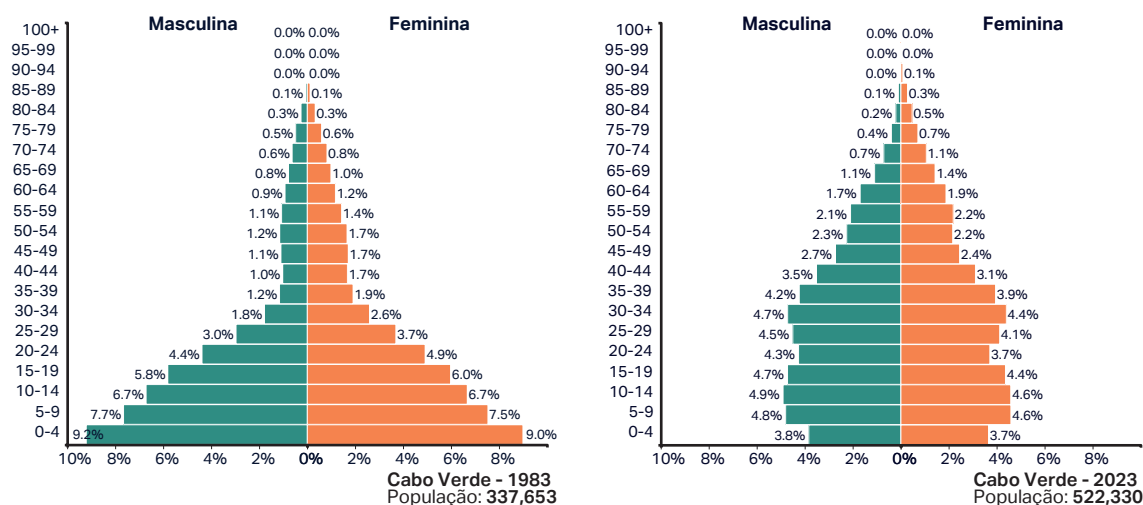


Fig. 4 – Pirâmide etária, Cabo Verde – 1983 e 2023.

Fonte: <https://www.populationpyramid.net/pt/>

Os gráficos da figura 4 representam pirâmides etárias de Cabo Verde, em 1983 e em 2023, e mostram uma clara evolução demográfica:

- **1983:** pirâmide jovem, base larga, elevada natalidade e forte peso da população infantil e juvenil.
- **2023:** pirâmide adulta, mais estreita na base e mais larga no centro, indicando queda da natalidade, maior esperança média de vida, envelhecimento progressivo e aumento da população em idade ativa.

Explosão demográfica / Envelhecimento populacional

A explosão demográfica e o envelhecimento populacional, embora opostos na sua forma, são as duas faces da moeda do desenvolvimento humano.

A **explosão demográfica** (ou “boom” populacional) é um fenómeno caracterizado por um crescimento extremamente rápido, súbito e acentuado da população mundial ou de uma região específica. Ocorre quando se verifica um desequilíbrio profundo entre as componentes do crescimento natural: a mortalidade desce de forma drástica enquanto a natalidade permanece elevada. Nos séculos XIX e XX, a explosão demográfica ocorreu inicialmente nos países desenvolvidos, sobretudo na Europa e na América do Norte, como consequência da Revolução Industrial. Após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1950, este fenómeno deslocou-se para os países em desenvolvimento, especialmente na Ásia, em África e na América Latina, onde o acesso súbito à medicina moderna provocou um crescimento populacional sem precedentes na história da humanidade.

Os impactos destes fenómenos variam radicalmente consoante o nível de desenvolvimento dos países: enquanto algumas regiões lutam para gerir um crescimento populacional galopante (explosão demográfica), outras enfrentam o desafio inédito de sociedades onde os idosos superam os jovens (envelhecimento populacional).



Fig. 5 – Explosão demográfica.



Fig. 6 – Envelhecimento populacional.

Explosão demográfica

Predominante nos **países menos desenvolvidos**, particularmente na África Subariana e em partes da Ásia.

Impactos principais

- **Pressão sobre infraestruturas:** exigência constante de construção de escolas, hospitais, habitação e transportes para uma população que cresce a um ritmo superior ao do investimento público.

Envelhecimento populacional

Predominante nos **países mais desenvolvidos**, como o Japão e grande parte dos países da União Europeia.

Impactos principais

- **Sustentabilidade da Previdência Social:** o aumento do índice de dependência de idosos coloca em risco o sistema de pensões, pois há cada vez menos contribuintes (ativos) para sustentar mais beneficiários (reformados).

- **Desemprego jovem:** dificuldade das economias locais em absorver a enorme quantidade de jovens que entra anualmente no mercado de trabalho.
- **Insegurança alimentar e recursos:** pressão extrema sobre os solos agrícolas, água e energia, podendo levar à degradação ambiental e a conflitos por recursos.
- **Desafios ambientais:** aumento da poluição.
- **Pobreza cíclica:** elevadas taxas de dependência de jovens (muitas crianças para poucos adultos ativos) dificultam a acumulação de capital e o investimento económico.
- **Pressão no sistema de saúde:** necessidade de adaptar os cuidados hospitalares a doenças crónicas e degenerativas, aumentando significativamente os custos públicos com a saúde.
- **Escassez de mão de obra:** a falta de jovens adultos reduz a capacidade de inovação e obriga os países a recorrerem à automação ou à atração de fluxos migratórios para manter a economia a funcionar.
- **Soluções e adaptação:** surgimento da “*silver economy*” (produtos e serviços para idosos) e a necessidade de políticas de incentivo à natalidade e de envelhecimento ativo.

A explosão demográfica e o envelhecimento populacional são etapas sucessivas de um mesmo processo histórico: a transição demográfica. Entre eles existe uma relação de causa e efeito mediada pelo tempo e pelo desenvolvimento:

- A **explosão demográfica** (o início) ocorre na **Fase 2** da transição. É o momento em que a ciência e a técnica “vencem” a morte rápida, mas a cultura ainda mantém a natalidade alta.
- O **envelhecimento populacional** (o desfecho) ocorre na **Fase 4** (e na Fase 5). É o resultado final de décadas de progresso, onde a natalidade caiu drasticamente e a sobrevivência se estendeu até idades muito avançadas.

A explosão demográfica de ontem é a causa direta do envelhecimento populacional de hoje:

- Quando ocorre uma explosão (como o “*baby boom*” após a Segunda Guerra Mundial), gera-se uma base da pirâmide muito larga.
- Com o passar das décadas, essa “onda” de pessoas envelhece e desloca-se para o topo da pirâmide.
- Se, entretanto, a natalidade baixar, não haverá jovens suficientes para compensar essa massa de pessoas que chega à idade da reforma, resultando num envelhecimento acentuado.

Responde tu

- 1 Explicita o conceito de estrutura demográfica.
- 2 Define os conceitos de taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade, taxa de crescimento efetivo, taxa de fecundidade, esperança média de vida e pirâmide etária.
- 3 Mostra a relação entre as estruturas demográficas e os diferentes níveis de desenvolvimento dos países.
- 4 Analisa as pirâmides etárias e as suas implicações.
- 5 Explicita o conceito de explosão demográfica.
- 6 Analisa o impacto da explosão demográfica e do envelhecimento populacional na sociedade.

3.3. As consequências económicas resultantes da questão demográfica

As populações não são estáticas. Para além dos nascimentos e óbitos, o número de habitantes de um território e a sua estrutura etária são profundamente influenciados pelos movimentos de entrada e saída de pessoas, designados por **migrações**. Estas constituem um fenómeno geográfico e social que envolve a deslocação de pessoas entre diferentes territórios, motivada por razões económicas, políticas, sociais ou ambientais. As migrações podem ocorrer dentro de um mesmo país, sendo designadas por **migrações internas**, ou entre países distintos, caso em que se denominam **migrações internacionais**.

A **migração** internacional pode ser **legal** ou **ilegal**. A distinção prende-se com o cumprimento das normas jurídicas estabelecidas pelos países para a entrada, permanência e exercício de atividades no seu território.

Migração legal (ou documentada)

Ocorre quando o cidadão estrangeiro cumpre todos os requisitos exigidos pelo Estado do país de destino.

- **Processo:** envolve a obtenção de vistos (de residência, trabalho ou estudo) e a entrada através de postos fronteiriços oficiais.
- **Direitos e deveres:** o migrante legal tem acesso pleno aos serviços públicos (saúde, educação), proteção laboral e contribui diretamente para a previdência social através de impostos.
- **Integração:** facilita a coesão social, uma vez que o indivíduo está registado e protegido pelas leis do país acolhedor.

Migração ilegal (ou indocumentada/ clandestina)

Ocorre quando a deslocação ou a permanência não cumpre as normas legais do país de destino.

- **Formas de ocorrência:**
 - **Entrada clandestina:** cruzamento de fronteiras por locais não autorizados, muitas vezes recorrendo a redes de tráfico humano.
 - **Permanência irregular:** quando um indivíduo entra legalmente (como turista, por exemplo), mas permanece no país após a expiração do seu visto.
- **Vulnerabilidade:** o migrante ilegal vive na “sombra”. Como não possui documentos, torna-se alvo fácil de exploração laboral (trabalho precário, sem direitos) e tem receio de recorrer às autoridades ou serviços de saúde por medo de ser expulso (deportado).

Os movimentos migratórios internacionais podem ser vistos por duas perspetivas distintas, dependendo do ponto de referência territorial que se utiliza. Embora estejamos a falar do mesmo fluxo de pessoas, a designação altera-se para identificar a origem e o destino:

Emigração

É o movimento de **saída** de pessoas de um determinado país para residir noutro. O indivíduo que sai é designado por **emigrante**.

Imigração

É o movimento de **entrada** de pessoas num determinado país, vindas do estrangeiro. O indivíduo que entra é designado por **imigrante**.

Exemplo

Se um jovem sai de Assomada (Ilha de Santiago) para trabalhar na Cidade do Mindelo (Ilha de São Vicente), ele é um **migrante interno**. Se esse mesmo jovem sai da Assomada para trabalhar em Lisboa, ele é um **emigrante** (para Cabo Verde) e um **imigrante** (para Portugal).



Fig. 7 – Padrão dos Descobrimentos (Lisboa).

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Os movimentos migratórios podem igualmente ser classificados de acordo com o grau de liberdade de escolha dos indivíduos. Em alguns casos, a deslocação resulta de uma decisão pessoal, associada à procura de melhores condições de vida, trabalho ou estudo, sendo designadas por **migrações voluntárias**; noutros, ocorre por necessidade, quando as populações são obrigadas a abandonar o seu local de origem, caso em que se denominam **migrações forçadas**, na qual se inserem os **refugiados**.

Refugiados

São pessoas que se encontram fora do seu país de origem devido a medos fundamentados de perseguição (por motivos de raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou pertença a um grupo social específico) ou devido a conflitos armados e graves violações de direitos humanos. Ao contrário do migrante voluntário, o refugiado é forçado a deslocar-se para garantir a sua sobrevivência.



Fig. 8 – Refugiados a caminho da Europa.



Causas dos fluxos migratórios

As causas dos fluxos migratórios são variadas e resultam, na maioria dos casos, da combinação de vários fatores:

Fatores económicos	Procura de emprego, melhores salários, melhores condições de vida e redução da pobreza.
Fatores sociais	Acesso à educação, à saúde, à habitação e à reunificação familiar.
Fatores políticos	Guerras, conflitos armados, instabilidade política, perseguições ideológicas, étnicas ou religiosas.
Fatores ambientais	Catástrofes naturais, secas, desertificação, cheias e alterações climáticas.
Fatores demográficos	Excesso de população ativa, envelhecimento populacional ou desequilíbrios na estrutura etária.

Consequências dos fluxos migratórios legais

Os fluxos migratórios legais têm consequências tanto nos países de origem como nos países de destino, com impactos económicos, sociais e demográficos.

Dimensão da análise	País de origem (Emigração) 	País de destino (Imigração) 
Económica	<p>(+) Contributos positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Entrada de remessas: reforço do rendimento das famílias e melhoria da balança de pagamentos. – Redução do desemprego: menor pressão sobre o mercado de trabalho local. 	<p>(+) Contributos positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Reforço da mão de obra: preenchimento de lacunas em setores com escassez de trabalhadores. – Crescimento do PIB: aumento da produção e do consumo. – Sustentabilidade da Previdência Social: mais população ativa contribui para o pagamento de reformas.
	<p>(–) Contributos negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> – “Fuga de cérebros”: perda de mão de obra jovem e qualificada. – Menor crescimento económico: redução do investimento em capital humano. 	<p>(–) Contributos negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Pressão sobre serviços públicos: saúde, habitação, educação e transportes. – Tensões no mercado de trabalho: concorrência salarial em alguns setores.
Social / cultural	<p>(+) Contributos positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Mudança de mentalidades: novas ideias, valores e comportamentos trazidos pelos emigrantes que regressam. – Abertura cultural: maior contacto com outras culturas e modos de vida. 	<p>(+) Contributos positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Multiculturalidade: enriquecimento cultural e diversidade social. – Renovação social: dinamização cultural, artística e comunitária.
	<p>(–) Contributos negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Desestruturação familiar: separação de pais, filhos e cônjuges. – Abandono de regiões: desertificação de áreas rurais ou do interior. 	<p>(–) Contributos negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Desafios de integração: necessidade de políticas públicas de inclusão, educação e habitação. – Riscos de exclusão social: possíveis tensões sociais, discriminação ou xenofobia.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Manual Digital

Vídeo
Desafios do crescimento demográfico





Dimensão da análise	País de origem (Emigração) 	País de destino (Imigração) 
Demográfica	<p>(+) Contributos positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Retorno de migrantes: possível recuperação demográfica em algumas regiões. – Reequilíbrio temporário: menor pressão demográfica em áreas com excesso populacional. 	<p>(+) Contributos positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Rejuvenescimento populacional: entrada de população em idade ativa e fértil. – Aumento da natalidade: contributo para a inversão da tendência de baixa fecundidade. – Crescimento demográfico efetivo: compensação de saldos naturais negativos.
	<p>(-) Contributos negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Envelhecimento da população: saída maioritária de jovens adultos. – Queda da natalidade: redução do potencial de renovação geracional. – Diminuição da população: saldo migratório negativo e risco de declínio demográfico. 	<p>(-) Contributos negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Pressão demográfica: crescimento rápido da população em áreas urbanas. – Desafios de planeamento: necessidade de adaptação de serviços e infraestruturas.



Fig. 9 – Migração.

Consequências dos fluxos migratórios ilegais

A imigração ilegal gera um impacto assimétrico. Embora forneça mão de obra de baixo custo, provoca efeitos negativos para a economia e para a dignidade do trabalhador.

<p>Impacto no mercado de trabalho e na produtividade</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Segmentação do mercado: cria-se um “mercado de trabalho dual”. Os imigrantes ilegais acabam frequentemente na economia informal, aceitando salários abaixo do equilíbrio de mercado e condições precárias. – Dumping social: a disponibilidade de mão de obra ilegal pode pressionar os salários médios para baixo em setores específicos (agricultura, construção, limpeza), gerando uma concorrência desleal com os trabalhadores residentes e imigrantes legais. – Desincentivo à inovação: se as empresas têm acesso à mão de obra ilegal extremamente barata, têm menos incentivos para investir em tecnologia e capital fixo para aumentar a produtividade.
<p>Impacto nas finanças públicas (Estado)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Evasão fiscal: como estes trabalhadores não possuem contratos formais, não há retenção de IRPS (Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares) nem pagamento de IRPC (Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas) pelas empresas sobre esses salários “por fora”. – Défice na Previdência Social: o Estado perde as contribuições sociais (da empresa e do trabalhador) que seriam fundamentais para sustentar o sistema de pensões. – Pressão nos serviços públicos: apesar de não contribuírem diretamente, os imigrantes ilegais utilizam infraestruturas e serviços básicos (saúde de emergência, segurança), o que representa um custo público sem a contrapartida da receita fiscal.
<p>Impacto no capital humano e nos direitos económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Vulnerabilidade e exploração: sem proteção legal, estes indivíduos estão sujeitos a redes de tráfico e exploração laboral (trabalho forçado ou análogo à escravidão). – Subaproveitamento de competências: muitos imigrantes ilegais possuem qualificações que não podem utilizar por falta de documentos, acabando em funções de baixa produtividade (desperdício de capital humano).

Responde tu

- 1 Explica em que consiste a migração internacional, a emigração, a imigração e os refugiados.
- 2 Esclarece as causas dos fluxos migratórios.
- 3 Explicita as consequências dos fluxos migratórios legais.
- 4 Apresenta as consequências da imigração ilegal.

3.4. A utilização indiscriminada dos recursos e os custos ecológicos

O crescimento económico moderno, intensificado a partir da Revolução Industrial, baseia-se numa exploração intensiva dos recursos naturais, frequentemente sem considerar os limites ecológicos do planeta, e utiliza o meio ambiente como um “caixote do lixo” gratuito para os resíduos das atividades de produção e consumo. Esta visão, ao desconsiderar os limites físicos do planeta, gera custos ecológicos profundos que colocam em causa não só o equilíbrio ambiental, mas a própria sustentabilidade do bem-estar humano e da eficiência económica a longo prazo.

3.4.1. Crescimento económico moderno e pressão sobre os recursos naturais

O crescimento económico moderno assenta num aumento contínuo da produção e do consumo, impulsionado pela industrialização, pelo progresso tecnológico e pela expansão dos mercados à escala global. Este modelo tem conduzido a uma utilização cada vez mais intensa dos recursos naturais, exercendo uma forte pressão sobre os ecossistemas. A procura crescente de matérias-primas, energia e alimentos ultrapassa, em muitos casos, a capacidade natural de regeneração dos recursos, colocando em causa a sustentabilidade ambiental.

Para avaliar o impacto deste modelo de crescimento, recorre-se aos conceitos de biocapacidade e pegada ecológica.

Biocapacidade

Corresponde à capacidade dos ecossistemas para produzir recursos renováveis e absorver resíduos, nomeadamente o dióxido de carbono, sem comprometer o seu equilíbrio. Esta capacidade é limitada e depende de fatores como a extensão dos ecossistemas produtivos, a qualidade dos solos e a disponibilidade de água. Mede-se em hectares globais (gha).

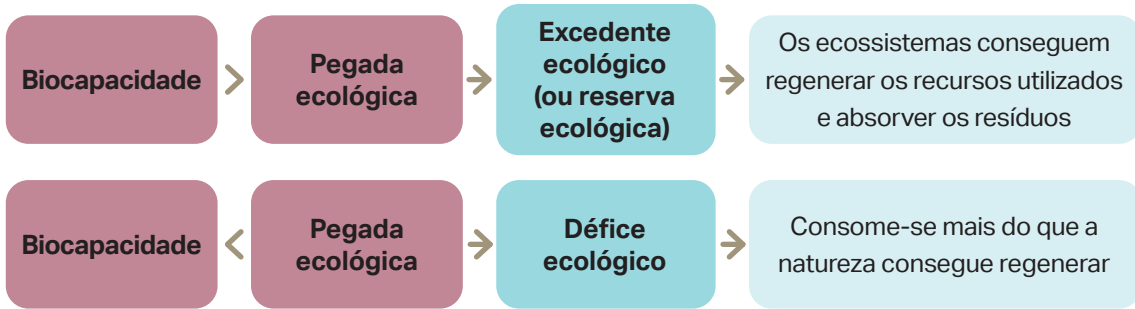
Pegada ecológica

Corresponde à quantidade de recursos naturais necessária para satisfazer os padrões de consumo de uma população e para absorver os resíduos gerados pelas suas atividades económicas. Quanto mais elevados forem os níveis de consumo e de desperdício, maior será a pegada ecológica. Mede-se em hectares globais (gha).



Vídeo
Pegada
ecológica





O **déficit ecológico** indica que os recursos estão a ser consumidos a um ritmo superior ao da sua regeneração, conduzindo ao esgotamento dos ecossistemas e à degradação ambiental.

Este consumo envolve diferentes tipos de recursos:

Recursos não renováveis

A sua utilização deve ser controlada para minimizar impactos ambientais e garantir a sustentabilidade.

Exemplo: Combustíveis fósseis e minerais.



Fig. 10 – Plataforma petrolífera.

Recursos renováveis de stock limitado

A sua utilização deve respeitar a sua capacidade de regeneração.

Exemplo: Florestas, solos férteis, água doce e peixe.



Fig. 11 – Cardume de peixes.

Recursos renováveis de fluxo contínuo

Recursos que podem ser aproveitados em grande escala sem se esgotarem, desde que a gestão e a tecnologia sejam adequadas.

Exemplo: Energia solar e eólica.



Fig. 12 – Energia solar e eólica.

A utilização equilibrada destes recursos é fundamental para reduzir o déficit ecológico e preservar o capital natural para as gerações futuras.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

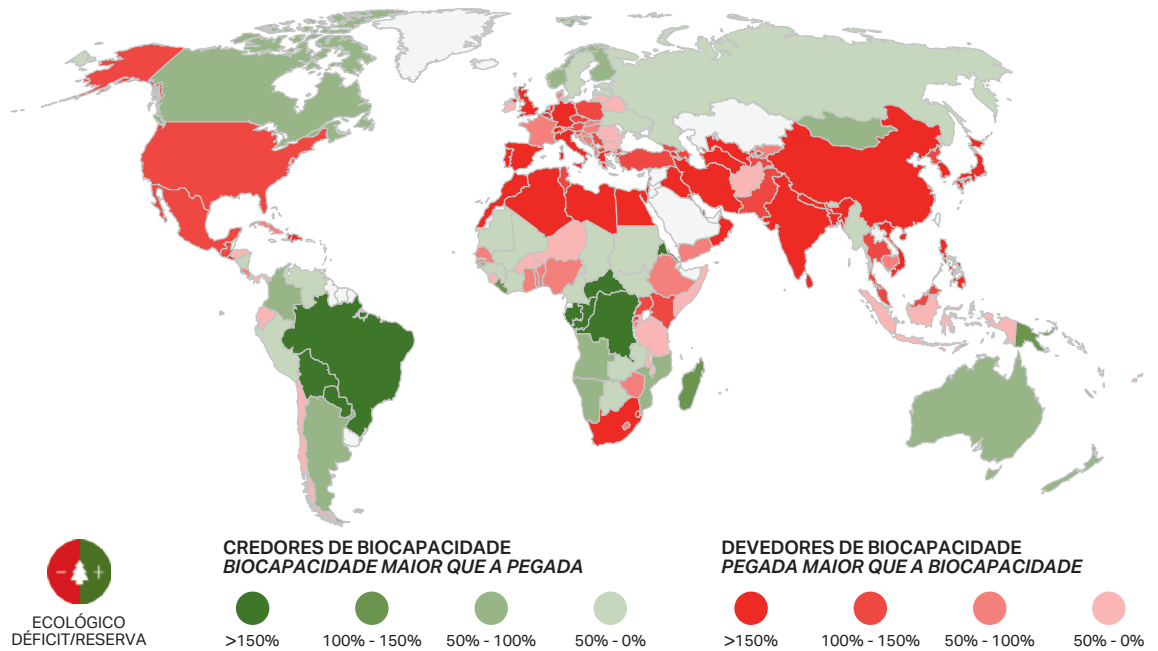


Fig. 13 – Credores e devedores de biocapacidade (2022).

Fonte: <https://data.footprintnetwork.org>

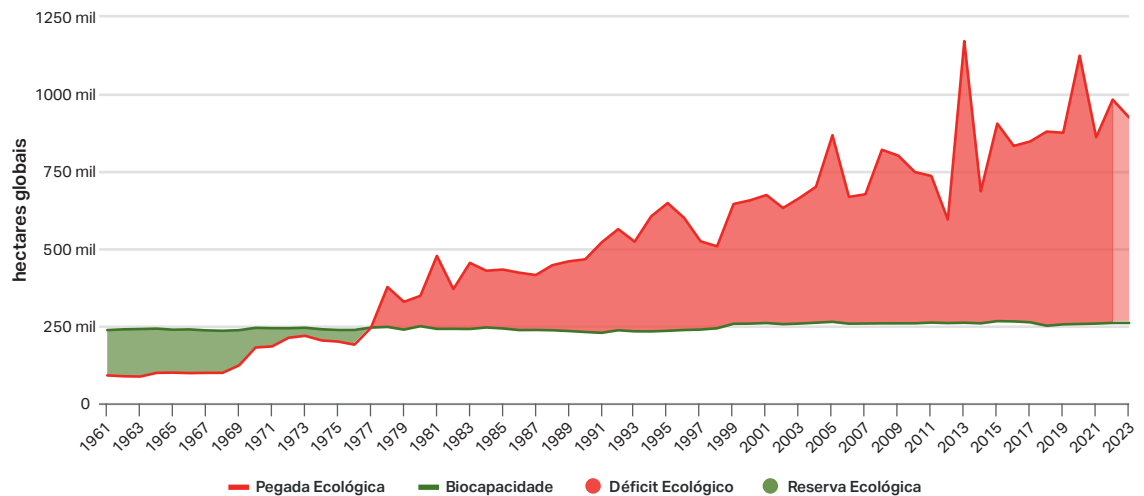


Fig. 14 – Relação entre a biocapacidade e a pegada ecológica, em Cabo Verde, entre 1961 e 2023.

Fonte: <https://data.footprintnetwork.org>

De acordo com a figura 14, Cabo Verde apresenta um défice ecológico consistente desde a década de 1980, com a pegada ecológica a exceder largamente a biocapacidade.

O crescimento económico moderno, ao intensificar a pressão sobre os recursos naturais, evidencia a necessidade de repensar os modelos de produção e consumo, de forma a reduzir a pegada ecológica e a aproximá-la da biocapacidade disponível, garantindo um desenvolvimento mais sustentável.

Responde tu

- 1 Explicita os conceitos de biocapacidade e de pegada ecológica.
- 2 Distingue reserva ecológica de défice ecológico.
- 3 Observa a figura 14, e indica o ano em que a pegada ecológica de Cabo Verde foi igual à sua biocapacidade.

3.4.2. Impactos ambientais resultantes da exploração de recursos

A exploração de recursos naturais é fundamental para o desenvolvimento económico e social, fornecendo matéria-prima, energia e produtos essenciais para a sociedade. No entanto, essa atividade está frequentemente associada a impactos ambientais significativos, que podem comprometer a qualidade de vida, a saúde dos ecossistemas e a sustentabilidade a longo prazo. Entre os principais impactos destacam-se a poluição, as alterações climáticas e a degradação ambiental.

Poluição

A poluição é um dos principais impactos ambientais decorrentes da exploração de recursos naturais e das atividades humanas em geral. Ela consiste na introdução de substâncias ou formas de energia no ambiente que provocam efeitos negativos nos ecossistemas, na saúde humana e na qualidade de vida.

São **tipos de poluição**:

Tipos de poluição	Descrição	Fontes
Poluição do ar	Alteração das características do ar pela libertação de gases e partículas.	Queima de combustíveis fósseis por indústrias e transportes.
Poluição da água	Contaminação de águas doces (rios, lagos, lençóis freáticos) e marítimas.	Lançamento de efluentes industriais, esgotos domésticos e lixiviação de fertilizantes agrícolas.
Poluição do solo	Degradação da camada superficial da terra, afetando a sua produtividade.	Uso excessivo de pesticidas na agricultura, deposição inadequada de resíduos sólidos (lixeiros) e acidentes mineiros.



Vídeos
Impactes da exploração e da transformação dos recursos naturais



Perturbações dos ecossistemas causadas pela humanidade



Tipos de poluição



3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Tipos de poluição	Descrição	Fontes
Poluição sonora	Excesso de ruído que ultrapassa os níveis de tolerância humana e animal.	Tráfego rodoviário e aéreo, obras de construção civil e atividades industriais.
Poluição luminosa	Presença excessiva de luz artificial em ambientes exteriores.	Iluminação pública ineficiente e publicidade luminosa, afetando os ciclos biológicos e o consumo de energia.



Fig. 15 – Tipos de poluição: da água, do ar, luminosa e sonora.

As **fontes de poluição** podem ser:

Fontes contínuas

Emissões que ocorrem de forma permanente ou regular.

Fixas

Localizadas em pontos específicos e identificáveis.

Exemplo: poluição provocada pelas chaminés de uma fábrica.

Difusas

Espalhadas por uma região, sem um ponto único.

Exemplo: poluição da água dos poços devido aos pesticidas que se infiltram no solo.

Fontes eventuais

Emissões que ocorrem de forma intermitente ou inesperada.

Sistemáticas

Previsíveis e repetitivas em certas condições.

Exemplo: incêndios florestais não criminosos e não intencionais.

Acidentais

Resultam de incidentes inesperados.

Exemplo: derramamento acidental de petróleo no mar.

Alterações climáticas

As alterações climáticas referem-se às mudanças significativas e duradouras nos padrões climáticos globais, resultantes principalmente da acumulação de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera, sobretudo devido à atividade humana. A queima de combustíveis fósseis, a desflorestação, a produção industrial e a agricultura intensiva têm aumentado a concentração de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂), metano e óxidos de azoto, na atmosfera. Estes gases retêm o calor, provocando o aquecimento global e alterações nos sistemas climáticos.

Entre os principais efeitos das alterações climáticas destacam-se:

Impactos na natureza e no ambiente

- **Aumento da temperatura média global**, o que resulta em ondas de calor mais frequentes e intensas.
- **Derretimento de glaciares e elevação do nível do mar**, ameaçando áreas costeiras e ilhas baixas.
- **Acidificação dos oceanos**, devido à absorção de CO₂, afetando corais e outras espécies marinhas.
- **Maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos**, como secas, tempestades, inundações e ciclones.
- **Impactos na biodiversidade e agricultura**: alterações nos ciclos de plantas e animais, perda de *habitats* e menor produtividade agrícola.

Impactos na saúde humana e na sociedade

- **Saúde**: aumento de doenças respiratórias, propagação de doenças transmitidas por insetos (mosquitos), e problemas de saúde mental (ansiedade, stress).
- **Segurança alimentar**: alterações na agricultura e pesca levam à escassez de alimentos.
- **Recursos hídricos**: escassez de água potável em muitas regiões.
- **Deslocamento forçado**: pessoas obrigadas a deixar as suas casas devido a eventos climáticos extremos.

Impactos económicos

- **Destruição de capital físico**: o aumento da frequência de catástrofes naturais (cheias, furacões) destrói infraestruturas, habitações e unidades fabris.
- **Quebra na produtividade agrícola**: secas prolongadas e alterações nos ciclos de chuva degradam os solos produtivos e reduzem as colheitas, provocando a subida dos preços dos alimentos (inflação).
- **Custos de saúde e adaptação**: o aumento das temperaturas e a propagação de doenças sobrecarregam os sistemas de saúde públicos e obrigam o Estado a desviar investimentos para obras de proteção (exemplo: diques e contenção costeira).

Degradação ambiental

A degradação ambiental corresponde à deterioração progressiva do meio ambiente, resultante, sobretudo, da exploração intensiva e inadequada dos recursos naturais. Este processo manifesta-se através da perda da qualidade do solo, da água e do ar, bem como da destruição de *habitats* naturais e da diminuição da biodiversidade.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Uma das consequências mais relevantes da degradação ambiental é a diminuição da base de recursos disponíveis, como:

- **Diminuição da disponibilidade de água potável:** a água é um recurso vital para o consumo humano e para processos agrícolas e industriais. O seu uso excessivo tem reduzido a quantidade de água doce acessível, levando a problemas de escassez e degradação de fontes hídricas. Em termos económicos, a água deixa de ser um “bem livre” para se tornar um bem escasso e caro, gerando conflitos de distribuição.
- **Perdas de zonas verdes:** estas funcionam como “pulmões” e reguladores térmicos. A expansão urbana e industrial leva à destruição de florestas, parques e áreas naturais, comprometendo a biodiversidade local e reduzindo a capacidade de absorção de CO₂. A sua diminuição nas áreas urbanas provoca o aumento das “ilhas de calor”, eleva os gastos com climatização, reduz a qualidade de vida e impacta a saúde pública, sobrecarregando os sistemas de saúde.
- **Degradação de zonas ribeirinhas:** a poluição, o desmatamento e as alterações nos cursos de água provocam erosão, assoreamento e perda de *habitats* aquáticos, afetando espécies que dependem desses ecossistemas. A poluição química e o uso intensivo de monoculturas contribuem para a degradação das zonas ribeirinhas (rios e margens) e para a redução dos lençóis freáticos.
- **Risco de extinção de espécies vegetais e animais:** a destruição de *habitats*, a poluição e a introdução de espécies invasoras são fatores que têm levado muitas espécies à extinção ou a níveis críticos de risco, reduzindo significativamente a biodiversidade global. A expansão urbana e industrial contribui para a destruição de ecossistemas inteiros, comprometendo o equilíbrio ambiental. A extinção de espécies não representa



Fig. 16 – Água potável.



Fig. 17 – Perda de zonas verdes.



Fig. 18 – Poluição dos rios.



Fig. 19 – Risco de extinção de espécies vegetais e animais.

apenas uma perda ética, mas também a perda irreversível de recursos genéticos com potencial de aplicação na indústria farmacêutica, na biotecnologia e na produção de alimentos. Além disso, ecossistemas degradados perdem a sua capacidade de autorregulação, como a polinização natural, obrigando o ser humano a desenvolver soluções artificiais complexas e economicamente dispendiosas.

- **Esgotamento e degradação de solos produtivos:**

as práticas agrícolas intensivas, a desflorestação e a urbanização contribuem significativamente para a perda de solos férteis, promovendo a erosão, a desertificação e a diminuição da produtividade agrícola, o que compromete a segurança alimentar. O solo constitui a base do setor primário, sendo essencial para a



Fig. 20 – Erosão dos solos.

produção de alimentos e matérias-primas. A utilização excessiva de fertilizantes químicos, aliada à desflorestação, acelera os processos de degradação do solo, reduzindo a sua capacidade produtiva. Do ponto de vista económico, a perda de solos férteis obriga ao recurso a tecnologias corretivas dispendiosas ou aumenta a dependência de importações alimentares, gerando impactos negativos tanto para a economia quanto para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

- **Redução de recursos minerais:**

a exploração excessiva de minerais e combustíveis fósseis reduz a disponibilidade desses recursos, muitas vezes de forma irreversível, e provoca impactos ambientais significativos, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos. A economia atual é fortemente dependente de minérios e metais estratégicos,



Fig. 21 – Extração de lítio.

como o lítio, essencial para a produção de baterias, e o cobre, amplamente utilizado na indústria eletrónica. Por se tratarem de recursos não renováveis, a extração indiscriminada aproxima o esgotamento das reservas mais acessíveis, criando o desafio da escassez. Como consequência, torna-se necessário recorrer a explorações cada vez mais profundas e ambientalmente mais agressivas, o que aumenta os custos de extração e se reflete no encarecimento dos produtos tecnológicos e energéticos.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Em resumo, o crescimento económico moderno, quando não é sustentável, provoca um ciclo de esgotamento de recursos e degradação ambiental, ameaçando a capacidade do planeta de suportar as necessidades futuras da humanidade.

Responde tu

- 1 Identifica os principais tipos de poluição.
- 2 Explicita as fontes de poluição.
- 3 Refere quais as consequências ecológicas do crescimento económico moderno e da utilização indiscriminada dos recursos.



Fig. 22 – Contraste entre sustentabilidade ambiental e degradação ambiental.

3.4.3. Padrões culturais e estilos de vida: obstáculos ao desenvolvimento

O crescimento económico moderno foi impulsionado por um modelo de consumo de massas. No entanto, quando analisamos este modelo à luz do desenvolvimento sustentável, percebemos que certos padrões culturais e estilos de vida se tornaram verdadeiros obstáculos ao progresso das nações a longo prazo:

- **A cultura do “descartável” (obsolescência programada e percebida):** a sociedade contemporânea privilegia o consumo rápido e a substituição constante de bens. Culturalmente, o sucesso passou a ser associado à posse de produtos novos, o que gera uma forte pressão sobre a extração de recursos minerais e energéticos. Como consequência, acumulam-se montanhas de resíduos, especialmente lixo eletrónico e plástico, que a economia não consegue reabsorver de forma eficiente. Este cenário evidencia o predomínio da economia linear (extrair – produzir – consumir – descartar), que ignora a finitude dos recursos naturais e agrava os impactos ambientais.

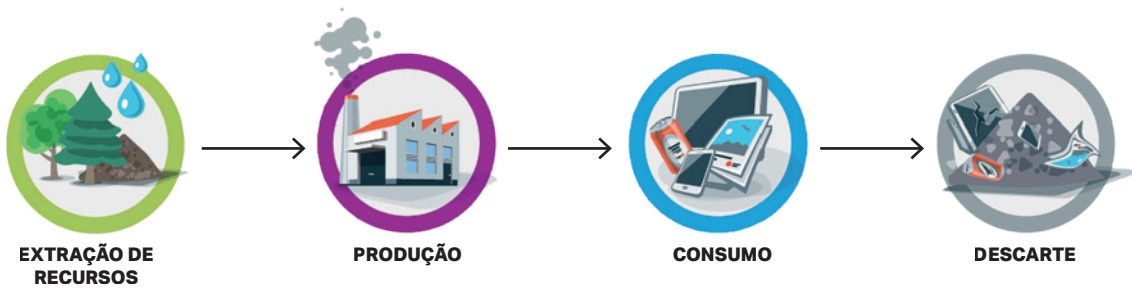


Fig. 23 – Economia linear.

- **Estilos de vida intensivos em carbono:** nas economias desenvolvidas e emergentes, o estilo de vida dominante tende a privilegiar o uso individual do automóvel, o consumo excessivo de proteína animal e a utilização intensiva de climatização. Estes hábitos contribuem significativamente para o aumento da pegada ecológica *per capita*. Caso toda a população mundial adotasse o padrão médio de consumo de um cidadão europeu ou norte-americano, seriam necessários vários planetas Terra para satisfazer a procura por recursos naturais. Desta forma, torna-se evidente que este modelo de “desenvolvimento” é ambientalmente insustentável e matematicamente impossível de universalizar.

Aprende mais



Se todos consumissem como os cabo-verdianos, em 2019, seriam necessários cerca de 1,2 planetas Terra, indicando um consumo sustentável, mas ainda com uma pequena pegada acima do limite de um só planeta, segundo dados do Earth Overshoot Day.

<https://overshoot.footprintnetwork.org/how-many-earths-or-countries-do-we-need/>
[consult. 17 dez 2025]

- **A dieta globalizada e a perda de solos:** a mudança cultural para dietas cada vez mais processadas e baseadas em produtos de origem animal exige vastas extensões de terra destinadas a monoculturas de ração, como soja e milho. Este modelo de produção alimentar contribui diretamente para a desflorestação de áreas naturais, a exaustão de solos produtivos e o consumo intensivo de água potável. Assim, o que frequentemente é percebido como um “estilo de vida moderno” representa, na realidade, a utilização acelerada de capital natural, comprometendo a disponibilidade de recursos para as gerações futuras.

Mas, por que razão estes padrões constituem obstáculos ao desenvolvimento?

Considera-se que estes padrões de produção e consumo constituem obstáculos ao desenvolvimento porque:

- **desviam investimento produtivo:** recursos financeiros que poderiam ser canalizados para inovação, educação ou infraestruturas sociais acabam por ser utilizados na mitigação de danos ambientais, na remediação da poluição e na gestão de resíduos;
- **agravam a desigualdade:** o consumo excessivo de determinados grupos e países reduz a disponibilidade de recursos essenciais, como água e solo fértil, comprometendo as bases materiais necessárias ao desenvolvimento económico e social de outros, em particular dos países do Sul Global (inclui a maioria dos países de África, América Latina, Ásia (com exceção de alguns países mais desenvolvidos) e Médio Oriente);
- **geram custos acrescidos em saúde pública:** estilos de vida sedentários, aliados à poluição urbana, contribuem para o aumento da incidência de doenças crónicas, elevando a despesa pública em saúde e reduzindo a eficiência económica do Estado.

A economia circular

A economia circular é um modelo de produção e de consumo que envolve a partilha, o aluguer, a reutilização, a reparação, a renovação e a reciclagem de materiais e produtos existentes, enquanto possível. Desta forma, o ciclo de vida dos produtos é alargado. Na prática, a economia circular implica a redução do desperdício ou dos resíduos ao mínimo. Quando um produto chega ao fim do seu ciclo de vida, os seus materiais são mantidos dentro da economia sempre que possível graças à reciclagem. E podem, deste modo, ser utilizados uma e outra vez, o que permite criar mais valor.

A economia circular contrasta com o modelo tradicional, o modelo económico linear, baseado no princípio “extrair – produzir – consumir – descartar”, o qual exige vastas quantidades de materiais a baixo preço e de fácil acesso, além de muita energia.

O modelo de economia circular:
menos matérias-primas, menos resíduos,
menos emissões.



Fig. 24 – Economia circular.

Fonte: <https://www.europarl.europa.eu>



Os **principais benefícios da economia circular** incluem:

- **redução da pressão sobre os recursos naturais:** ao reutilizar materiais existentes, diminui-se a necessidade de extrair novas matérias-primas, preservando os *stocks* naturais e combatendo a degradação ambiental;
- **eficiência económica e poupança:** as empresas reduzem custos de produção ao aproveitar resíduos como recursos (matérias-primas secundárias), tornando-se menos dependentes da volatilidade dos preços das matérias-primas importadas;
- **inovação e criação de emprego:** o foco na reparação, remanufatura e reciclagem exige novos modelos de negócio e competências técnicas, gerando postos de trabalho locais e especializados;
- **diminuição da produção de resíduos:** ao reutilizar e reciclar, reduz-se a quantidade de lixo enviado para aterros e incineradoras;
- **sustentabilidade dos estilos de vida:** promove padrões culturais mais responsáveis, onde o valor está na utilização e na durabilidade do bem, e não no consumo rápido e descartável.

Exemplo

Numa economia linear, um telemóvel avariado é lixo. Numa economia circular, os seus componentes (ouro, lítio, cobalto) são recuperados para fabricar novos aparelhos, evitando a abertura de novas minas e reduzindo a poluição.



Fig. 25 – Reciclagem de equipamentos eletrónicos.

Exemplo

Fresco e melhor – para você e para todos nós

Quase 800 milhões de pessoas (1 em cada 10 da população mundial) vão para a cama com fome todas as noites, mas um terço dos alimentos e 45% das frutas e legumes são perdidos ou deitados fora antes de terem a oportunidade de ser consumidos. Isto equivale a 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos todos os anos (o suficiente para alimentar 1,26 mil milhões de pessoas).

E não se trata apenas de um desperdício de alimentos – é também um desperdício de terra, água, fertilizantes, mão de obra, energia, combustível, embalagens e dinheiro do bolso dos agricultores e consumidores.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Infelizmente, as formas como frutas e legumes frescos são mantidos após a colheita apresentam atualmente grandes desvantagens, recorrendo fortemente a plásticos de uso único, pesticidas sintéticos, ceras artificiais e refrigeração intensiva em energia e emissões.

E o desperdício de alimentos é responsável por 8 a 10% das emissões globais de gases com efeito estufa. Se o desperdício de alimentos fosse um país, seria o terceiro maior emissor de emissões de gases com efeito estufa (apenas atrás da China e dos EUA). Isso não pode continuar. A Apeel Sciences aborda o problema de forma diferente, procurando encontrar e integrar soluções mais eficazes.

Usar alimentos para proteger os alimentos

Utilizamos ingredientes encontrados de forma universal nas cascas, polpa e sementes de todas as plantas – incluindo plantas que já consumimos – e aplicamo-los como uma camada fina na superfície de frutas e legumes frescos, com o objetivo de reforçar a casca natural existente. Ao fazê-lo, ajudamos a manter o sabor, a suculência e os nutrientes por mais tempo, reduzindo a dependência de refrigeração, pesticidas, ceras ou plásticos nocivos e diminuindo o desperdício ao longo de toda a cadeia.



Fonte: <https://apeel.com>

Responde tu

- 1 Explica como os padrões culturais e os estilos de vida podem contribuir para a degradação ambiental e constituir obstáculos ao desenvolvimento.
- 2 Esclarece o conceito e os benefícios da economia circular.

3.4.4. Limitações ao funcionamento da economia e respostas aos problemas ambientais

O funcionamento da economia de mercado assenta no princípio de que os preços refletem os custos e benefícios das atividades económicas. Contudo, este mecanismo enfrenta diversas limitações quando estão em causa questões ambientais. Em muitos casos, o mercado falha, dando origem às chamadas **falhas de mercado**, que se devem, entre outros fatores, às externalidades, à natureza de determinados bens e à definição dos direitos de propriedade. Perante estas limitações, torna-se essencial o papel do Estado e de organizações supranacionais na promoção de políticas e medidas que garantam a sustentabilidade ambiental.

Externalidades

As **externalidades** correspondem aos efeitos, geralmente não intencionais, que a ação de um agente económico, seja de produção ou de consumo, exerce sobre o bem-estar de outros agentes que não participaram diretamente dessa ação, sem que esses efeitos estejam refletidos nos preços de mercado.

As externalidades podem ser:

Negativas

- O **custo social** da produção ou do consumo de um bem ou serviço é **superior** ao seu **custo económico**.
- Algumas atividades produtivas geram **custos** para terceiros que não são suportados pelo agente que desenvolve essas atividades.
- Para promover a eficiência, o Estado tende a **desincentivar** essas atividades produtivas, por exemplo, aplicando-lhes **impostos** (princípio poluidor-pagador).

Exemplo: poluição, que impõe custos à sociedade (problemas de saúde, degradação ambiental).



Fig. 26 – Externalidade negativa (poluição).

Positivas

- O **benefício social** da produção ou do consumo de um bem ou serviço é **superior** ao seu **custo económico**.
- Algumas atividades produtivas geram **benefícios** para terceiros que não são apropriados pelo agente que desenvolve essas atividades.
- Para promover a eficiência, o Estado tende a **incentivar** essas atividades produtivas, por exemplo, aplicando-lhes **subsídios**.

Exemplo: educação ou vacinação, que geram benefícios sociais adicionais.

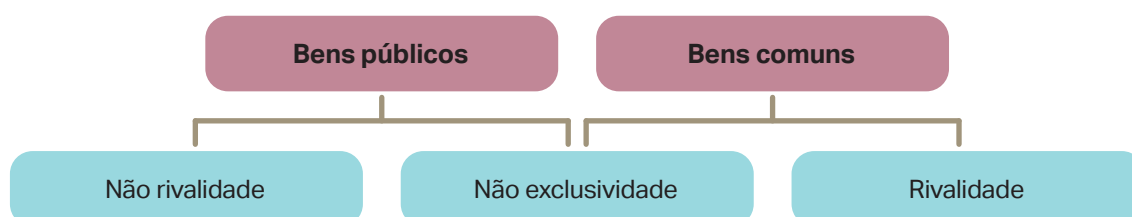


Fig. 27 – Externalidade positiva (vacinação).

Bens públicos e bens comuns

Os **bens públicos** caracterizam-se por serem **não rivais** (o consumo por um indivíduo não reduz a disponibilidade para outros) e **não exclusivos** (não é possível impedir o seu consumo). Exemplos incluem a defesa nacional, a iluminação pública e a qualidade do ar. Estas características dificultam o seu fornecimento pelo mercado, uma vez que os agentes económicos podem beneficiar deles sem pagar, originando o problema do utilizador não pagador (*free rider*). Esta situação limita a eficiência do mercado e justifica a intervenção do Estado.

Os **bens comuns** caracterizam-se por serem **rivais** (o consumo por um indivíduo reduz a disponibilidade para outros) e **não exclusivos** (não é possível impedir o seu consumo), como a água, as florestas, os oceanos e as pescas. O consumo excessivo por alguns reduz a disponibilidade para os outros. A dificuldade em restringir o acesso a estes recursos leva frequentemente à sua sobreexploração, fenómeno conhecido como a "tragédia dos comuns", comprometendo a sustentabilidade do recurso e gerando ineficiências económicas e ambientais.



Direitos de propriedade

Os **direitos de propriedade** determinam quem tem o direito de usar, controlar e beneficiar de um recurso. Quando estes direitos são inexistentes, mal definidos ou de difícil aplicação, criam-se incentivos à utilização excessiva ou inadequada dos recursos. A ausência de responsabilidade clara dificulta a reparação dos danos ambientais, reduz os incentivos à conservação e facilita práticas insustentáveis, como a exploração excessiva e a poluição. Em conjunto, estes fatores impedem que o mercado funcione de forma eficiente na gestão ambiental, justificando a intervenção pública.

A intervenção do Estado e das organizações supranacionais na resolução de problemas ambientais

Para que as economias funcionem de forma equilibrada, é necessário corrigir as falhas que permitem a utilização indiscriminada de recursos. As soluções envolvem a cooperação entre o mercado, o Estado e as organizações internacionais. Entre estas soluções destaca-se a **internalização das externalidades**, ou

seja, assegurar que os custos ambientais associados à produção e ao consumo de um bem ou serviço estejam refletidos no seu preço final:

- **definição de direitos de propriedade:** quando um recurso (como um rio) não tem dono, ninguém se sente responsável por ele. Ao definir direitos de propriedade, o proprietário passa a ter incentivos económicos para preservar o recurso e processar quem o polua;
- **aplicação do princípio poluidor-pagador:** através de eco-taxas ou impostos sobre o carbono, o Estado obriga as empresas a pagar pelos danos que causam, incentivando a adoção de tecnologias limpas;
- **incentivos à economia circular:** apoios fiscais a empresas que pratiquem a reciclagem, a reparação de produtos e que utilizem energias renováveis.

O **Estado** intervém onde o mercado falha, atuando como regulador e investidor:

- **regulação e legislação:** criação de normas que limitam os níveis de emissão de gases e proíbem o uso de substâncias tóxicas;
- **gestão de bens públicos:** como o ar puro e a biodiversidade são de todos, o Estado deve investir na sua proteção, criando parques naturais e gerindo os recursos comuns para evitar a sua exaustão;
- **educação ambiental:** promover a alteração dos padrões culturais, incentivando estilos de vida que não sejam obstáculos ao desenvolvimento.

Como a poluição e as alterações climáticas não respeitam fronteiras (são problemas transfronteiriços), a solução tem de ser global. **Organizações supranacionais** como a ONU (através do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o meio ambiente), entre outras, desempenham papéis fundamentais:

- **acordos internacionais:** estabelecem metas globais de redução de emissões, como o Acordo de Paris, obrigando os países a alinhar as suas políticas económicas com a sustentabilidade;
- **transferência de tecnologia:** facilitam a passagem de tecnologias “verdes” dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento;
- **monitorização global:** fiscalizam o estado da pegada ecológica global e apoiam países com menores recursos na adaptação às alterações climáticas.



Fig. 28 – Programa das Nações Unidas para o meio ambiente.



Fig. 29 – Acordo de Paris sobre o clima.

Responde tu

- 1 Explica os conceitos de externalidades, bens públicos, bens comuns e direitos de propriedade e como podem colocar limitações ao funcionamento da economia.
- 2 Apresenta possíveis soluções para os problemas ecológicos no funcionamento regular das economias, explicando o papel do Estado e de organizações supranacionais na resolução de problemas ambientais.

3.5. O aquecimento global

O aquecimento global corresponde ao aumento persistente da temperatura média da atmosfera e dos oceanos, provocado principalmente pela acumulação de gases com efeito de estufa resultante das atividades humanas. Embora a Terra tenha registado variações climáticas naturais ao longo de milénios, este fenómeno foi intensamente acelerado após a Revolução Industrial, alterando os padrões climáticos e gerando impactos significativos nos ecossistemas e nas sociedades. Em países insulares como Cabo Verde, manifesta-se através de desafios acrescidos, como a subida do nível do mar e a escassez hídrica, tornando a mitigação do aquecimento global uma questão essencial para a sustentabilidade económica e social.

3.5.1. Causas do aquecimento global

As principais causas do aquecimento global são:

- **queima de combustíveis fósseis:** a utilização de carvão, petróleo e gás natural para a produção de eletricidade, funcionamento das indústrias e transportes é a maior fonte de emissão de dióxido de carbono (CO_2);
- **desflorestação e incêndios:** ao destruímos áreas florestais para a agricultura, pastagens ou expansão urbana, não só reduzimos a sua capacidade de absorção de CO_2 , como libertamos o carbono que estava armazenado nas árvores;
- **agricultura e pecuária intensivas:** a produção de alimentos em larga escala, especialmente de gado bovino, liberta grandes quantidades de metano, um gás com um potencial de aquecimento muito superior ao do CO_2 . Além disso, o uso de fertilizantes químicos liberta óxido nitroso;
- **processos industriais:** certos processos químicos industriais e a decomposição de resíduos em lixeiras a céu aberto libertam gases que contribuem para o isolamento térmico da atmosfera.

O aquecimento global evidencia como a exploração excessiva e insustentável dos recursos naturais tem impactos ambientais globais. O consumo indiscriminado de recursos não só provoca poluição e degradação ambiental, como também acelera as alterações climáticas, mostrando que o modelo de desenvolvimento económico atual é ambientalmente insustentável.

Responde tu

- 1 Define aquecimento global.
- 2 Apresenta as principais causas do aquecimento global.
- 3 Relaciona aquecimento global e utilização indiscriminada dos recursos.



Fig. 30 – Aquecimento global.

3.5.2. Consequências do aquecimento global

O aquecimento global não é um fenómeno estático, mas um processo cujos efeitos se intensificam ao longo do tempo, evidenciando a sua complexidade e gravidade e colocando em risco a sobrevivência das populações.

Consequências a curto prazo (até 10 anos): impactos imediatos

- **Eventos climáticos extremos:** aumento da frequência e intensidade de ondas de calor, secas severas, tempestades e cheias repentinas.
- **Instabilidade agrícola:** quebras de colheitas sazonais devido a alterações inesperadas no ciclo das chuvas, provocando a subida imediata dos preços dos alimentos (inflação alimentar).
- **Sobrecarga nos sistemas de saúde:** aumento de doenças respiratórias e propagação de insetos (como mosquitos) para novas regiões.

Consequências a médio prazo (10 a 50 anos): impactos estruturais

- **Escassez de recursos hídricos:** redução drástica das reservas de água doce (lençóis freáticos), aumentando os custos de produção para a indústria e agricultura.
- **Degradação de infraestruturas:** danos em estradas, portos e redes elétricas, devido a catástrofes naturais, obrigam o Estado a desviar investimento de áreas como educação para a reconstrução.
- **Migrações climáticas:** início da deslocação de populações de zonas tornadas inabitáveis ou improdutivas, gerando pressões sociais e económicas nas cidades recetoras.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Consequências a longo prazo (50 anos ou mais): impactos sistémicos e irreversíveis

- **Subida significativa do nível médio do mar:** constitui uma ameaça direta à existência de cidades costeiras e países insulares, como Cabo Verde, provocando a perda de território e de infraestruturas turísticas, consequência do derretimento acelerado de glaciares e das camadas de gelo.
- **Colapso de ecossistemas:** extinção em massa de espécies e perda total de barreiras naturais (como recifes de coral), destruindo o setor das pescas e do turismo de natureza.
- **Inviabilidade económica:** o custo da adaptação torna-se tão elevado que pode travar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global, aprofundando as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Responde tu

- 1 Identifica as consequências do aquecimento global a curto, médio e longo prazo.



Fig. 31 – Degelo dos glaciares.

3.5.3. Medidas para combater o aquecimento global

O combate ao aquecimento global exige uma resposta em duas frentes: a **mitigação** (reduzir as causas) e a **adaptação** (ajustar a economia aos efeitos inevitáveis).

1. Transição energética e descarbonização

A medida mais urgente é substituir a utilização de combustíveis fósseis por fontes de energia limpa e renovável:

- **aposta nas energias renováveis:** investimento em energia solar, eólica, hídrica e geotérmica. Em Cabo Verde, o aproveitamento do sol e do vento é uma vantagem competitiva estratégica;
- **eficiência energética:** promover tecnologias que permitam produzir o mesmo (ou mais) utilizando menos energia (exemplo: iluminação LED, edifícios térmicos).

2. Instrumentos económicos e fiscais

O Estado utiliza o poder financeiro para desencorajar a poluição:

- **taxas de carbono:** aplicar impostos sobre as emissões de gases de efeito de estufa, forçando as empresas a “pagar para poluir” (Princípio Poluidor-Pagador);
- **subsídios verdes:** atribuir benefícios fiscais ou apoios financeiros a empresas e famílias que invistam em carros elétricos, painéis solares ou equipamentos de baixo consumo.

3. Reflorestação e proteção de ecossistemas

Para combater o aquecimento, não basta parar de emitir; é preciso absorver o que já foi emitido:

- **plantação de árvores:** criar e preservar “sumidouros de carbono”;
- **agricultura sustentável:** promover técnicas que mantenham o carbono no solo em vez de o libertarem para a atmosfera.

4. Acordos supranacionais

Como o clima é um bem público global, as soluções devem ser coordenadas internacionalmente:

- **Acordo de Paris:** compromisso global para limitar o aumento da temperatura média da Terra a menos de 2 °C (preferencialmente 1,5 °C) acima dos níveis pré-industriais;
- **mercado de licenças de emissão:** sistemas onde os países ou empresas podem comprar e vender “direitos de emissão”, criando um incentivo financeiro para quem polui menos.

5. Alteração dos padrões de consumo

A educação ambiental e a economia circular são vitais para reduzir a utilização indiscriminada de recursos:

- **consumo responsável:** optar por produtos locais, duradouros e com menor pegada de carbono;
- **mobilidade sustentável:** incentivar o transporte público e modos suaves (bicicleta/pedonal).

Em suma, o aquecimento global é o sinal mais claro de que o atual modelo de crescimento atingiu os limites da natureza. A utilização indiscriminada dos recursos naturais transformou o clima num risco económico sistémico, exigindo uma mudança urgente de paradigma.

A solução não passa por parar a economia, mas por revolucioná-la: substituir a lógica linear do “extrair – produzir – consumir – descartar” por uma economia circular e descarbonizada. Só através da internalização dos custos ambientais e da cooperação entre Estados, empresas e cidadãos será possível garantir que

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

o desenvolvimento das gerações atuais não comprometa irremediavelmente o capital natural das gerações futuras. O custo da inação hoje será, sem dúvida, o prejuízo impagável de amanhã.

Responde tu

- 1 Refere medidas para combater o aquecimento global.



Fig. 32 – “Não há planeta B”.

Em resumo...

Quais os pilares fundamentais do progresso tecnológico?

- Revolução Agrícola;
- avanços na medicina;
- engenharia e saneamento.

Quais as consequências da melhoria do nível de vida das populações?

- redução da mortalidade infantil;
- aumento da esperança média de vida;
- crescimento da população;
- aumento das necessidades e consumo de recursos.

O que é a transição demográfica?

Modelo teórico que permite compreender a evolução da população mundial e explicar como as sociedades passam de um equilíbrio demográfico de tipo "tradicional" para um equilíbrio de tipo "moderno".

Quais as fases principais da transição demográfica e suas características?

- Fase 1: regime demográfico tradicional (fase pré-industrial) – as taxas de natalidade e de mortalidade são muito elevadas e próximas entre si.
- Fase 2: fase de transição inicial (declínio da mortalidade) – a taxa de natalidade mantém-se elevada, mas a taxa de mortalidade desce rapidamente.
- Fase 3: fase de transição avançada (declínio da natalidade) – a taxa de natalidade começa a descer de forma acentuada, enquanto a taxa de mortalidade estabiliza em valores baixos.
- Fase 4: regime demográfico moderno – as taxas de natalidade e de mortalidade são baixas e próximas entre si.
- Fase 5: fase de declínio demográfico – a taxa de natalidade é inferior à taxa de mortalidade.

Quais as causas da transição demográfica?

- progresso tecnológico e científico;
- melhoria das condições de vida;
- desenvolvimento económico e industrialização;
- urbanização;
- acesso à educação;
- difusão do planeamento familiar e dos métodos contraceptivos;
- mudanças socioculturais.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

Quais as consequências da transição demográfica?

- redução das taxas de mortalidade e de natalidade;
- crescimento acelerado da população;
- envelhecimento da população;
- diminuição do crescimento natural;
- alterações na estrutura etária;
- novos desafios económicos e sociais;
- maior importância dos movimentos migratórios.

O que são as estruturas demográficas?

Composição de uma população segundo diferentes critérios ou características, como idade, sexo, profissão ou estado civil, permitindo analisar como ela se distribui, se organiza e evolui ao longo do tempo.

O que é a taxa bruta de natalidade?

Indicador demográfico que representa o número de nados-vivos por cada mil habitantes de um determinado território, normalmente um ano.

O que é a taxa bruta de mortalidade?

Indicador demográfico que representa o número de óbitos por cada mil habitantes de um determinado território, normalmente um ano.

O que é a taxa de crescimento efetivo?

Indicador demográfico que representa o ritmo a que a população de um país aumenta ou diminui (ou se mantém estável) num determinado período (normalmente um ano).

O que é a taxa de fecundidade?

Indicador demográfico que traduz o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da sua vida fértil (entre os 15 e os 49 anos), num determinado território.

O que é a esperança média de vida?

Indicador demográfico que traduz o número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver à nascença, com base nas condições de mortalidade observadas no momento.

O que é a pirâmide etária?

Gráfico de barras que representa a estrutura demográfica da população por idade e por sexo, permitindo visualizar a estrutura etária da população e identificar tendências como o envelhecimento ou a predominância de jovens.

Qual a relação entre o nível de desenvolvimento de um país e a sua estrutura demográfica?

A estrutura demográfica de um país funciona como um espelho do seu nível de desenvolvimento socioeconómico, refletindo diferenças ao nível da natalidade e fecundidade, mortalidade, estrutura etária, esperança média de vida, condições de vida, acesso à saúde e à educação e papel da família na sociedade.

Que tipos de pirâmides etárias existem e quais as suas características?

- Pirâmide jovem (ou crescente): reflete taxas de natalidade e de mortalidade elevadas.
- Pirâmide adulta (ou estacionária): indica que a natalidade começou a descer e a esperança média de vida aumentou, revelando uma população que entra numa fase de estabilidade.
- Pirâmide envelhecida (ou decrescente): indica uma taxa de natalidade muito baixa e uma esperança média de vida elevada.
- Pirâmide rejuvenescida: reflete uma recuperação recente da natalidade após um longo período de queda.

O que é a explosão demográfica?

Fenómeno caracterizado por um crescimento extremamente rápido, súbito e acentuado da população mundial ou de uma região específica.

Quais os impactos da explosão demográfica?

- pressão sobre infraestruturas;
- desemprego jovem;
- insegurança alimentar;
- desafios ambientais;
- pobreza cíclica.

Quais os impactos do envelhecimento populacional?

- sustentabilidade da Previdência Social;
- pressão no sistema de saúde;
- escassez de mão de obra;
- surgimento da "silver economy".

O que é a emigração?

Movimento de saída de pessoas de um determinado país para residir noutro.

O que é a imigração?

Movimento de entrada de pessoas num determinado país, vindas do estrangeiro.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

O que são refugiados?

Pessoas que se encontram fora do seu país de origem devido a medos fundamentados de perseguição (por motivos de raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou pertença a um grupo social específico) ou devido a conflitos armados e graves violações de direitos humanos.

Quais as causas dos fluxos migratórios?

- procura de emprego, melhores salários, melhores condições de vida e redução da pobreza;
- acesso à educação, à saúde, à habitação e à reunificação familiar;
- guerras, conflitos armados, instabilidade política, perseguições ideológicas, étnicas ou religiosas;
- catástrofes naturais, secas, desertificação, cheias e alterações climáticas;
- excesso de população ativa, envelhecimento populacional ou desequilíbrios na estrutura etária.

Quais as consequências dos fluxos migratórios?

- Para o país de origem: entrada de remessas; redução do desemprego; mudança de mentalidades; abertura cultural; "fuga de cérebros"; menor crescimento económico; desestruturação familiar; abandono de regiões; envelhecimento da população; queda da natalidade; diminuição da população.
- Para o país de destino: reforço da mão de obra; crescimento do PIB; sustentabilidade da Previdência Social; multiculturalidade; renovação social; rejuvenescimento populacional; aumento da natalidade; crescimento demográfico efetivo; pressão sobre serviços públicos; tensões no mercado de trabalho; riscos de exclusão social; pressão demográfica.

Quais as consequências dos fluxos migratórios ilegais?

- impacto no mercado de trabalho e na produtividade: segmentação do mercado; *dumping* social; desincentivo à inovação;
- impacto nas finanças públicas: evasão fiscal; défice na Previdência Social; pressão nos serviços públicos;
- impacto no capital humano e nos direitos económicos: vulnerabilidade e exploração; subaproveitamento de competências.

O que é a biocapacidade?

Capacidade dos ecossistemas para produzir recursos renováveis e absorver resíduos, nomeadamente o dióxido de carbono, sem comprometer o seu equilíbrio.

O que é a pegada ecológica?

Quantidade de recursos naturais necessária para satisfazer os padrões de consumo de uma população e absorver os resíduos gerados pelas suas atividades económicas.

Quais os tipos de poluição?

- poluição do ar;
- poluição da água;
- poluição do solo;
- poluição sonora;
- poluição luminosa.

Quais as fontes de poluição?

- fontes contínuas: fixas e difusas;
- fontes eventuais: sistemáticas e acidentais.

O que são alterações climáticas?

Mudanças significativas e duradouras nos padrões climáticos globais, resultantes principalmente da acumulação de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera, sobretudo devido à atividade humana.

O que é a degradação ambiental?

Deterioração progressiva do meio ambiente, resultante, sobretudo, da exploração intensiva e inadequada dos recursos naturais.

Quais as consequências ecológicas do crescimento económico moderno e da utilização indiscriminada dos recursos?

- diminuição da disponibilidade de água potável;
- perda de zonas verdes;
- degradação de zonas ribeirinhas;
- risco de extinção de espécies vegetais e animais;
- esgotamento e degradação de solos produtivos;
- redução de recursos minerais.

Como é que os padrões culturais e os estilos de vida constituem obstáculos ao desenvolvimento?

Padrões culturais e estilos de vida baseados no consumo excessivo, na cultura do “descartável”, em estilos de vida intensivos em carbono, nas dietas cada vez mais processadas e baseadas em produtos de origem animal, e no desperdício de recursos naturais aumentam a degradação ambiental, comprometendo a sustentabilidade e dificultando o desenvolvimento económico e social equilibrado. Estes padrões constituem obstáculos ao desenvolvimento porque desviam investimento produtivo, agravam as desigualdades e geram custos acrescidos em saúde pública.

3. Desenvolvimento e utilização dos recursos

O que é a economia circular?

Modelo de produção e de consumo que envolve a partilha, o aluguer, a reutilização, a reparação, a renovação e a reciclagem de materiais e produtos existentes, enquanto possível.

Quais os benefícios da economia circular?

- redução da pressão sobre os recursos naturais;
- eficiência económica e poupança;
- inovação e criação de emprego;
- diminuição da produção de resíduos;
- sustentabilidade dos estilos de vida.

O que são externalidades?

Efeitos, geralmente não intencionais, que a ação de um agente económico, seja de produção ou de consumo, exerce sobre o bem-estar de outros agentes que não participaram diretamente dessa ação, sem que esses efeitos estejam refletidos nos preços de mercado.

O que são bens públicos?

Bens que apresentam como características a não rivalidade (o consumo por um indivíduo não reduz a disponibilidade para outros) e a não exclusividade (não é possível impedir o seu consumo).

O que são bens comuns?

Bens que apresentam como características a rivalidade (o consumo por um indivíduo reduz a disponibilidade para outros) e a não exclusividade (não é possível impedir o seu consumo).

O que são direitos de propriedade?

Determinam quem tem o direito de usar, controlar e beneficiar de um recurso.

O que é o aquecimento global?

Aumento persistente da temperatura média da atmosfera e dos oceanos, provocado principalmente pela acumulação de gases com efeito de estufa resultante das atividades humanas.

Quais as causas do aquecimento global?

- queima de combustíveis fósseis;
- desflorestação e incêndios;
- agricultura e pecuária intensivas;
- processos industriais.

Quais as consequências do aquecimento global, a curto prazo?



- eventos climáticos extremos;
- instabilidade agrícola;
- sobrecarga nos sistemas de saúde.

Quais as consequências do aquecimento global, a médio prazo?



- escassez de recursos hídricos;
- degradação de infraestruturas;
- migrações climáticas.

Quais as consequências do aquecimento global, a longo prazo?




- subida significativa do nível médio do mar;
- colapso de ecossistemas;
- inviabilidade económica.

Que medidas se podem implementar para combater o aquecimento global?



- transição energética e descarbonização: aposta nas energias renováveis e na eficiência energética;
- instrumentos económicos e fiscais: taxas de carbono e subsídios verdes;
- reflorestação e proteção de ecossistemas: plantação de árvores e agricultura sustentável;
- acordos supranacionais: Acordo de Paris e mercado de licenças de emissão;
- alteração dos padrões de consumo: consumo responsável e mobilidade sustentável.





O desenvolvi- mento e os direitos humanos

- 4.1. Direitos humanos – noção, características e diferentes gerações
- 4.2. Economia e justiça social: o direito ao desenvolvimento
- 4.3. Economia e cidadania: o direito à não discriminação
- 4.4. Economia e ecologia: o direito a um ambiente saudável
- 4.5. Economia, desenvolvimento e direitos humanos

4 O desenvolvimento e os direitos humanos

Objetivos de aprendizagem

- Explicitar o conceito de direitos humanos
- Explicar as características dos direitos humanos (universalidade, indivisibilidade, interdependência e inalienabilidade)
- Caracterizar as diferentes gerações de direitos humanos, reconhecendo a necessidade de um entendimento integrado dos direitos das diferentes gerações
- Problematicar a universalidade dos direitos humanos face à diversidade cultural das sociedades
- Relacionar Economia com:
 - **Justiça social** – direito ao desenvolvimento (justiça social, direito ao desenvolvimento, diálogo Norte–Sul, pobreza e exclusão social)
 - **Cidadania** – o direito à não discriminação e a um completo desenvolvimento humano (discriminação positiva/negativa: étnica, económica, religiosa e de género; cidadania; desenvolvimento humano)
 - **Ecologia** – o direito a um ambiente saudável e a um desenvolvimento sustentável (ecologia; desenvolvimento sustentável; defesa do ambiente; direitos ambientais)
 - **Desenvolvimento e direitos humanos** – Desenvolvimento humano sustentável e desenvolvimento como liberdade (desenvolvimento humano sustentável; desenvolvimento como liberdade)



Vídeo
Direitos
Humanos



4.1. Direitos humanos – noção, características e diferentes gerações

4.1.1. Noção de direitos humanos

Os direitos humanos são o conjunto de direitos e liberdades fundamentais reconhecidos a **todas as pessoas**, pelo simples facto de serem seres humanos. Aplicam-se a todos, sem qualquer tipo de discriminação, independentemente da raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião, condição social, opiniões políticas ou outras características.

Entre os direitos humanos incluem-se, por exemplo, o direito à vida e à liberdade, a liberdade de opinião e de expressão, bem como o direito ao trabalho e à educação.

Estes direitos têm como principal objetivo proteger a dignidade da pessoa humana e garantir as condições essenciais para uma vida livre, segura e digna, tanto a nível individual como coletivo.

Os direitos humanos baseiam-se nos seguintes princípios fundamentais:

- todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos;
- a dignidade da pessoa humana é o fundamento de todos os direitos;
- o Estado tem o dever de respeitar, proteger e promover os direitos humanos.

A noção de direitos humanos foi consagrada, a nível internacional, com a adoção da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Redigida por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais, provenientes de várias regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, a 10 de dezembro de 1948, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Este documento estabelece, pela primeira vez, um padrão comum de direitos e liberdades fundamentais, que deve ser promovido e protegido universalmente por todos os povos e todas as nações.



Fig. 1 – Eleanor Roosevelt apresenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU)

Aprende mais



Fig. 2 – Eleanor Roosevelt (1884 – 1962)

Eleanor Roosevelt

Foi uma das figuras mais influentes do século XX. Neta de Theodore Roosevelt, presidente dos EUA, tornou-se primeira-dama entre 1933 e 1945, durante a presidência de Franklin D. Roosevelt, seu marido. No entanto, a sua importância vai muito além desse papel.

Eleanor Roosevelt destacou-se como ativista dos direitos humanos, defensora da igualdade de género e racial e diplomata internacional. Após a morte do marido, em 1945, tornou-se representante dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU) e foi presidente da Comissão de Direitos Humanos. Desempenhou um papel fundamental na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, defendendo a educação, a igualdade de género e os direitos civis a nível mundial.

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por **30 artigos**, que consagram diferentes direitos e liberdades fundamentais. Estes artigos abrangem tanto os direitos civis e políticos como os direitos económicos, sociais e culturais.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – Síntese dos 30 artigos

Art. 1.º – Liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana

Art. 2.º – Igualdade e não discriminação

Art. 3.º – Direito à vida, à liberdade e à segurança

Art. 4.º – Proibição da escravatura

Art. 5.º – Proibição da tortura e de tratamentos cruéis

Art. 6.º – Reconhecimento da personalidade jurídica

Art. 7.º – Igualdade perante a lei

Art. 8.º – Direito à proteção judicial efetiva

Art. 9.º – Proibição da prisão ou do exílio arbitrários

Art. 10.º – Direito a julgamento justo

Art. 11.º – Presunção de inocência e legalidade penal

Art. 12.º – Direito à privacidade e à vida familiar

Art. 13.º – Liberdade de circulação e residência

Art. 14.º – Direito de asilo

Art. 15.º – Direito à nacionalidade

Art. 16.º – Direito ao casamento e à família

Art. 17.º – Direito à propriedade

Art. 18.º – Liberdade de pensamento, consciência e religião

Art. 19.º – Liberdade de opinião e de expressão

Art. 20.º – Liberdade de reunião e associação

Art. 21.º – Participação política e sufrágio

Art. 22.º – Direitos sociais e proteção social

Art. 23.º – Direito ao trabalho e a condições justas



Art. 24.º – Direito ao descanso e ao lazer

Art. 25.º – Direito a um nível de vida digno

Art. 26.º – Direito à educação

Art. 27.º – Direito à vida cultural e científica

Art. 28.º – Direito a uma ordem social e internacional justa

Art. 29.º – Deveres para com a comunidade e limites aos direitos

Art. 30.º – Proibição do abuso ou destruição de direitos

Responde tu

- 1 Explicita o conceito de direitos humanos.
- 2 Descreve a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

4.1.2. Evolução histórica dos direitos humanos

Os direitos humanos não surgiram de forma súbita; eles são o resultado de um longo processo histórico marcado por conflitos, reivindicações e transformações sociais. Desde a antiguidade, diferentes civilizações procuraram estabelecer normas que regulassem a vida em sociedade, limitassem o poder dos governantes e promovessem a justiça e a equidade. Contudo, durante grande parte da história, esses direitos aplicavam-se apenas a grupos restritos, como elites políticas, religiosas ou económicas.

Ao longo do tempo, vários acontecimentos e documentos contribuíram para a afirmação progressiva dos direitos humanos como direitos universais. Apresentam-se de seguida oito momentos fundamentais, organizados por ordem cronológica, que marcaram a construção do conceito moderno de direitos humanos:

- **539 a.C. – Cilindro de Ciro (Pérsia)**

Considerado por muitos historiadores como o primeiro documento histórico associado aos direitos humanos. Após a conquista da Babilónia, Ciro, o Grande, proclamou a liberdade religiosa, a tolerância entre povos e o fim da escravatura forçada, introduzindo a ideia de respeito pelos costumes e crenças dos povos conquistados.



Fig. 3 – Cilindro de Ciro (Museu Britânico).

4. O desenvolvimento e os direitos humanos

• 1215 – Magna Carta (Inglaterra)

Documento que limitou, pela primeira vez de forma formal, o poder absoluto do rei. Estabeleceu princípios como o direito ao julgamento justo e a proteção contra detenções arbitrárias (*habeas corpus*), afirmando que ninguém está acima da lei. Tornou-se uma referência para o constitucionalismo moderno.



Fig. 4 – Magna Carta (Biblioteca da Faculdade de Direito de Harvard).

• 1789 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França)

Aprovada durante a Revolução Francesa, proclamou os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, bem como os direitos naturais e inalienáveis do ser humano. Teve forte influência em constituições e declarações de direitos em vários países.



Fig. 5 – Quadro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, pintado por Jean-Jacques-François Le Barbier.

• 1791 – *Bill of Rights* (EUA)

Conjunto das dez primeiras emendas à Constituição dos EUA. Garantiu liberdades civis fundamentais, como a liberdade de expressão, de religião e de imprensa, bem como a proteção dos cidadãos contra abusos do poder do Estado.

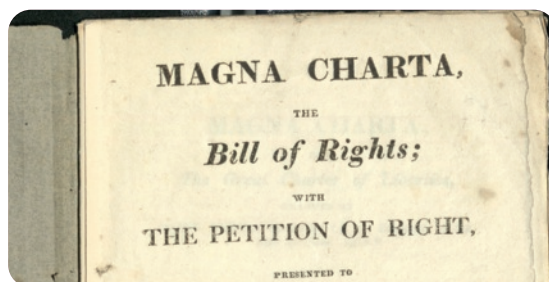


Fig. 6 – Bill of Rights (1791).

• 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU)

Marco fundador dos direitos humanos modernos. Foi adotada após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, estabelecendo 30 artigos que consagram direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Afirma o carácter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos.



Fig. 7 – Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

• 1950 – Convenção Europeia dos Direitos Humanos

Criou o primeiro sistema internacional com mecanismos de aplicação efetiva dos direitos humanos, incluindo o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, sediado em Estrasburgo (França), permitindo que os cidadãos apresentem queixas contra os Estados.



Áudio
O que se pretende com a comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos?



- **1966 – Pactos Internacionais das Nações Unidas**

Aprovados para tornar juridicamente vinculativos os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos: o Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em vigor desde 1976.

- **1998 – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**

Criou o Tribunal Penal Internacional, sediado em Haia (Países Baixos), com competência para julgar crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, reforçando a responsabilização individual por violações graves dos direitos humanos.



Fig. 8 – Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (Estrasburgo, França).



Fig. 9 – Tribunal Penal Internacional (Haia, Países Baixos).

Conclusão: Estes documentos ilustram a passagem de direitos limitados a determinados grupos para direitos reconhecidos como universais e protegidos a nível internacional. A **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948** constitui o principal referencial contemporâneo, servindo de base a constituições nacionais e a numerosos tratados internacionais. Apesar dos progressos alcançados, os direitos humanos continuam a ser objeto de desafios e violações em várias regiões do mundo, o que demonstra que a sua defesa é um processo contínuo e indispensável ao desenvolvimento social, económico e político.

Responde tu

- 1 Apresenta oito momentos fundamentais que marcaram a construção do conceito moderno de direitos humanos.

4.1.3. Características dos direitos humanos

Para que os direitos humanos cumpram a sua função de proteger a dignidade humana no sistema económico, eles possuem quatro características fundamentais que os tornam distintos de qualquer outra norma jurídica. Estas características garantem que os direitos não sejam aplicados de forma seletiva ou arbitrária pelos Estados ou pelas empresas.

Características dos direitos humanos:



Universalidade

Os direitos humanos aplicam-se a todos os seres humanos, em qualquer país, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião, condição social, opiniões políticas ou outras características. Isto significa que todos têm os mesmos direitos, sem exceções.



Indivisibilidade

Nenhum direito é mais importante que outro; os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais formam um conjunto que deve ser garantido na totalidade, não podendo ser separados.



Interdependência

Os direitos estão ligados entre si: a violação de um pode afetar outros. Por exemplo, a falta de educação limita o exercício de direitos económicos e políticos.



Inalienabilidade

Ninguém pode abdicar ou ser privado dos seus direitos humanos. Eles existem pelo simples facto de se ser humano e não podem ser retirados por leis, governos ou acordos.

Responde tu

- 1 Explicita as características dos direitos humanos.

4.1.4. Diferentes gerações de direitos humanos

Os direitos humanos foram evoluindo ao longo do tempo, em resposta às mudanças económicas, sociais e políticas das sociedades. Esta evolução é organizada em **gerações de direitos humanos**, não no sentido de substituição, mas de **acréscimo progressivo**. O conceito de "gerações" de direitos humanos foi proposto por Karel Vasak em 1979 e inspira-se no lema da Revolução Francesa – *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. As diferentes gerações coexistem e complementam-se, o que torna necessário uma visão integrada dos direitos humanos.

Aprende mais



Fig. 10 – Karel Vasak
(1929 – 2015)

Karel Vasak

Karel Vasak foi um jurista checo-francês.

Vasak nasceu a 26 de junho de 1929 na Checoslováquia.

Estudou Direito em França, país onde decidiu fixar-se após a invasão soviética ao seu país, em 1968. Adquiriu a nacionalidade francesa e exerceu diversas funções no Conselho da Europa.

Em 1969, tornou-se o primeiro secretário-geral do Instituto Internacional dos Direitos Humanos, em Estrasburgo, cargo que ocupou até 1980. Foi ainda diretor da Divisão de Direitos Humanos e Paz da UNESCO e assessor jurídico desse instituto e da Organização Mundial do Turismo.

Em 1979, inspirado nos ideais da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade, Karel Vasak foi o primeiro a propor a divisão dos direitos humanos em gerações.

Faleceu a 1 de maio de 2015 (85 anos) em Estrasburgo, França.

1.ª geração – Direitos civis e políticos (Liberdade)

A primeira geração de direitos humanos surge nos séculos XVIII e XIX, no contexto das revoluções liberais, como a Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa, e está associada à afirmação do Estado de direito. Estes direitos têm como principal objetivo a **proteção do indivíduo face ao poder do Estado**, limitando a sua intervenção.

São **direitos individuais**.

Exemplos	Natureza	Do ponto de vista económico
<ul style="list-style-type: none"> – Direito à vida e à integridade física. – Liberdade de expressão, de pensamento e de religião. – Direito à igualdade perante a lei. – Direito de participação política (direito de voto, direito de associação). 	<p>Direitos negativos (exigem que o Estado se abstenha de intervir no exercício das liberdades individuais).</p>	<p>São direitos fundamentais para assegurar:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a segurança jurídica; – o funcionamento eficiente dos mercados; – a confiança dos agentes económicos; – a liberdade de iniciativa económica, criando um quadro estável para a atividade económica.

2.^a geração – Direitos económicos, sociais e culturais (Igualdade)

A segunda geração de direitos humanos desenvolve-se sobretudo no século XX, em resposta às desigualdades sociais resultantes da industrialização e do funcionamento do mercado. Estes direitos consolidaram-se após a Revolução Industrial e, em particular, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, reconhecendo que a liberdade individual é insuficiente sem a garantia de condições materiais mínimas de vida.

São **direitos individuais e coletivos**.

Exemplos	Natureza	Do ponto de vista económico
<ul style="list-style-type: none"> – Direito à educação. – Direito à saúde. – Direito à habitação. – Direito ao trabalho e a condições de trabalho dignas. – Direito à segurança social. 	<p>Direitos positivos (exigem uma intervenção ativa do Estado através de políticas públicas).</p>	<p>Estão diretamente relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a redistribuição do rendimento; – o combate à pobreza e à exclusão social; – o investimento em capital humano; – o crescimento económico sustentável.

3.^a geração – Direitos de solidariedade ou difusos (Fraternidade)

A terceira geração de direitos humanos emerge na segunda metade do século XX, num contexto marcado pela globalização, pela interdependência económica e pela crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável. Estes direitos têm uma dimensão coletiva e transnacional, não pertencendo a um indivíduo isolado, mas à coletividade.

São **direitos coletivos**.

Exemplos	Natureza	Do ponto de vista económico
<ul style="list-style-type: none"> – Direito à paz. – Direito à autodeterminação dos povos. – Direito ao desenvolvimento. – Direito a um ambiente saudável. – Direito ao património comum da humanidade. 	<p>Direitos transindividuais (dizem respeito a grupos humanos e à preservação da própria espécie).</p>	<p>Refletem a necessidade de cooperação entre Estados e estão fortemente ligados a questões económicas globais, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o desenvolvimento sustentável; – a gestão dos recursos naturais; – a responsabilidade social das empresas; – a redução das desigualdades entre países.

Embora a divisão clássica proposta por Karel Vasak se centre nas três primeiras gerações de direitos humanos, a doutrina jurídica contemporânea tem vindo a identificar e a debater a existência de uma **4.^a, 5.^a e até 6.^a geração**. Estas novas gerações procuram responder a desafios emergentes, associados ao progresso tecnológico, à biotecnologia, à manipulação genética e à globalização digital, refletindo a necessidade de adaptar os direitos humanos às transformações da sociedade contemporânea.

4.^a geração

Bioética e engenharia genética

Esta geração foca-se nos limites da manipulação do património genético humano. Surge da necessidade de proteger a identidade e a dignidade da espécie face aos avanços da biotecnologia.

- **Temas centrais:** clonagem humana, seleção embrionária, alimentos transgénicos e o direito ao património genético não modificado.
- **Princípio:** a preservação da dignidade humana perante a ciência.

São **direitos coletivos**.

5.^a geração

Direitos no ciberespaço e realidade virtual

Alguns autores defendem que esta geração trata do direito à paz global (embora outros a coloquem na 3.^a geração), mas a visão mais moderna foca-se na democracia virtual e no acesso universal à rede.

- **Temas centrais:** direito à autodeterminação informativa, segurança de dados e combate à exclusão digital.
- **Princípio:** a liberdade e a segurança no mundo digital.

São **direitos coletivos**.

6.^a geração

Direito à água e sustentabilidade extrema

Ainda em debate, esta geração foca-se no acesso a recursos vitais que se tornaram escassos e estratégicos.

- **Temas centrais:** o direito à água potável como um direito humano autónomo e fundamental, e não apenas parte do meio ambiente.

São **direitos coletivos**.

A necessidade de um entendimento integrado das diferentes gerações dos direitos humanos

As diferentes gerações de direitos humanos são **interdependentes e indivisíveis**, e **não existe uma hierarquia entre elas**. Os direitos económicos e sociais dependem dos direitos civis e políticos, e o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente exigem solidariedade e cooperação internacional.

Do ponto de vista económico:

- não há crescimento sustentável sem direitos sociais;
- não há desenvolvimento humano sem liberdades fundamentais;
- não há justiça social sem respeito pelos direitos coletivos.

Um entendimento integrado dos direitos humanos é essencial para promover um desenvolvimento económico eficiente, inclusivo e sustentável, garantindo o bem-estar das populações e a estabilidade das sociedades.

A doutrina moderna defende dois princípios:

- **Indivisibilidade:** não se pode garantir, por exemplo, o direito de voto (1.^a geração) se o cidadão não tiver acesso à alimentação ou educação (2.^a geração).
- **Interdependência:** a degradação ambiental (3.^a geração) afeta diretamente a saúde (2.^a geração) e, em última instância, o direito à vida (1.^a geração).

Por isso, muitos juristas preferem falar em “**dimensões**” em vez de “gerações”, para mostrar que todos os direitos são importantes e complementares.

Responde tu

- 1 Caracteriza as diferentes gerações de direitos humanos.
- 2 Explica porque é importante considerar todas as gerações de direitos humanos de forma integrada.

4.1.5. Universalidade dos direitos humanos e diversidade cultural

Os direitos humanos são considerados **universais**, aplicando-se a todas as pessoas, em qualquer país, sem distinção. No entanto, a **diversidade cultural das sociedades** pode gerar tensões na sua aplicação, uma vez que diferentes culturas têm valores, tradições e normas próprias que nem sempre coincidem com os princípios universais.

Por exemplo:

- Em algumas culturas, a prioridade é o grupo em vez do indivíduo, o que pode limitar direitos como a liberdade de expressão ou de escolha.
- Certos costumes ou leis locais podem restringir direitos reconhecidos internacionalmente, como os direitos das mulheres ou das minorias.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) baseia-se na premissa de que todos os seres humanos possuem uma dignidade intrínseca que lhes confere direitos inalienáveis, defendendo que os direitos humanos transcendem fronteiras e culturas.

Na prática, porém, a universalidade enfrenta o desafio do relativismo cultural, que reconhece que normas morais e direitos são produtos de contextos culturais específicos. O que é considerado justo numa sociedade pode não o ser noutra com tradições religiosas, sociais ou históricas diferentes.

Esta tensão levanta questões importantes:

- **Imperialismo cultural:** será que os direitos humanos refletem apenas valores ocidentais, como individualismo e secularismo?
- **Tradição vs. Direitos:** pode a cultura justificar práticas que violam a integridade física, como mutilação genital feminina ou trabalho infantil?
- **Indivíduo vs. Grupo:** enquanto o Ocidente privilegia direitos individuais, muitas culturas valorizam os deveres para com a comunidade e a harmonia social.

Para conciliar universalidade e diversidade, propõe-se o diálogo intercultural, assente em dois pilares:

- **Mínimos éticos:** existem valores fundamentais que nenhuma cultura deve violar (exemplo: direito à vida, proibição da tortura e da escravatura).
- **Contextualização:** o modo de exercer os direitos pode variar, desde que respeite a dignidade humana (exemplo: diferentes formas de participação política).

Conclusão: A universalidade dos direitos humanos não exige a uniformidade cultural. O desafio do século XXI é construir uma universalidade acolhedora, que proteja todos os seres humanos de opressões, respeitando ao mesmo tempo a riqueza e a diversidade das culturas.



Fig. 11 – Diversidade cultural.

Responde tu

- 1 Analisa porque a universalidade dos direitos humanos pode entrar em conflito com a diversidade cultural das sociedades.

4.2. Economia e justiça social: o direito ao desenvolvimento

A Economia é frequentemente vista como a ciência da eficiência e dos números, focada no crescimento, na produção e no lucro. Contudo, na sociedade contemporânea, surge uma questão fundamental: **para que serve a riqueza se não servir o ser humano?** É nesta intersecção que a Economia se cruza com a Ética e o Direito, dando lugar ao debate sobre a **justiça social**.

Mais do que gerir recursos e números, a Economia está ligada ao direito ao desenvolvimento, devendo promover bem-estar, reduzir desigualdades e garantir acesso à educação, saúde e trabalho. Desta forma, torna-se uma ferramenta de inclusão, dignidade e oportunidades de futuro para todos.

4.2.1. Justiça social

A justiça social na Economia refere-se à **distribuição equilibrada e justa de recursos e oportunidades entre todos os indivíduos e grupos**. Implica que o crescimento económico não se limite ao aumento da riqueza, mas promova bem-estar, redução das desigualdades e acesso à educação, saúde e trabalho digno. Assenta na ideia de que todos devem ter igualdade de direitos e oportunidades, independentemente da sua condição económica, social ou biológica. No âmbito económico, a justiça social surge para corrigir as imperfeições do mercado, que, embora eficiente na geração de riqueza, tende a ser ineficaz na sua distribuição equitativa.

A concretização da justiça social numa sociedade democrática assenta em **três dimensões fundamentais**:

- **Igualdade de oportunidades:** garantir que o ponto de partida de cada cidadão – acesso à educação, saúde e cultura – dependa das suas capacidades e escolhas, e não do contexto em que nasceu.
- **Redistribuição de rendimentos:** através de sistemas fiscais progressivos e transferências sociais, o Estado reduz a diferença entre ricos e pobres, assegurando um nível de vida digno para todos.
- **Equidade:** diferente da igualdade absoluta, reconhece que pessoas têm



necessidades diferentes, aplicando o princípio de “dar mais a quem tem menos” para que todos alcancem resultados semelhantes.

A justiça social não é um estado estático, mas um compromisso contínuo. A sociedade deve questionar-se constantemente: quem está a ficar para trás e porquê?

É através da justiça social que se compreende a necessidade do direito ao desenvolvimento e a urgência de erradicar a pobreza e a exclusão social. Sem justiça social, a economia corre o risco de se tornar um sistema de privilégios, em vez de um motor de progresso humano.

Responde tu

- 1 Explica de que forma a justiça social influencia a Economia.
- 2 Identifica e descreve os três pilares da justiça social.



Fig. 12 – Justiça social.

4.2.2. Direito ao desenvolvimento

O direito ao desenvolvimento foi formalmente proclamado pelas Nações Unidas em 1986, sendo reconhecido como um direito humano inalienável. Este conceito alterou profundamente a forma de olhar para a economia: o desenvolvimento deixou de ser visto apenas como crescimento do PIB, passando a ser entendido como um processo que permite a realização integral da pessoa humana.

4. O desenvolvimento e os direitos humanos

Ao contrário de outros direitos, que se focam no indivíduo isolado, o direito ao desenvolvimento é um direito de solidariedade (3.^a geração) e implica:

- **o ser humano no centro:** o objetivo final da economia não é o mercado, mas o bem-estar e a dignidade de cada pessoa.
- **participação ativa:** todos os indivíduos e povos têm o direito de participar no desenvolvimento social, económico, cultural e político.
- **acesso equitativo:** os benefícios do progresso técnico e económico devem ser distribuídos de forma justa, dentro de cada país e entre as nações.

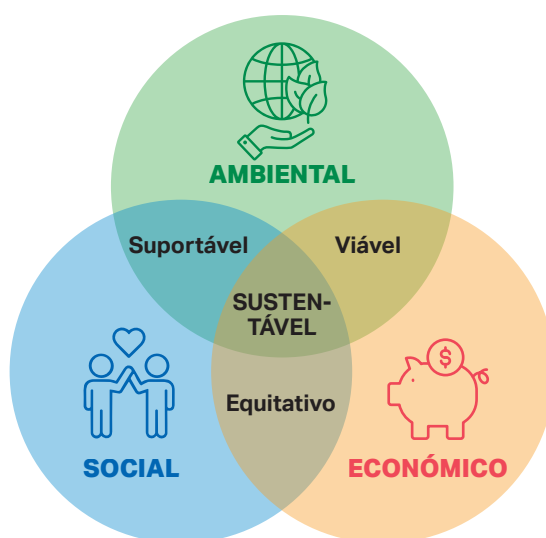


Fig. 13 – Pilares fundamentais do desenvolvimento.

Como se pode ver na figura 13, o desenvolvimento não acontece num vácuo económico; ele é o resultado da intersecção de três pilares fundamentais:

- **Económico e Social (equitativo):** é aqui que reside a justiça social. Quando a economia e a sociedade se cruzam de forma justa, o desenvolvimento é equitativo, garantindo que a riqueza gerada serve para elevar as condições de vida de todos;
- **Social e Ambiental (suportável):** demonstra que o bem-estar das populações depende de um ambiente saudável;
- **Económico e Ambiental (viável):** refere-se à necessidade de a economia operar dentro dos limites regenerativos do planeta.

O direito ao desenvolvimento não se reduz ao mero aumento do rendimento. Como mostra o centro da figura (sustentável), o verdadeiro desenvolvimento só é alcançado quando as decisões económicas são:

- eticamente justas (Social);
- ecologicamente seguras (Ambiental);
- financeiramente sólidas (Económico).

Se retirarmos um destes círculos, o equilíbrio que sustenta o "Direito ao Desenvolvimento" desmorona-se. Por exemplo, um crescimento económico que ignore o pilar social gera desigualdade e pobreza, impedindo a justiça social.

Segundo o economista Amartya Sen, o desenvolvimento deve ser medido pela expansão das liberdades reais das pessoas. Não basta que um país seja rico; é necessário que os cidadãos tenham capacidade de escolha e acesso à saúde, educação e liberdade política:

Se um país apresenta elevado crescimento económico, mas metade da população é analfabeta e não tem acesso a cuidados de saúde, estará a respeitar o direito ao desenvolvimento?

O direito ao desenvolvimento **não se limita ao plano nacional**. Exige cooperação internacional para eliminar obstáculos ao progresso dos países mais desfavorecidos. Está intimamente ligado à justiça social, promovendo a inclusão e a erradicação da pobreza e da exclusão social, tanto dentro dos países como a nível global.

A concretização deste direito envolve políticas económicas, sociais e ambientais, bem como mecanismos de cooperação, como a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que permite aos países mais ricos apoiar o crescimento e progresso nos países em desenvolvimento.

Ajuda Pública ao Desenvolvimento

A **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)** é um dos principais instrumentos utilizados pela comunidade internacional para promover o direito ao desenvolvimento, apoiando os países em desenvolvimento na melhoria das condições de vida das suas populações.

Esta ajuda pode assumir diferentes modalidades, entre as quais se destacam:

- a **ajuda financeira** (donativos e empréstimos concessionais);
- a **ajuda técnica** (formação e transferência de conhecimentos);
- a **ajuda humanitária** (em situações de emergência);
- o **apoio a projetos de desenvolvimento** nas áreas da educação, saúde ou infraestruturas.

No entanto, a eficácia da APD depende de vários fatores e enfrenta diversos **obstáculos**, tanto internos como externos:

Obstáculos internos	Obstáculos externos
<ul style="list-style-type: none">– Dependência prolongada da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.– Corrupção e má governação.– Instituições frágeis e ineficazes.– Instabilidade política e conflitos internos.– Fraca capacidade produtiva e industrial.– Baixo nível de escolaridade e qualificação da população.– Má gestão dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none">– Endividamento externo excessivo.– Condicionalismos impostos pelos países doadores.– Interesses geopolíticos das grandes potências.– Relações comerciais internacionais desfavoráveis.– Termos de troca desiguais.– Dependência dos mercados externos.– Crises económicas globais.

Assim, a APD só contribui efetivamente para o desenvolvimento quando é acompanhada por boas políticas internas, instituições eficazes e uma cooperação internacional orientada para a justiça social, a sustentabilidade e a autonomia dos países beneficiários.

Responde tu

- 1 Explica em que consiste o direito ao desenvolvimento.
- 2 Caracteriza a Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

4.2.3. Diálogo Norte-Sul

O diálogo Norte-Sul refere-se ao processo de negociação, cooperação e relacionamento económico, político e social entre os países desenvolvidos (Norte) e os países em desenvolvimento (Sul). O seu objetivo central é reduzir as desigualdades económicas e sociais à escala global e promover a justiça social e o direito ao desenvolvimento.

A distinção entre Norte e Sul não é apenas geográfica, mas sobretudo económica e geopolítica. O Norte Global concentra a maior parte da riqueza, da tecnologia e do poder de decisão, enquanto muitos países do Sul enfrentam problemas estruturais como dependência de matérias-primas, dívida externa e carências de infraestruturas.



No âmbito da Economia, o Diálogo Norte-Sul envolve questões como:

- comércio internacional mais justo;
- acesso dos países do Sul aos mercados do Norte;
- transferência de tecnologia e conhecimento;
- Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD);
- redução da pobreza e da exclusão social;
- alívio da dívida externa.



Fig. 14 – CNUCED logótipo.

Neste contexto, destaca-se o papel da **CNUCED** (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD no acrónimo em inglês), criada em 1964, cujo objetivo é promover a integração dos países em desenvolvimento na economia mundial. A CNUCED defende regras de comércio internacional mais equitativas, apoia a diversificação das economias do Sul e analisa os impactos da globalização e das desigualdades económicas.

O diálogo Norte-Sul assenta no reconhecimento de que o desenvolvimento é interdependente e que os países mais desenvolvidos têm responsabilidades acrescidas na promoção de um crescimento mais equilibrado à escala mundial. Atualmente, procura-se ultrapassar uma lógica de ajuda pontual e dependente, evoluindo para uma relação de parceria e cooperação, essencial para enfrentar desafios globais como as crises ambientais, as migrações, as pandemias e as desigualdades sociais.



Fig. 15 – Diálogo Norte-Sul.

Responde tu

- 1 Relaciona o diálogo Norte-Sul com a redução das desigualdades económicas à escala mundial.

4.2.4. Pobreza e exclusão social

A pobreza e a exclusão social são problemas centrais da economia contemporânea e constituem obstáculos à justiça social e ao direito ao desenvolvimento. Embora estejam profundamente relacionadas, não são conceitos idênticos.

A **pobreza** refere-se à insuficiência de recursos económicos para satisfazer necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde e educação. Pode assumir duas formas:

- **Pobreza absoluta**, quando não estão garantidas condições mínimas de sobrevivência;
- **Pobreza relativa**, quando o rendimento é significativamente inferior ao padrão médio da sociedade, limitando o acesso a um nível de vida socialmente aceitável.

A **exclusão social** é um conceito mais amplo e corresponde à dificuldade ou impossibilidade de participar plenamente na vida económica, social, cultural e política da sociedade. Uma pessoa pode ser excluída não apenas por falta de rendimento, mas também por não ter acesso ao emprego, à educação, aos serviços públicos ou à participação cívica.

Do ponto de vista económico, a pobreza e a exclusão social resultam de fatores como o desemprego, os baixos salários, a desigual distribuição do rendimento, a falta de qualificações e as desigualdades territoriais. Estes fenómenos tendem a reforçar-se mutuamente, criando um **ciclo vicioso da pobreza**, difícil de quebrar sem intervenção externa.

Alguns grupos sociais apresentam maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social, nomeadamente desempregados de longa duração, trabalhadores com baixos salários, crianças e jovens em contextos socioeconómicos desfavorecidos, idosos com pensões reduzidas, famílias monoparentais, pessoas com deficiência e minorias sociais.

O combate à pobreza e à exclusão social exige políticas públicas eficazes, nomeadamente:

- criação de emprego e promoção de trabalho digno;
- investimento em educação e formação;
- sistemas de proteção social;
- políticas de redistribuição do rendimento e de inclusão ativa.

A redução da pobreza e da exclusão social é essencial para promover a justiça social, o desenvolvimento económico sustentável e a coesão social, evitando o desperdício de capital humano e reforçando a estabilidade das sociedades.

Responde tu

- 1 Analisa como a pobreza contribui para a exclusão social.
- 2 Avalia como as políticas públicas podem reduzir a exclusão social causada pela pobreza.



Fig. 16 – Pobreza e exclusão social.

4.3. Economia e cidadania: o direito à não discriminação

A economia desempenha um papel fundamental na garantia da cidadania. Políticas económicas justas permitem assegurar direitos básicos, como a não discriminação e o pleno desenvolvimento humano. O acesso equitativo a recursos económicos, educação, emprego digno e serviços de saúde permite que todos participem ativamente na vida social, política e económica.

A cidadania não se limita ao direito de votar; manifesta-se também nas relações económicas do dia a dia. Ter acesso ao trabalho, a bens, serviços e recursos financeiros é essencial para a participação plena na comunidade. Sistemas económicos que permitem discriminação prejudicam tanto a ética social como o desenvolvimento humano.

O direito ao desenvolvimento humano integral

O desenvolvimento humano foca-se na expansão das liberdades reais. A economia deve ser um instrumento para que cada pessoa atinja o seu potencial máximo. Esse “desenvolvimento completo” torna-se impossível quando existem barreiras estruturais que marginalizam determinados grupos.

4.3.1. Discriminação positiva e negativa

No contexto económico, é importante distinguir dois conceitos fundamentais:

Discriminação positiva (ações afirmativas)	Consiste em medidas temporárias que conferem vantagens a grupos historicamente desfavorecidos . O objetivo não é criar privilégios, mas garantir igualdade de oportunidades e promover inclusão.	Exemplos: <ul style="list-style-type: none">– Quotas de género em conselhos de administração de empresas.– Bolsas de estudo para comunidades com baixos índices de escolaridade.– Universidades que reservam vagas para grupos sub-representados.
---	--	--

Discriminação negativa	Ocorre quando um indivíduo ou grupo é prejudicado ou excluído devido a características como género, etnia, idade, religião, deficiência ou condição económica. Impede o acesso a direitos, oportunidades ou recursos e gera ineficiência, pois desperdiça o capital humano da sociedade.	Exemplos: <ul style="list-style-type: none">– A diferença salarial entre homens e mulheres.– Dificuldade de acesso ao crédito por minorias étnicas.– Um candidato qualificado não ser contratado apenas por ser mulher ou pertencer a determinado grupo étnico.
-------------------------------	---	--

Em resumo:

- A **discriminação negativa** é injusta e exclui pessoas.
- A **discriminação positiva** visa equilibrar desigualdades e garantir oportunidades iguais.



Fig. 17 – Discriminação positiva.



Fig. 18 – Discriminação negativa.

Responde tu

- 1 Distingue discriminação positiva de discriminação negativa.

4.3.2. Tipos de discriminação

A discriminação ocorre quando um indivíduo ou grupo é tratado de forma menos favorável devido a características pessoais que não influenciam a sua competência ou mérito. Pode afetar diferentes grupos da sociedade e limitar a participação plena de todos na vida social, económica e política.

No contexto da economia e da cidadania, é importante identificar os principais tipos de discriminação para compreender como as desigualdades se manifestam e como podem ser combatidas.

Discriminação étnica/racial

Baseia-se na origem, cor da pele ou pertença a uma minoria étnica. Traduz-se, muitas vezes, em maiores taxas de desemprego, precariedade ou dificuldade de acesso a serviços essenciais, como educação e saúde.

Exemplo: uma pessoa de determinada etnia ser preterida numa candidatura a um emprego, mesmo tendo as qualificações necessárias.



Fig. 19 – Discriminação étnica/racial.

Discriminação económica

Baseia-se na condição financeira ou social de um indivíduo ou grupo. Pessoas com menos recursos podem enfrentar dificuldade de acesso a educação, crédito, habitação ou serviços de saúde, o que contribui para perpetuar o ciclo da pobreza.

Exemplo: negar um empréstimo a alguém apenas por ter baixos rendimentos, mesmo que tenha capacidade para pagar.



Fig. 20 – Discriminação económica.

Discriminação religiosa

Ocorre quando uma pessoa é prejudicada devido às suas crenças ou práticas religiosas, ou mesmo pela ausência de crenças. Este tipo de discriminação pode limitar a participação em instituições, empregos ou atividades sociais, afetando a liberdade de consciência.

Exemplo: não admitir um candidato num emprego por usar símbolos religiosos visíveis.



Fig. 21 – Discriminação religiosa.

Discriminação de gênero

Baseia-se no sexo ou identidade de gênero da pessoa, prejudicando oportunidades e direitos. É muito comum no mercado de trabalho, na política e na educação, manifestando-se através do fosso salarial (diferença de salários entre homens e mulheres pelo mesmo trabalho) e do “teto de vidro” (dificuldade de acesso a cargos de topo).

Exemplo: mulheres receberem salários mais baixos que homens pelo mesmo trabalho.



Fig. 22 – Discriminação de gênero.

Discriminação quanto à orientação sexual

Ocorre quando um indivíduo é tratado de forma desigual ou excluído devido à sua atração afetiva ou sexual. Esta discriminação pode gerar exclusão social, *bullying* ou limitações no acesso a direitos e oportunidades, criando barreiras invisíveis que impedem o pleno desenvolvimento humano e a igualdade de oportunidades.

Exemplo: recusar um alojamento ou um emprego a alguém por ser homossexual ou bissexual.



Fig. 23 – Discriminação quanto à orientação sexual.

Discriminação por idade

Ocorre quando pessoas são prejudicadas devido à sua idade, afetando tanto jovens quanto idosos. Na esfera econômica, manifesta-se principalmente em dois polos: nos trabalhadores mais jovens e nos mais experientes, influenciando o acesso ao emprego, à formação e a serviços sociais.



Fig. 24 – Discriminação por idade.

Exemplo: não contratar alguém experiente por ser considerado “velho demais” ou recusar formação a um jovem por falta de experiência.

Discriminação por deficiência

Ocorre quando uma pessoa é tratada de forma menos favorável ou privada de oportunidades devido a limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. Além das barreiras individuais, esta forma de discriminação surge também nos obstáculos que a sociedade e a economia impõem, dificultando o acesso a espaços, empregos e serviços.



Fig. 25 – Discriminação por deficiência.

Exemplo: um edifício público sem rampas ou elevadores que impeça o acesso a cadeiras de rodas.

Responde tu

- 1 Identifica três tipos de discriminação e dá um exemplo de cada.

4.3.3. Cidadania e desenvolvimento humano

A cidadania e o desenvolvimento humano são duas faces da mesma moeda. Enquanto a cidadania garante o direito de cada pessoa participar plenamente na sociedade, o desenvolvimento humano foca-se na criação das condições reais para que essa participação seja efetiva.

4. O desenvolvimento e os direitos humanos

A cidadania ativa exige que o indivíduo seja um agente económico livre e capaz. Quando a economia promove o desenvolvimento humano, ela contribui para:

- **empoderar o indivíduo:** transformando o consumidor num cidadão consciente e participativo;
- **garantir a equidade:** assegurando que o acesso a oportunidades não depende da situação económica ou da origem social;
- **promover a inclusão:** removendo as barreiras da discriminação, permitindo que todos contribuam para o progresso coletivo.

Em resumo, o desenvolvimento humano fornece as ferramentas, como saúde e educação; a cidadania fornece o palco, com direitos e participação. Uma economia de sucesso é aquela que combina ambos, permitindo que todos prosperem de forma justa e ativa.

Responde tu

- 1 Explica a relação entre cidadania e desenvolvimento humano.

4.4. Economia e ecologia: o direito a um ambiente saudável

As palavras Economia e Ecologia partilham o mesmo prefixo grego, *oikos*, que significa "casa". No entanto, durante grande parte da era industrial, a economia funcionou como se essa "casa" comum tivesse recursos infinitos. Hoje, reconhece-se que não existe progresso económico duradouro sem o respeito pelos limites regenerativos da natureza.

Neste contexto, a relação entre o ser humano e o ambiente tornou-se uma questão central nas sociedades contemporâneas. O direito a um ambiente saudável é atualmente reconhecido como um direito fundamental, diretamente ligado à qualidade de vida, à cidadania e ao desenvolvimento económico e social.

Assim, a ecologia, o desenvolvimento sustentável, a defesa do ambiente e os direitos ambientais assumem um papel essencial, orientando comportamentos individuais e políticas públicas para a preservação dos recursos naturais e para a construção de um futuro mais equilibrado.

4.4.1. Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é um modelo que concilia crescimento económico, bem-estar social e proteção do ambiente. Implica utilizar os recursos



naturais de forma responsável, garantindo que as necessidades do presente sejam satisfeitas sem comprometer as gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pela primeira vez no **Relatório Brundtland** de 1987, «O nosso futuro comum», da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, como «desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades». A importância deste relatório reside no facto de ter unido, pela primeira vez, economia e ecologia num objetivo comum, transformando a preservação do ambiente num dever de solidariedade entre gerações.

O desenvolvimento sustentável não se refere apenas a “como” usar os recursos, mas também a “para quem” devemos preservá-los, introduzindo a ideia de solidariedade intergeracional: o direito das gerações futuras de herdarem um planeta funcional. Assim, a economia sustentável deixa de ser apenas uma escolha de gestão para passar a ser um dever de cidadania global.

Atualmente, o desenvolvimento sustentável é reconhecido como uma meta global, concretizada nos 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, definidos pela resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Esta agenda reflete o equilíbrio entre cinco pilares, conhecidos como os 5P: Pessoas, Planeta, Paz, Parcerias e Prosperidade.



Fig. 26 – Relatório Brundtland de 1987.

e Manual Digital

Vídeo
Estratégias de cooperação internacional na defesa do ambiente



Link
Objetivos de desenvolvimento sustentável - Nações Unidas Cabo Verde



Fig. 27 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Responde tu

- 1 Explica o que é o desenvolvimento sustentável.
- 2 Identifica a importância do Relatório Brundtland (1987) para o conceito de desenvolvimento sustentável.
- 3 Explica o que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e indica os seus cinco pilares principais.

4.4.2. Defesa do ambiente

A defesa do ambiente consiste em **ações e políticas destinadas a proteger os recursos naturais e os ecossistemas**. Tem como objetivo garantir a qualidade do ar, da água, do solo e da biodiversidade, prevenindo a degradação ambiental e promovendo um uso sustentável dos recursos.

Esta responsabilidade é partilhada por três agentes principais:

- **o Estado:** cria leis, fiscaliza e protege áreas naturais;
- **as empresas:** adotam tecnologias limpas e princípios da economia circular, como reduzir, reutilizar e reciclar;
- **os cidadãos:** praticam um consumo consciente, escolhendo produtos sustentáveis e evitando o desperdício.

A defesa do ambiente é, assim, uma dimensão essencial da cidadania ativa, ligada à preservação do planeta para as gerações presentes e futuras. Significa também aplicar o **princípio da precaução**: na dúvida sobre o impacto ambiental de uma atividade, deve-se optar pela segurança do ecossistema.

Responde tu

- 1 Identifica os principais agentes responsáveis pela defesa do ambiente e explica o papel de cada um.

4.4.3. Direitos ambientais

Os direitos ambientais consistem **no direito que cada pessoa tem de viver num ambiente saudável**, garantindo o acesso a ar, água, solo e biodiversidade de qualidade, sem prejuízos para a saúde e o bem-estar. Estes direitos estão ligados à responsabilidade do Estado, que deve criar leis e políticas de proteção

ambiental, e também à ação dos cidadãos, que podem participar na defesa do ambiente e exigir a sua preservação.

Os direitos ambientais reforçam a cidadania ativa, promovendo a participação de todos na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e equilibrado. São considerados direitos de "terceira geração", focados na solidariedade e na preservação da vida. Em Cabo Verde, este direito está consagrado na Constituição (Artigo 72.º, n.º 1), que estabelece que «todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar».

Estes direitos baseiam-se em dois princípios fundamentais:

- **Direito à saúde e bem-estar:** o ambiente é a base para a saúde pública e qualidade de vida dos cidadãos.
- **Justiça intergeracional:** existe o dever de não esgotar os recursos do planeta, garantindo que as gerações futuras tenham os mesmos direitos que nós temos hoje.

Responde tu

- 1 Explica o que são os direitos ambientais e os princípios em que se baseiam.

4.5. Economia, desenvolvimento e direitos humanos

O desenvolvimento económico não se limita ao crescimento da riqueza; deve estar ao serviço das pessoas e do seu bem-estar. Relaciona-se com os direitos humanos, na medida em que o progresso deve garantir dignidade, liberdade e oportunidades reais para todos.

Conceitos como desenvolvimento humano sustentável e desenvolvimento como liberdade mostram que a economia é um instrumento para promover qualidade de vida, justiça social e participação plena na sociedade.

4.5.1. Desenvolvimento humano sustentável

O desenvolvimento humano sustentável procura conciliar crescimento económico, justiça social e proteção do ambiente. O seu objetivo é garantir que todas as pessoas tenham oportunidades reais de viver com dignidade, com acesso à educação, saúde, emprego e recursos essenciais, sem comprometer o futuro das próximas gerações.

Este modelo de desenvolvimento vai além do PIB, valorizando o bem-estar, as capacidades individuais e a participação plena na sociedade. A sustentabilidade assegura que o progresso atual não ocorre à custa da exclusão social ou da destruição ambiental, promovendo um mundo com oportunidades equilibradas para todos.

Responde tu

- 1 Explica o que é o desenvolvimento humano sustentável e qual o seu objetivo principal.

4.5.2. Desenvolvimento como liberdade

O conceito de desenvolvimento como liberdade, proposto pelo economista Amartya Sen, defende que o verdadeiro desenvolvimento não se mede apenas pelo crescimento económico, mas pela capacidade de cada indivíduo de escolher e concretizar o seu próprio percurso de vida. A pobreza não se reduz à falta de rendimento, mas inclui a privação de capacidades básicas.

Amartya Sen identifica **cinco liberdades fundamentais** que se reforçam mutuamente e tornam o desenvolvimento possível:

- **Liberdades civis e políticas:** participação democrática e liberdade de expressão.
- **Liberdades económicas:** acesso a recursos, emprego, crédito e oportunidades para uma vida digna.
- **Liberdades sociais:** acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e proteção social.
- **Garantias de transparência:** direito à informação e confiança nas instituições, combatendo abusos e corrupção.
- **Proteção social:** proteção contra violência, opressão ou desastres, incluindo redes de apoio social para os mais vulneráveis.



Fig. 28 – Livro “Desenvolvimento como liberdade”, de Amartya Sen.

Garantir estas liberdades transforma a economia: o indivíduo deixa de ser visto apenas como consumidor e passa a ser agente ativo do seu próprio destino, participando plenamente na sociedade e exercendo os seus direitos com dignidade.

Responde tu

- 1 Explica o que se entende por desenvolvimento como liberdade, segundo Amartya Sen.
- 2 Identifica as cinco liberdades fundamentais do desenvolvimento como liberdade, propostas por Amartya Sen.

Em resumo...

O que são os direitos humanos?

Conjunto de direitos e liberdades fundamentais reconhecidos a todas as pessoas, pelo simples facto de serem seres humanos. Aplicam-se a todos, sem qualquer tipo de discriminação, independentemente da raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião, condição social, opiniões políticas ou outras características.

O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

Documento que estabelece, pela primeira vez, um padrão comum de direitos e liberdades fundamentais, que deve ser promovido e protegido universalmente por todos os povos e todas as nações. Foi proclamada pela Assembleia das Nações Unidas, em Paris, a 10 de dezembro de 1948. É composta por 30 artigos.

Quais os oito momentos fundamentais da evolução do conceito de direitos humanos?

- 539 a.C. – Cilindro de Ciro (Pérsia).
- 1215 – Magna Carta (Inglaterra).
- 1789 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França).
- 1791 – *Bill of Rights* (EUA).
- 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU).
- 1950 – Convenção Europeia dos Direitos Humanos.
- 1966 – Pactos Internacionais das Nações Unidas.
- 1998 – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Quais as características dos direitos humanos?

- Universalidade.
- Indivisibilidade.
- Interdependência.
- Inalienabilidade.

Quais as diferentes gerações de direitos humanos?

- 1.^a geração – Direitos civis e políticos.
- 2.^a geração – Direitos económicos, sociais e culturais.
- 3.^a geração – Direitos de solidariedade ou difusos.
- 4.^a geração – Bioética e engenharia genética.
- 5.^a geração – Direitos no ciberespaço e realidade virtual.
- 6.^a geração – Direito à água e sustentabilidade extrema.

O que é a justiça social?

Distribuição equilibrada e justa de recursos e oportunidades entre todos os indivíduos e grupos.

Quais os três pilares da justiça social?

- Igualdade de oportunidades.
- Redistribuição de rendimentos.
- Equidade.

4. O desenvolvimento e os direitos humanos

O que é o direito ao desenvolvimento?

Direito humano que defende que todos os indivíduos e povos têm direito de participar, contribuir e beneficiar do desenvolvimento económico, social, cultural e político, garantindo bem-estar, igualdade de oportunidades e dignidade humana.

O que é a Ajuda Pública ao Desenvolvimento?

Apoio financeiro, técnico e humanitário prestado pelos países mais desenvolvidos aos países em desenvolvimento, com o objetivo de promover o crescimento económico, reduzir a pobreza e apoiar a concretização do direito ao desenvolvimento.

O que é o Diálogo Norte-Sul?

Processo de negociação, cooperação e relacionamento económico, político e social entre os países desenvolvidos (Norte) e os países em desenvolvimento (Sul).

O que é a pobreza?

Insuficiência de recursos económicos para satisfazer necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde e educação.

O que é a exclusão social?

Dificuldade ou impossibilidade de alguém participar plenamente na vida económica, social, cultural e política da sociedade.

O que é a discriminação positiva?

Medidas temporárias que conferem vantagens a grupos historicamente desfavorecidos. O objetivo não é criar privilégios, mas garantir igualdade de oportunidades e promover inclusão.

Quando ocorre uma discriminação negativa?

Quando um indivíduo ou grupo é prejudicado ou excluído devido a características como género, etnia, idade, religião, deficiência ou condição económica.

Que tipos de discriminação podem ocorrer?

- Discriminação étnica/racial.
- Discriminação económica.
- Discriminação religiosa.
- Discriminação de género.
- Discriminação quanto à orientação sexual.
- Discriminação por idade.
- Discriminação por deficiência.

Em que se baseia a discriminação étnica/racial?

Na origem, cor da pele ou pertença a uma minoria étnica.

Em que se baseia a discriminação económica?

Na condição financeira ou social de um indivíduo ou grupo.

Quando ocorre a discriminação religiosa?

Quando uma pessoa é prejudicada devido às suas crenças ou práticas religiosas, ou mesmo pela ausência de crenças.

Em que se baseia a discriminação de género?

No sexo ou identidade de género da pessoa, prejudicando oportunidades e direitos.

Quando ocorre a discriminação quanto à orientação sexual?

Quando um indivíduo é tratado de forma desigual ou excluído devido à sua atração afetiva ou sexual.

Quando ocorre a discriminação por idade?

Quando pessoas são prejudicadas devido à sua idade, afetando tanto jovens quanto idosos.

Quando ocorre a discriminação por deficiência?

Quando uma pessoa é tratada de forma menos favorável ou privada de oportunidades devido a limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais.

Como se relaciona cidadania e desenvolvimento humano?

A cidadania e o desenvolvimento humano são duas faces da mesma moeda. Enquanto a cidadania garante o direito de cada pessoa participar plenamente na sociedade, o desenvolvimento humano foca-se na criação das condições reais para que essa participação seja efetiva.

O que é o desenvolvimento sustentável?

Modelo que concilia crescimento económico, bem-estar social e proteção do ambiente. Implica utilizar os recursos naturais de forma responsável, garantindo que as necessidades do presente sejam satisfeitas sem comprometer as gerações futuras.

4. O desenvolvimento e os direitos humanos

Em que reside a importância do Relatório de Brundtland?

No facto de este relatório ter unido, pela primeira vez, economia e ecologia num objetivo comum, transformando a preservação do ambiente num dever de solidariedade entre gerações.

Como se concretiza o desenvolvimento sustentável?

Nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada *"Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável"*.

Quais os cinco pilares principais dos ODS?

Os 5P são: Pessoas, Planeta, Paz, Parcerias e Prosperidade.

Em que consiste a defesa do ambiente?

Em ações e políticas destinadas a proteger os recursos naturais e os ecossistemas, garantindo a qualidade do ar, da água, do solo e da biodiversidade, prevenindo a degradação ambiental e promovendo um uso sustentável dos recursos.

Em que consiste os direitos ambientais?

No direito que cada pessoa tem de viver num ambiente saudável, garantindo o acesso a ar, água, solo e biodiversidade de qualidade, sem prejuízos para a saúde e o bem-estar.

O que é o desenvolvimento humano sustentável?

Modelo que concilia crescimento económico, justiça social e proteção do ambiente. O seu objetivo principal é garantir que todas as pessoas tenham oportunidades reais de viver com dignidade, sem comprometer os recursos e os direitos das gerações futuras.

O que defende o desenvolvimento como liberdade, proposto por Amartya Sen?

Que o verdadeiro desenvolvimento não se mede apenas pelo crescimento económico, mas pela capacidade de cada indivíduo de escolher e concretizar o seu próprio percurso de vida. A pobreza não se reduz à falta de rendimento, mas inclui a privação de capacidades básicas.

Quais as cinco liberdades fundamentais do desenvolvimento como liberdade, segundo Amartya Sen?

- Liberdades civis e políticas.
- Liberdades económicas.
- Liberdades sociais.
- Garantias de transparência.
- Proteção social.

Economia e Desenvolvimento Sustentável 12.º ano

Criação intelectual

Sandra da Costa
Figueiredo

Revisão científica

Universidade
de Cabo Verde
João Brito

Design

Porto Editora

Créditos fotográficos

© Stock.Adobe.com
Porto Editora
@ Pedro Moita

Edição

2026

Este manual segue
o programa da disciplina,
publicado pelo Ministério
da Educação.

Cabo Verde



Brasão



Bandeira



Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!